

ORÇAMENTO. 2017



Relatório (Anexo)

Orçamentos das Empresas Municipais

Porto. Domus Social

Instrumentos de Gestão
Previsional – 2017-2019



Handwritten initials and a signature in blue ink.



ÍNDICE

I. PREÂMBULO	1
II. PLANOS PLURIANUAIS	13
A. ENQUADRAMENTO	14
B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	16
1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL	16
2. PRODUÇÃO	20
a. Habitação Social Municipal	24
b. Educação	25
c. Funcionamento dos Serviços/Outros Edifícios Municipais	25
d. Ambiente e Serviços Urbanos	26
e. Urbanismo e Reabilitação Urbana	26
f. Solidariedade Social/Ação Social	26
g. Equipamentos e infraestruturas desportivas	26
3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE	28
C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	30
1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2017-2019	30
2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2017-2019	31
D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	35
III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2017	38
A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 / PRESSUPOSTOS	39
B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL	53
C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL	54
D. BALANÇO PREVISIONAL	55
IV. ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2017-2019	57
V. ANEXO II – Parecer do Fiscal Único	59

I. Preâmbulo

TA



A CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (Domus Social, EM) tem como propósitos de acordo com a alteração estatutária em curso “(...) a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do Parque de Habitação Pública Municipal, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal (jardins de infância e escolas do ensino básico) e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais que compreendem os edifícios com valências culturais (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativos / institucionais, bem como “a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para a prossecução do primeiro daqueles fins “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP) servem de orientação estratégica e constituem o quadro de referência que moldam a atuação desta empresa municipal. Este designio compreende genericamente as funções de:

- a. A aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município;
- b. O fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c. A implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas, designadamente no que diz respeito às ilhas do Porto;
- d. A intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional;
- e. O desenvolvimento de novas soluções de acesso a uma habitação condigna, podendo assumir a condição de entidade gestora de operações de reabilitação urbana;
- f. A realização de estudos, planos e projetos na área das políticas de habitação e desenvolvimento socioeconómico que lhes são relacionadas.

Relativamente ao segundo daqueles propósitos “a gestão do Parque de Habitação Pública Municipal” abrange, designadamente, as funções de:

Uy
RAN



- a. Regularizar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional municipal;
- b. Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c. Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d. Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e. Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação social e de reabilitação urbana.

Relativamente ao terceiro dos objetivos enunciados “a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” as orientações definidas pelo acionista único e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário conjugada com a estratégia de intervenção desta empresa para o triénio em causa conduzem/conduzirão o plano de intervenções programadas e não programadas no património imobiliário municipal.

Por último, o objectivo “a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social” compreende:

- a. O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b. A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.

Neste contexto, a Domus Social, EM e, particularmente, para o ano de 2017, definiu ao nível da sua estratégia, dois importantes vetores de atuação, a externa – a relação com os inquilinos/municípios e a interna - uma particular atenção com os colaboradores.

Assim, no vetor externo da sua atuação o trabalho que a Domus Social, EM desenvolve, é cada vez menos como uma atividade isolada, feita no interior das suas instalações, e cada vez mais uma empresa em que os seus stakeholders – cidadãos, autarquia, empresas, organismos públicos – são

MA



cada vez mais participantes ativos de uma relação bidirecional que se pretende frutuosa e consequente para todos.

Na sua relação com o cidadão, a Domus Social, EM tem por objetivo evoluir para uma relação transparente e participativa, assegurando que a comunicação destes com a Domus Social, EM é tratada de forma única e coerente, independentemente do meio usado (presencialmente, por telefone, por carta, email ou através de um portal).

Adicionalmente, no sentido de aumentar a participação, a transparência e o escrutínio dos cidadãos, pretende-se evoluir para sistemas que permitam o acesso adequado dos cidadãos aos seus processos e/ou a conjuntos agregados de informação, sem qualquer intermediação, e de acordo com os mais modernos princípios internacionais em matéria de implementação de políticas de acesso à informação nas administrações das sociedades mais desenvolvidas e que garante aos cidadãos o acesso, de forma adequada e segura, aos mesmos dados que estão disponíveis para a administração. Será possível assim interagir através de um canal privilegiado através da criação de uma área de acesso reservada no website da empresa que permitirá atualização da informação de cada inquilino, consulta da tramitação/estado do seu processo e submissão de pedidos nomeadamente de manutenção bem como efetuar pedidos de habitação social permitindo também aos munícipes acompanharem a evolução dos seus pedidos de habitação on-line.

Na componente ou vetor interno da sua atuação:

- a. A Domus Social, EM tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão. Com este desígnio, pretende a Domus Social, EM assumir uma postura ativa na condução dos seus processos, que lhe permita agir com antecipação e planeamento e não apenas reagir às solicitações e problemas com que vai sendo confrontada. Tendo em conta a mudança em curso, estão a ser (e vão sendo) implementados um conjunto de alterações na organização, com impactos na forma como gere e organiza os seus processos e nos modos de relacionamento com os cidadãos, com a

autarquia e os seus parceiros de negócio, tanto do domínio público, como privado. Associado a este processo de modernização, e tendo em conta a natureza das novas atividades da Domus Social, EM, muito baseadas na interação com os cidadãos, os organismos e as empresas e muito dependentes da qualidade da recolha, tratamento e disponibilização de informação, a Domus Social, EM tem em vista a implementação um plano de modernização dos seus sistemas de informação, já que resulta claro o relevante papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o uso adequado dos dados podem ter neste processo de modernização e inovação.

- b. A dotação de meios e conhecimento que lhe permitam uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas que estão sob a sua gestão constitui não só um importante desafio mas também uma oportunidade. Desafio, porque está-lhe associada uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa, para uma atitude de planeamento e intervenção programada o que implica o (re)desenho de novos processos e de sistemas de informação adequados. Oportunidade, na medida em que esta transformação servirá de alavanca para outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com o redimensionamento e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por cadastro.
- c. Promover uma cultura organizacional que incentive as competências e criatividade das pessoas através de novas e melhores práticas de trabalho.

Enquadrando e quantificando o seu perímetro de intervenção, a Domus Social, EM tem sob sua gestão um Parque de Habitação Pública Municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção



e conservação de todo este conjunto de ativos e a gestão da ocupação das habitações, obrigam a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro. Daí a importância do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) instituído e implementado na Domus Social, EM através de um levantamento, análise e otimização dos processos de trabalho e de recursos que nos permite que a atividade seja realizada de uma forma mais eficaz e globalmente orientada para o cidadão/município. Ao mesmo tempo, o acompanhamento dos indicadores que monitorizam o cumprimento dos objetivos, previamente traçados, e da avaliação dos resultados, com suporte nos sistemas de informação atualmente existentes, permite a aferição permanente dos resultados, mantendo a sua adequação à prestação de melhores serviços.

Como referido, a dimensão dos ativos e a diversidade das questões relacionadas com a gestão do Parque de Habitação Pública Municipal exige uma particular atenção aos sistemas de informação que governam o funcionamento quotidiano da empresa. Sendo transversal à organização, recolhem e tratam dados nas diferentes áreas da empresa que vão desde o relacionamento com a população residente, até à informação associada aos processos logísticos, de aquisição e gestão de bens e serviços, passando pela informação associada à manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua responsabilidade. A informação, permanentemente atualizada, é condição indispensável para assegurar a qualidade do processo de tomada de decisões. É, pois, uma área em plena expansão no sentido em que sistemas de informação operacionais e capazes contribuem para um melhor funcionamento da organização.

Acrescente-se, ainda, um conjunto de projetos na área dos sistemas de informação que poderão constituir uma mudança importante na forma como a empresa “lê” a informação que possui e que se encontram já em franco desenvolvimento e que durante o ano de 2017 serão generalizados na empresa.

De facto, a implementação do Business Intelligence e de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), constituem uma mudança radical nos planos da gestão da informação e, conseqüentemente,



dos termos da produtividade da empresa ao tornar “editável” e “tratável” a informação que possuímos. Com este objetivo, a implementação do Business Intelligence na empresa, suportado em duas constituintes fundamentais: a criação de um “datawarehouse” com dados facilmente escrutináveis, homogêneos na sua codificação e consolidados e a definição de ferramentas para a sua exploração, destinadas à produção de indicadores, à criação de conhecimento organizacional, e ao suporte na definição de boas práticas e normas de orientação constituirá por si só, como já referido, um momento chave no desenvolvimento da empresa.

Importa ainda destacar alguns objetivos considerados, também, prioritários no domínio da organização interna para os próximos anos.

O primeiro resulta da criação e implementação de uma nova área de coordenação na empresa (Centro Documental / Arquivo Geral) que efetua a gestão do arquivo físico e digital, a definição dos circuitos e a uniformização dos procedimentos, com o objetivo de se promover uma gestão documental cuidada e funcional garantindo desta maneira uma melhoria substancial nos processos de gestão da informação e a preservação do acervo documental. É aqui absolutamente crucial e relevante o papel que o designado cadastro (conjunto de documentos gráficos e descritivos) têm na gestão presente e futura da empresa.

A implementação da assinatura digital em todos os documentos e a prossecução do processo gradual de desmaterialização da informação a todas as áreas da empresa constitui também um objectivo fulcral no desenvolvimento da empresa.

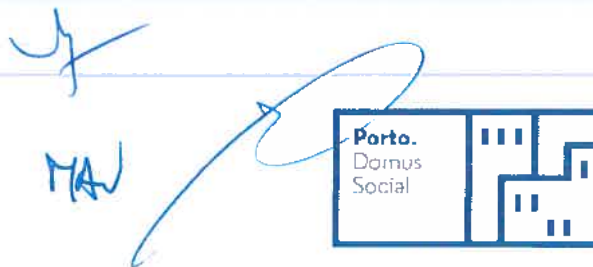
Parece-nos ainda relevante destacar algumas áreas importantes relativamente a trabalhos que decorreram e decorrem já na sua fase de implementação e que fundamentarão muito das futuras políticas de habitação e moldarão os contornos da intervenção que se preveem realizar nos próximos anos e que obrigam a uma reestruturação organizativa da empresa para melhor responder aos novos desígnios consagrados no objecto social da empresa.

MAU



O primeiro, resulta de um trabalho realizado pelo Centro de Investigação em Território, Transportes e Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto que originou o documento «“Ilhas” do Porto – Programa Estratégico», que perspetiva potenciais modelos de intervenção/ação e eventuais soluções urbanísticas e habitacionais que deverão ser adotadas definindo uma estratégia de intervenção de curto (0 a 3 anos), médio (4 a 6 anos) e longo prazo (7 a 10 anos) contemplando a identificação de linhas de financiamento (públicas e privadas) que sustentam uma estratégia de intervenção, um programa de ação e explorando modelos de investimento. Aqui, é fulcral realçar que a intervenção numa das poucas ilhas municipais existentes a “ilha” da Bela Vista que corporiza, desde já, uma das variadíssimas formas e modelos de intervenção que se preveem implementar na cidade do Porto. As intervenções programadas para as restantes “ilhas” municipais atualmente existentes de Cortes, Bonjardim, 655 e Pêgo Negro, 351 concluirão o seu projeto de reabilitação / renovação em 2017. Refira-se que em 2017 a “ilha” da Bela Vista estará totalmente reabilitada.

O segundo, refere-se a uma nova responsabilidade assumida pela Domus Social, EM e que abre o leque de intervenções do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação social municipal para outro modelo de provisão de habitação com a utilização do stock (devoluto e ocupado) de imóveis designados por “Casas do Património”, “Casas do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira / Barredo-Centro Histórico (ex-CRUARB-CH)” e ex-FDZHP para atribuição a famílias carenciadas. Esta operação de intervenção de curto/médio prazo nos fogos/edifícios devolutos preencherá de forma relevante a atividade da empresa no próximo triénio. Reforçando esta componente, a Domus Social, EM gere, desde 1 de Dezembro de 2014, o património habitacional da antiga Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP). Integram este acervo 102 frações habitacionais cuja gestão e manutenção, suportada em contrato de mandato subscrito para o efeito, foi atribuída à Domus Social, EM. Em 2017 a empresa continuará a assegurar a gestão e manutenção destes ativos. Dentro desta estratégia a empresa irá ao longo do triénio em causa exercer o “direito de preferência” relativamente a uma série de imóveis existentes no centro da cidade para serem objecto, também eles, de um processo de reabilitação / renovação / reconfiguração passando a constituir mais um elemento para ajudar no



repovoamento daquela área da cidade com soluções habitacionais para a população mais carenciada.

O terceiro dos projetos estruturantes é a criação e implementação de uma ferramenta informática (software de manutenção) que permitirá uma adequada gestão das operações de manutenção.

Na área da energia e ambiente a aposta da Domus Social, EM traduzir-se-á na implementação de medidas de eficiência energética e de incremento do conforto térmico nos bairros de habitação pública municipal respondendo também assim a um dos desígnios do programa Portugal 20-20. Acrescente-se que a empresa irá identificar as oportunidades de captação de fundos comunitários aplicáveis na sua atividade e a colaborar ativamente com a CMP em todos os processos de candidaturas.

O gradual reforço da responsabilidade e componente social da empresa, como revela, por exemplo, o apoio logístico na implementação e no controlo do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pela CMP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras atribuindo-lhes um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária será uma das áreas que durante o próximo triénio será objecto de uma particular atenção.

A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de manutenção e reabilitação de edifícios.

Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento de habitações públicas municipais, efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva e suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa. A empresa continuará, em 2017, as ações sistematizadas de manutenção preventiva do “envelope” dos edifícios de habitação pública e municipal, atividade

Handwritten initials and a signature in blue ink.



suportada financeiramente também pela receita de rendas. A atividade corrente de reabilitação interior de casas devolutas passou a ser enquadrada, desde 2016, no contrato de mandato subscrito com a CMP. Releve-se que a partir do próximo triénio irá ser implementado o novo regime de renda apoiada resultante das recentes alterações legislativas. A empresa dedicará, pois, durante o próximo ano uma particular atenção ao impacto que a implementação de tal medida terá nas famílias e na empresa.

A crise financeira e económica do país e as inerentes restrições orçamentais continuarão a ter naturais impactos na atividade da empresa. Os níveis de investimento estão ajustados de forma a garantir a preservação do equilíbrio financeiro. Sem prejuízo deste equilíbrio, os níveis de investimento para o próximo ano em grande reabilitação crescem face à realidade dos últimos anos.

O programa de automanutenção “Casa Como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas, portas interiores e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com participação financeira da Domus Social, EM constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, eleva o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam. Este programa manter-se-á no próximo triénio.

Sem prejuízo da fundamental preocupação com critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vastíssimo conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, a Domus Social, EM propõe-se efetuar um acompanhamento muito próximo das mesmas, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim, a empresa estará ainda mais no terreno, junto dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

uy

MAN



Continuar-se-á a assegurar a valorização pessoal e profissional dos colaboradores, suportada por um sistema de avaliação de desempenho participado, a par do diagnóstico/levantamento de necessidades de formação, por funções/áreas, que resultará no plano anual de formação que, pela sua natureza, se traduz num acréscimo de valor para o colaborador e para a organização. Para cumprir estes desígnios será feita uma aposta no fortalecimento do sentido de pertença à organização, através da valorização da criatividade, responsabilidade e autonomia dos colaboradores.

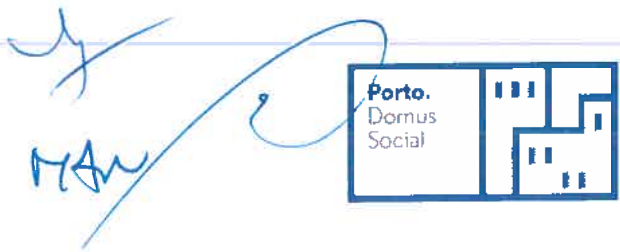
Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o triénio 2017-2019.

O acompanhamento e controlo da CMP, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto e nos Estatutos da Empresa.

De acordo com os Estatutos da Domus Social, EM a contabilidade deve respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir um controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade,



representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

II. Planos Plurianuais



A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos:

Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do parque habitacional público municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do parque habitacional público municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 15 dias;
- vi. O prazo de recebimento por parte da CMP foi estimado em 15 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 1,4%;
- viii. A taxa nominal média de crescimento salarial de 0%.

Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Melhoria contínua da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;

Y
MAN



- iv. Avaliação de desempenho profissional, com fixação de objetivos;
- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um Sistema de Gestão da Qualidade orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Melhoria do desempenho dos sistemas de informação;
- vii. Aperfeiçoamento da gestão da informação, implementado o Arquivo Geral/Centro Documental da empresa, com integração do arquivo digital e físico;
- viii. Gestão integrada do património habitacional do Município, garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- ix. Cumprimento do Programa “Reabilitar para Arrendar”;
- x. Reforço e implementação gradual de medidas de Manutenção Preventiva;
- xi. Implementação do Programa Estratégico para as “Ilhas” do Porto.



B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional tem como missão analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do município do Porto, constituído por cerca de 13.000 fogos, garantindo a sua correta utilização e o cumprimento dos princípios e regras estabelecidas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional. É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores dos bairros, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

A crise económica do país, nos últimos anos, com reflexo nos níveis de desemprego e no incremento da fragilidade social da população, determinou o aumento da procura de habitação pública municipal, que se situa, naturalmente, a um nível superior à disponibilidade da oferta.

Ainda que o Município do Porto tenha vindo a desenvolver estratégias e medidas que contribuam para reforçar a coesão social, na verdade, a disponibilidade de habitação municipal fica, de facto, aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a constante implementação de medidas de gestão inovadoras que venham contribuir para minorar as dificuldades.

O Município do Porto tem vindo a assegurar a habitação a milhares de famílias carenciadas.

O projeto de recuperação das ilhas da cidade, iniciado com a reabilitação das que são propriedade do município e a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico, entre outras, são exemplos de respostas inovadoras que o município do Porto, através da Domus Social, EM, está a dar e continuará a implementar ao longo do próximo ano.



Simultaneamente e como forma de responder á fragilidade económica dos portuenses, a Câmara Municipal do Porto, através da Domus Social, EM, tem vindo a apoiar centenas de famílias com o Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até 2016 apoiamos mais de 1.000 famílias.

Esta medida visa promover a manutenção dos agregados familiares nas atuais habitações arrendadas, diminuindo a pressão nos pedidos de habitação social, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Dado o relevo deste apoio, prevê-se para o ano de 2017 um reforço de verba que permitirá a abertura de novas candidaturas, apoiando ainda mais famílias.

Nos últimos anos, esta Direção tem entregado, anualmente, cerca de 400 habitações reabilitadas, para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

Para assegurar uma gestão cada vez mais eficaz, numa área em que as práticas já estão consolidadas e de forma a inovar as “formas de fazer”, tem vindo a ser desenvolvido um esforço significativo ao nível da modernização das ferramentas que suportam a atividade desta direção de forma a potenciar ainda mais dois grandes objetivos: Transparência na relação com os clientes e Otimização dos serviços

Jy
HAN



Com efeito, ao longo do ano de 2016 foram implementadas diversas ferramentas informáticas, permitindo a integração de todos os processos desta Direção no sistema de informação existente e contribuindo para a agilização dos mesmos. Trabalhou-se uma ferramenta de gestão para o ConDomus (projeto de gestão de entradas), outra para os Pedidos de Habitação e criou-se uma nova plataforma que suportou a atualização de dados do ano de 2016. O desenvolvimento efetuado ao nível da gestão dos pedidos de habitação, tornará possível o acesso a informação estatística relacionada com estes pedidos e garantirá o acesso individual de cada candidato à situação do seu processo de candidatura. No ano de 2017 serão todos estes desenvolvimentos consolidados e sentir-se-ão os resultados ao nível da eficiência e racionalização dos recursos, contribuindo para uma maior eficácia da área e um maior estreitamento relacional com os nossos atuais e potenciais clientes.

Ao nível das relações de proximidade, assume particular relevância a inter-relação contínua que se tem mantido com as Juntas de Freguesia, que queremos manter e potenciar em 2017, contributo importante para suporte a decisões relativas a problemas que vão sendo detetados de inadequada utilização da habitação municipal ou outros, frequentemente decorrente de problemas sociais nos agregados e que importa bem identificar e contribuir, na medida do possível, para a solução. O conhecimento de proximidade das juntas de freguesia é indispensável.

Tendo como objetivo a redução do tempo despendido pelos inquilinos municipais na entrega de documentação necessária, tanto à atualização do cadastro, como ao cálculo da renda, como resulta da legislação relativa ao arrendamento apoiado, iniciaram-se e desenvolveram-se contactos com a Autoridade Tributária para acesso aos dados exclusivamente indispensáveis para os fins em causa, sempre com autorização prévia dos interessados. Esta colaboração está perto de ser concretizada e temos como objetivo que, já no início de 2017, este processo esteja já totalmente implementado.

Temos processo análogo em negociação com o Instituto da Segurança Social, esperando concluir e implementar o processo de troca de informação até ao final do primeiro semestre do próximo ano.



A recente alteração da lei do arrendamento apoiado (Lei 81/2014), veio introduzir modificações significativas na gestão do parque habitacional, particularmente ao nível do cálculo da renda e em alguns pressupostos para atribuição das habitações sociais.

Foi por isso necessário trabalhar na adaptação e conformação das práticas e do regulamento existente à disciplina legal. Tem vindo a ser desenvolvido importante trabalho para adaptação da nossa infraestrutura informática às novas regras de cálculo de rendas. Aplicaremos as novas regras a partir de janeiro de 2017, conforme prevê a própria lei.

No ano de 2016 foi iniciado, sob a responsabilidade do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, e em colaboração com a Domus Social, EM, o projeto ACOLHER, que visa promover uma cidadania ativa junto das famílias que vão pela primeira vez ocupar as habitações municipais. Porque são conhecidos os contributos dos processos de integração dos moradores nas novas comunidades locais, nesta formação, o reconhecimento dos direitos e obrigações dos residentes vem contribuir para a manutenção das relações de vizinhança e da responsabilidade partilhada. O ano de 2017 será de consolidação deste importante projeto.

Também como projeto de gestão e administração dos espaços comuns, o ConDomus assume particular relevância e a sua expansão continuará a ser um desafio para 2017. Com mais de 80% de entradas organizadas, este projeto que trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais ao nível essencialmente da preservação dos espaços comuns, manterá o seu modelo de implementação e no próximo ano chegará a Ramalde e Machado Vaz.

Esta direção desenvolve e manterá no futuro uma colaboração estreita com instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo desta forma a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o associativismo.

Exemplos disso são as cedências efetuadas a Associações de Moradores, ao projeto OUPA, à Federação Académica do Porto - FAP no Bairro, entre muitas outras. Muitas destas cedências têm



um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis, como é o caso das residências de autonomia e de apoio a familiares de doentes terminais.

Paralelamente, de forma a dinamizar a vivência local, são também arrendadas lojas fomentando-se assim o comércio local e as pequenas atividades económicas.

Todos os vetores funcionais desta Direção têm como objetivo a procura da melhor resposta possível a quem necessita de habitação social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que já residem em habitação pública municipal. Estes objetivos coabitam e exigem o cumprimento inequívoco das regras e obrigações inerentes à utilização de habitação municipal. Esta direção assegura esse cumprimento e irá introduzir alterações na sua estrutura para potenciar a eficácia e eficiência nesta área, particularmente para deteção mais ágil de habitações que ficam devolutas e que só mais tarde chegam ao conhecimento da empresa.

O nível de cumprimento de pagamento de rendas é considerado bom e importa assegurar a sua não degradação. Estão implementados mecanismos internos de monitorização dos pagamentos que são acompanhados de análise das condições socioeconómicas dos agregados e de medidas que vão assegurando alternativas para regularização das situações de incumprimento.

Continuará a ser dada especial atenção ao Gabinete do Inquilino Municipal, à eficácia e eficiência do serviço e qualidade do atendimento.

A satisfação do cliente, apostando num atendimento direto e claro, tem levado a alguns investimentos quer ao nível da formação específica dos técnicos quer ao nível de desenvolvimentos informáticos. Em 2017 será implementado um novo sistema de gestão de filas que se prevê que imprima maior facilidade na gestão do atendimento e tempos de espera.

2. PRODUÇÃO

ly

HAN



O objetivo base fixado nos IGP para a Direção de Produção (DP) passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DP, nomeadamente:

- Reabilitar o “envelope” dos edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação da Área Ribeira-Barredo – Centro Histórico (ex-CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex-FDZHP);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal, e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais,...);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Departamento Municipal de Proteção Civil (DMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP;
- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos.

Refira-se ainda que a função primordial da DP é o da manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Esse património é essencialmente formado por imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal (565+272 edifícios), constituído por 565 edifícios com aproximadamente 12.615 fogos constituintes da clássica designação de “bairros de habitação social” acrescido de 272 edifícios com 535 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP, e por 111 edifícios que constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais. Este último parque contempla 49 edifícios que constituem o Parque Escolar

Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) e 62 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A empresa tem em curso a elaboração de uma diversidade de projetos e de empreitadas de reabilitação do Parque Habitacional Público Municipal.

A DP é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por 140 equipamentos de elevação e ascensores, por 2.324 extintores e carretéis, por 76 sistemas de bombagens, por 52 instalações de Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR) e 46 instalações de Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI). Sob a sua responsabilidade de manutenção e conservação encontram-se também os sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 8 edifícios do Parque Escolar Público Municipal bem como de 10 edifícios pertencentes a Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, urgiu definir uma política de manutenção e conservação que condicionasse a prática da DP nos próximos anos com a implementação gradual de políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

A dotação de meios e conhecimento que lhe permitam uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas que estão sob a sua gestão constitui não só um importante desafio mas também uma oportunidade. Desafio, porque está-lhe associada uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa, para uma atitude de planeamento e intervenção programada o que implica o (re)desenho de novos processos e de sistemas de informação adequados. Oportunidade, na medida em que esta transformação servirá de alavanca para outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com o redimensionamento e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por cadastro.

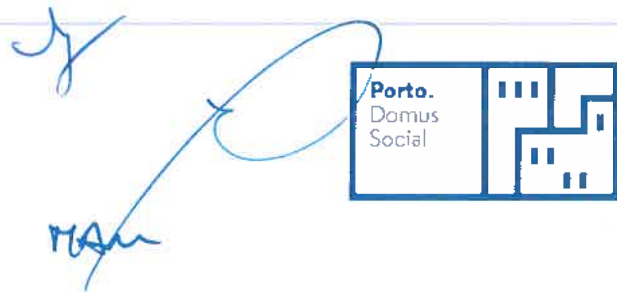
Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança de padrão no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada ex-ante foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a quase totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal (particularmente para os 45 dos 48 bairros que constituem o “clássico” parque da habitação social municipal).

Em articulação com a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designados Outros Edifícios Públicos Municipais (62 edifícios sob a tutela da Domus Social, EM) encontrando-se em curso a sua implementação.

A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas e das instalações elétricas que se encontram a ser implementados.

As equipas de intervenção (da Gestão da Manutenção - GM), bem como os colaboradores da Domus Social, EM que acompanham essas equipas atuam isolados, do ponto de vista dos sistemas de informação, o que os obriga a remeter os registos das intervenções ou a consultar informação na sede da empresa, comportamento identificado como um fator de ineficiência e desperdício. Assim, e num futuro próximo, pretende-se que as equipas possam registar as intervenções e aceder à informação em tempo real no local com recurso a equipamentos portáteis (tablets ou smartphones) utilizando infraestruturas de comunicações móveis, o que permitirá uma melhoria na eficiência e eficácia na resposta às diferentes solicitações com que se deparam estas equipas de intervenção. E, aqui, as emergências trabalho crítico destas intervenções poderão vir a melhorar os tempos de resposta.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 21.486.275€, aos quais acresce 3.471.249€, provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.



Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

a. Habitação Social Municipal

Gestão e Manutenção do Parque Habitacional Público Municipal

Para 2017 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 17.790.000€ acrescida do montante proveniente da receita de rendas.

O Exercício de 2017 continuará a ser marcado pela inexistência de apoios financeiros sobre a forma de participação a fundo perdido da Administração Central às obras de grande reabilitação de habitação pública municipal, sendo o esforço integralmente concentrado em fundos próprios do município, obrigando a opções que ficam aquém do que seria desejável, tendo em conta a absoluta necessidade de continuar a assegurar o equilíbrio financeiro.

Pese embora as limitações financeiras é intenção em 2017 dar continuidade às obras de grande reabilitação iniciadas em anos anteriores com vista à conclusão das mesmas nos bairros Eng. Machado Vaz, Ramalde e São João de Deus (2018). Realce também para a conclusão em 2017 da reabilitação da “Ilha “ da Bela Vista. Refira-se que estas intervenções encontram-se inscritas no programa “Reabilitar para Arrendar” que foi objecto de um reforço e prorrogação até 15/09/2017.

Para Santa Luzia prevê-se a sua conclusão para 2018. Perspetiva-se ainda o início das intervenções nos bairros do Bom Pastor, Bom Sucesso, Fernão de Magalhães, Falcão, Monte da Bela, Pasteleira e Pereiró que se desenvolverão no triénio. Será também iniciado o processo de regeneração urbana do Cerco do Porto. As intervenções alargar-se-ão as “ilhas” municipais de Cortes (Requesende), Bonjardim, 655 e Pêgo Negro, 351



O objetivo fixado para 2017 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 450 habitações.

b. Educação

Manutenção e Conservação do Parque Escolar Público Municipal

A dotação financeira para esta rubrica é de 500.000€. Esta verba permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de bombagem de abastecimento de água, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

c. Funcionamento dos Serviços/Outros Edifícios Municipais

Manutenção e Conservação de Outros Equipamentos Públicos Municipais

Enquadrado na dotação financeira fixada de 600.000€ será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral), as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), - administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela GM.



d. Ambiente e Serviços Urbanos

A Domus Social, EM assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitada que venham a ser solicitadas pela Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU) até ao montante de 100.000€, nomeadamente para a reparação e ampliação dos Postos de Zonas de Jardins e dos Postos de Zonas de Limpeza Urbana.

e. Urbanismo e Reabilitação Urbana

Reabilitação / Requalificação Urbana

A dotação financeira desta rubrica é de 300.000€ e destina-se, essencialmente, ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pelo DMPC e pelo DMF da CMP.

Edifícios a Reabilitar – Centro Histórico

A dotação financeira desta rubrica é de 1.796.275€ e destina-se à reabilitação de edifícios localizados no Centro Histórico para subsequente afetação ao arrendamento social.

f. Solidariedade Social/Ação Social

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao montante de 300.000€.

g. Equipamentos e infraestruturas desportivas

g

MAN



A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, até ao montante de 100.000€.



3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

CONTRATO MANDATO CMP

(Un.: euro)

Designação	2017	2018	2019
1 COESÃO SOCIAL			
1.1 Solidariedade Social	300.000	300.000	300.000
1.2 Habitação Social			
Habitação Social	11.416.853	22.812.037	10.000.000
Hab. Soc.- Reabilitar para Arrendar	6.373.147	158.041	
subtotal	18.090.000	23.270.078	10.300.000
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana	300.000	600.000	600.000
Edifícios a reabilitar - centro histórico	1.796.275	2.111.275	
subtotal	2.096.275	2.711.275	600.000
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação	500.000	800.000	800.000
10 DESPORTO			
10.1 Manutenção de polidesportivos exteriores – ringues	100.000	100.000	100.000
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
13.1 Funcionamento dos serviços	600.000	600.000	600.000
Outras intervenções	100.000	100.000	100.000
subtotal	700.000	700.000	700.000
Total	21.486.275	27.581.353	12.500.000

1
Man



MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL	IGP 2017
Contratos	393.110
Encomendas e serviços	6.643
subtotal gestão do parque habitacional	399.753
Emergências e pequenas intervenções (serralharia, carpintaria, pintura)	127.082
Serviços diversos (trab.especializados, honorários, publicidade)	10.252
Contratos de manutenção (preventiva)	15.615
Contratos de brigadas	645.769
Materiais de armazém	174.817
Outros materiais	60.806
Automanutenção	13.953
Empreitadas	217.563
Fiscalização	25.000
Projeto e outros	91.561
Manutenção preventiva	1.689.077
subtotal manutenção do parque habitacional	3.071.496
TOTAL	3.471.249

C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2017-2019

O investimento previsto para o triénio em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
valores em euros			
1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Edifícios e outras construções	0	0	0
Equipamento de informática	55.000	3.000	3.000
Equipamento de transporte	0	0	0
Equipamento administrativo	18.890	5.000	5.000
Outros ativos fixos tangíveis	34.000	12.000	12.000
SUBTOTAL	107.890	20.000	20.000
2. ATIVOS INTANGÍVEIS			
Programas de computador	439.450	30.000	30.000
SUBTOTAL	439.450	30.000	30.000
TOTAL	547.340	50.000	50.000

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adequação à atividade da Domus Social, EM está previsto em 2017 a continuidade na implementação de novas soluções de tecnologias de informação o que se traduzirá num forte investimento em ativos intangíveis, com a aquisição de diversas aplicações informáticas.

Por forma a apoiar as primeiras ações de manutenção preventiva sistemática e programada a nível do exterior dos edifícios de habitação social, está prevista a implementação de um módulo de manutenção preventiva assim como um módulo de gestão de cadastro.

4
Plan



Em 2017 prevê-se ainda a implementação de diversas atualizações nos aplicativos informáticos nomeadamente com a certificação da emissão de rendas, desenvolvimento do aplicativo de gestão integrada do parque de habitação pública municipal e ainda para a gestão de filas de espera.

Pretende-se igualmente reforçar os mecanismos de proteção de informação do Data Center com a implementação de um sistema de Disaster Recovery.

É igualmente objetivo para 2017 a renovação da imagem do Gabinete do Inquilino Municipal (GIM).

O restante investimento previsto tem como objetivo garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de equipamento de escritório, estantes e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2018 e 2019 limita-se a impedir a obsolescência dos equipamentos administrativos e informáticos.

2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2017-2019

A estrutura previsional de recursos humanos para o triénio de 2017-2019 é a seguinte:

	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
Apoio ao Conselho de Administração	2	3	3	3
Gabinete Jurídico	1	3	3	3
Gabinete de Estudos e Planeamento	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Imagem	2	2	2	2
Gabinete de Qualidade e Gestão Documental	11	11	11	11
Coordenação dos Rec. Humanos	2	3	3	3
Gabinete de Sistemas de Informação	1	3	3	3
Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento	6	6	6	6
Direção de Produção	1	1	1	1
Coordenação da Gestão de Projeto	9	9	9	9

Handwritten signature and initials "MAN" with a blue arrow pointing to the Domus Social logo.



Coordenação da Gestão da Fiscalização	5	6	6	6
Coordenação da Gestão da Manutenção	7	8	8	8
Brigadas de Intervenção	18	19	19	19
Gestão de Empreendimentos (Grande Reabilitação)	6	10	10	10
Subtotal Produção	46	53	53	53
Direção de Gestão do Parque Habitacional	1	1	1	1
Coordenação da Gestão de Ocupações	10	10	10	10
Coordenação de Gestão de Condomínios	6	8	8	8
Coordenação de Gestão Administrativa e Fiscalização	10	11	11	11
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	10	10	10	10
Subtotal Gestão do Parque Habitacional	37	40	40	40
Direção Administrativa e Financeira	1	1	1	1
Financeira	4	5	5	5
Subtotal Administrativa e Financeira	5	6	6	6
Total	114	131	131	131

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos e 2 colaboradores a exercerem funções na Fundação de Desenvolvimento Social do Porto, em liquidação.

O reforço do quadro de pessoal está principalmente relacionado com as transformações verificadas na atividade da empresa (assumir das obras da grande reabilitação), bem com o fim da plataforma de partilha de serviços que existia entre a Domus Social, EM, e a GOP, EM, e que obrigará à admissão de novos elementos para garantir o exercício das funções que vinham a ser assumidas por colaboradores partilhados daquela empresa.

Motivação e retenção de quadros

Essencialmente provocada pelo espartilho legal que impõe restrições sobre a política remuneratória, a Domus Social, EM, tem vindo a perder um número relativamente elevado de colaboradores que, por sua livre iniciativa, têm decidido sair da empresa. Com maior evidência no ano de 2016, estas limitações têm, por isso, vindo a enfraquecer a estabilidade dos nossos recursos

humanos e da capacidade da organização para reter os quadros mais qualificados, tudo isto com, eventual, prejuízo da eficácia operacional da empresa.

Face a tal realidade, a Domus Social, EM, no âmbito da sua política de recursos humanos, irá estudar, avaliar e implementar diferentes estratégias, que, enquadradas nas limitações impostas pelos Orçamentos de Estado e legislação conexas, permitam aumentar a motivação dos seus colaboradores e, conseqüentemente, permitam reter os seus quadros mais qualificados.

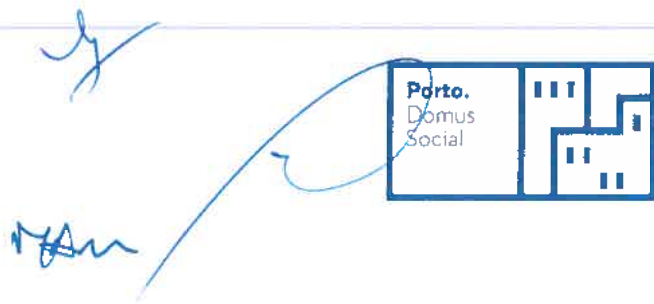
Formação

A formação profissional dos seus quadros continuará a ser uma das principais apostas da política de recursos humanos desta empresa.

Será, por isso, mantido o mesmo nível de investimento na formação dos nossos quadros, continuando a seleccionar criteriosamente os cursos, cujo conhecimento transmitido, traga, efetivamente, valor acrescentado para a organização e os seus profissionais.

A constituição dos planos anuais de formação continuará a resultar do processo de avaliação individual de desempenho, onde o colaborador e a chefia, após analisarem os resultados conseguidos no ano anterior e os objetivos a atingir no ano seguinte, definem quais as formações a ser frequentadas, garantindo que os cursos a frequentar estão ajustados às necessidades individuais e alinhados com a estratégia e interesses da organização.

Por força da elevada rotação de quadros já atrás referida, a Domus Social, EM, prestará uma maior atenção no acolhimento e formação dos novos elementos, não só por forma a assegurar que estes possuem as competências necessárias às especificidades da nossa atividade, mas também de modo a acelerar a sua curva de aprendizagem, minimizando assim o impacto da saída de elementos com maior *know-how*.



Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

A avaliação do desempenho individual implica uma análise do cumprimento dos objetivos atribuídos e do modo como os mesmos foram atingidos (comportamental).

Os objetivos individuais estão, em sistema de cascata, diretamente relacionados com os objetivos de Direção e Estratégicos, garantindo o alinhamento de toda a organização para as mesmas metas.

A gestão do desempenho é considerada uma ferramenta estratégica da empresa dado que:

- a. Assegura que todos os colaboradores são alvo de uma avaliação de desempenho e aconselhamento individual, por um sistema que partilha princípios análogos e é baseado no SIADAP;
- b. Contribui para a melhoria da gestão da organização pois alinha as atividades das Direções/Áreas com os objetivos estratégicos da empresa, funcionando como instrumento para que estes sejam atingidos;
- c. Promove o desenvolvimento profissional dos colaboradores, através de *feedback* do seu desempenho e aconselhamento/acompanhamento profissional (*feedforward*);
- d. Permite reconhecer e distinguir os melhores desempenhos, promovendo uma cultura de excelência e aumentando o envolvimento dos colaboradores com a organização;
- e. Apoia o processo de decisão estratégico, pois evidencia os resultados obtidos, identifica os principais obstáculos e promove a melhor utilização das competências existentes.

A Domus Social, EM, continuará a avaliar o desempenho dos seus colaboradores por considerar que o reconhecimento do mérito, do empenho e da exigência no trabalho, são sustentáculos fundamentais para a motivação dos profissionais e das equipas e para o sucesso organizacional.

D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
INVESTIMENTO			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	547.340	50.000	50.000
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO			
Autofinanciamento	547.340	50.000	50.000

O investimento previsto para triénio 2017-2019, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 547.340€, 50.000€ e 50.000€, respetivamente, Iva excluído, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
Taxa de inflação	1,40%	1,50%	1,50%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de juro nominal cp	0,30%	0,30%	0,30%
Tempo médio de recebimento (em dias)	15	15	15
Tempo médio de pagamento (em dias)	15	15	15
Índice de atualização das rendas	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de imparidade das rendas	1,80%	1,80%	1,80%
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	0,00%	0,00%

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO DE 2017 - 2019	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
RESULTADOS			
Resultado operacional	7.335	15.553	25.356
Resultado financeiro	22.780	23.897	24.600
Resultado líquido do período	17.199	26.444	36.858
RENDIMENTOS			
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	21.053.634	27.019.084	12.259.821
Rendas emitidas	8.586.063	8.586.063	8.586.063
GASTOS			
Gastos com o pessoal	3.629.636	3.629.636	3.629.636
Fornecimentos e serviços externos	25.215.533	31.192.103	16.444.126
BALANÇO			
Total do ativo	6.107.600	6.396.081	5.798.809
Total do ativo não corrente	598.895	361.630	150.193
Total do passivo	5.094.939	5.356.975	4.722.845
Total do capital próprio	1.012.662	1.039.106	1.075.964
INDICADORES			
Liquidez geral	1,06	1,11	1,18
Autonomia financeira	16,6%	16,2%	18,6%
Autofinanciamento (RI. + Depreciações/Amortizações)	338.547	323.784	308.369

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2017 de 7.335 €. Nos dois anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de, respetivamente, 15.553 € e 25.356 €, totalizando um resultado operacional positivo para o triénio de 48.244 €.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

J. Ham



É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social, EM cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

III. Demonstrações Financeiras

Previsionais para o ano 2017

clg

MAN



A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2017 foi de 1,4%.

2 – INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2017
Ativos fixos tangíveis	107.890
Ativos intangíveis	439.450
Total	547.340

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam do Orçamento da Câmara Municipal do Porto, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2017 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 15 dias para os anos 2017, 2018 e 2019.

A prestação de serviços para o ano 2017 é a seguinte:

ANO 2017		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	Montante sem IVA	Montante com IVA
Vendas e prestação de serviços à CMP		
Habitação		
Execução de obra e prestação de serviços	17.410.524	17.790.000
Outros Clientes		
Execução de obra e prestação de serviços	3.617.430	3.696.275
Total de obra e prestação de serviços	21.027.955	21.486.275
Rendas emitidas	8.586.063	8.586.063
subtotal	29.614.017	30.072.338
Vendas e prestação de serviços a outras entidades		
Serviços de manutenção	25.680	31.586
Rendimentos suplementares	15.992	19.670
subtotal	41.671	51.256
TOTAL	29.655.689	30.123.594

Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos Instrumentos de Gestão Previsional uma taxa de incumprimento de 1,8%, incluindo cobranças em SEF (Sistema de Execuções Fiscais), baseada nos dados históricos de cobranças, no montante de 154.549€.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) – Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social, EM sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos instrumentos de gestão previsional, ascendem a 2,2% e 1,6%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

4 - GASTOS

4.1- Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por "orçamento de base zero". O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de gastos é até 15 dias para os anos 2017, 2018 e 2019.

- a. A rubrica "Trabalhos especializados" compreende, entre outros, atualizações do ERP, auditoria interna e auditoria de acompanhamento APCER, alterações ao Processo de Lista de Atribuição de Fogos (LAF), Elaboração de Plano para a "Política de Habitação do Porto", Implementação do Programa Estratégico para as "Ilhas" do Porto assim como consultoria para avaliação do impacto económico, social e ambiental do modelo de gestão de manutenção da Domus Social, EM.
- b. Na rubrica "Publicidade" está prevista uma verba os gastos com a publicação de anúncios e outros gastos com material de divulgação.
- c. A rubrica "Vigilância e segurança" contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica "Honorários" compreende os gastos com revisão legal das contas e consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica "Conservação e reparação" é relativa à conservação dos veículos (revisões de manutenção), conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft.



- f. A rubrica “Trabalho Temporário” contempla os gastos previstos com colaboradores em regime de trabalho temporário para o Programa Porto Solidário e processos de atualização de dados.
- g. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.
- h. Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- i. A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- j. A rubrica “Energia” prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa.
- k. A rubrica “Combustíveis” compreende o gasto de combustível da frota automóvel diretamente relacionado com o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas, da Empresa.
- l. A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- m. Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware*, equipamentos de cópia e impressão contratualizados.
- n. Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, e as comunicações da rede móvel.
- o. Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.

- p. O valor estimado para a rubrica "Limpeza, higiene e conforto" é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2017
GASTOS DIRETOS DA OBRA	
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	21.027.955
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	23.345
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	3.471.249
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100.000
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS	
Trabalhos especializados	114.080
Publicidade	4.900
Vigilância e segurança	91.197
Honorários	14.000
Conservação e reparação	115.217
Trabalho temporário	23.624
Ferramentas e utensílios	1.622
Livros e documentação técnica	3.987
Material de escritório	20.434
Eletricidade	5.000
Combustíveis	25.000
Água	500
Deslocações e estadas	15.140
Transportes de pessoal	459
Transportes de mercadorias	500
Rendas e alugueres	285.090
Comunicação	33.760
Seguros	18.112
Contencioso e notariado	23.798
Despesas de representação	2.500
Limpeza, higiene e conforto	33.368

Handwritten initials and a signature in blue ink.



Outros fornecimentos e serviços	500
Encargos bancários	5.330
subtotal	838.119
Total	25.460.668

Os gastos de obra a refaturar à Câmara Municipal do Porto estão evidenciados no ponto 3 anterior.

4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
Diretor	3	3	3
Coordenador	14	14	14
Técnico Superior	29	29	29
Técnico	35	35	35
Técnico Profissional	14	14	14
Operário Qualificado	15	15	15
Operário Semiqualficado	3	3	3
Administrativo	15	15	15
Telefonista	3	3	3
Total	131	131	131



Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem dois colaboradores a exercer funções em regime de cedência temporária na Fundação Porto Social, em liquidação.

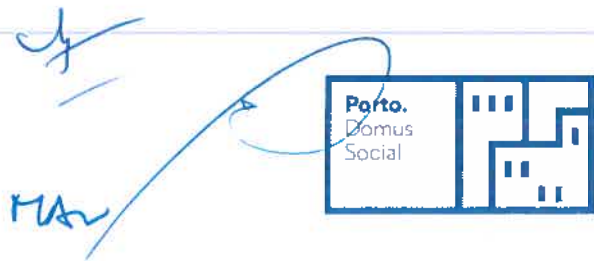
Para além do colaborador citado a Empresa tem 3 administradores, conforme previsto nos estatutos, sendo um deles não remunerado.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- i. Taxa média nominal de atualização salarial de 0 %;
- ii. Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FCT/FGCT) – 24,3%;
- iii. Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- iv. Taxa anual para formação de 1% do total de gastos com o pessoal;
- v. Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,5% do total de gastos com o pessoal;
- vi. Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,6%;
- vii. O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.

De acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 agosto que consagrou o regime jurídico do Fundo de Compensação de Trabalho, cuja adesão é obrigatória para todas as entidades que celebrem contratos regulados pelo Código do Trabalho, a partir de outubro de 2013. Este Fundo, que tem por propósito garantir o pagamento da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, obriga à entrega do valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades, pagas a cada colaborador abrangido.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da Câmara Municipal do Porto e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.



4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes:

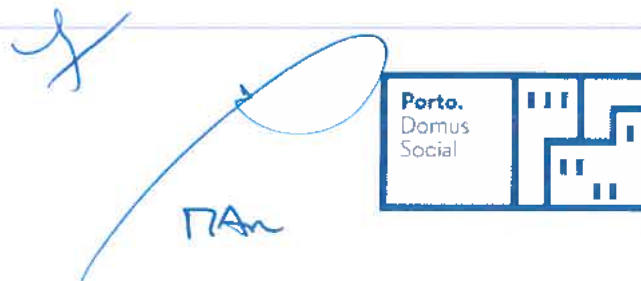
DESCRIÇÃO	TAXAS
ATIVOS INTANGÍVEIS	
Programas	33,33% - 100%
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO



A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores serem superiores à matéria coletável gerada no triénio, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento e a devolução dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.

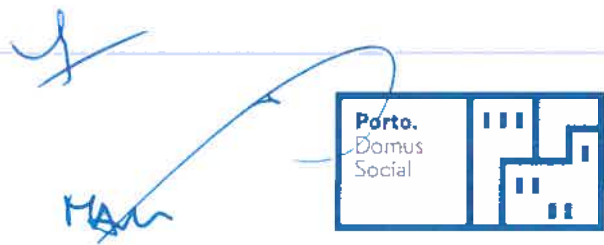
7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.2 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 2,2%, sendo de 1,6% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.



Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da Câmara que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 24,3%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,6%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 16,8%.

7.3 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

7.4 – Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica no passivo.

A rubrica “Outras dívidas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.



Estão ainda refletidas nesta conta muitas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

7.5 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social, EM.

7.6 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 ações nominativas de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

A dependência financeira da Câmara Municipal do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a Empresa e o Município do Porto, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto:

AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR DA ACÇÃO	OBSERVAÇÕES
I Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Impugnação das multas contratuais aplicadas em sede de execução das empreitadas	a) 165.422,81 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto absolveu a DomusSocial dos pedidos.
II Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Pagamento de pretensos trabalhos a mais e pretensos suplimentos de erros e omissões do projecto não reconhecidos pelo dono da obra	b) 91.357,80 €	A DomusSocial foi condenada a pagar o montante de 12.250. A DomusSocial interpôs recurso jurisdicional, cuja decisão se aguarda
III Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa especial com processo ordinário	Impugnação das multas contratuais aplicadas em sede de execução das empreitadas	c) 113.201,49 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto anulou as multas aplicadas. A DomusSocial interpôs recurso jurisdicional. O recurso foi favorável à DomusSocial. Em nova decisão, o TAF absolveu a DomusSocial do pedido. O Autor interpôs recurso jurisdicional. Aguarda-se desenvolvimento do processo
IV Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	Reclamado pagamento das facturas vencidas e não pagas, juros por pagamento de facturas pretensamente feitos fora do prazo e de facturas pretensamente não pagas, "custos acessórios e de estaleiro" e montante pretensamente devido por trabalhos resultantes de erros e omissões. As facturas reclamadas foram liquidadas por compensação de multas aplicadas	a) 2.026.397,16 €	Por sentença de 6 de janeiro de 2015, a DomusSocial foi absolvida de todos os pedidos. A autora requereu a nulidade da sentença, o que foi declarado pelo próprio TAF. Aguarda-se nova decisão da 1.ª instância.
V DomusSocial, EM	Impugnação judicial	juros indemnizatórios devidos por atraso verificado no pagamento do reembolso do IVA d) referente a Janeiro de 2006	d) 14.634,31 €	A 13 de Abril de 2009 a Fazenda Pública apresentou a sua contestação. Aguarda-se desenvolvimentos do processo.
VI Soares Magalhães & Delgado - Engenheiros Associados	Ação administrativa comum	Pedido de declaração de nulidade do contrato de transação e anulação das multas contratuais aplicadas	a) 481.000,00 €	A DomusSocial apresentou a sua contestação no dia 31 de agosto de 2013. Aguarda-se desenvolvimento do processo
VII Aristo - Empresa Nacional de Arquitectura - Unipessoal, Lda.	Impugnação judicial	Impugnação de multas contratuais e pedido de pagamento de verba penhorada	a) 57.497,55 €	Apresentada, no dia 27 de setembro de 2013, a contestação à ação.
VIII Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa comum	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada	a) 2.946,55 €	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo
IX Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa comum	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada	a) 3.612,15 €	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo
X Margasil – Sociedade de Construções, Lda	Ação administrativa comum	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada	a) 5.483,59 €	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo
XI Strong – Segurança, SA	Contencioso pré-contratual	Impugnação das peças do procedimento de formação do contrato e da decisão de adjudicação	30.001,00 €	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo

a) Foi interposto recurso pelo empreiteiro. A DomusSocial deduziu a competente contestação, aguardando-se as ulteriores tramitações processuais

b) A 13 de Junho de 2013 foi proferida sentença, que julgou a ação parcialmente procedente e condenou a DomusSocial no pagamento da quantia total de 12.250€ (relativo às obras omissas no mapa de trabalhos, quantidades e preços para abertura e tapamento de ramos), acrescida de juros de mora.

c) A DomusSocial deduziu a competente contestação, aguardando-se as ulteriores tramitações processuais. Neste processo em concreto, a DomusSocial deduziu reconvenção, na qual peticiona uma indemnização do empreiteiro.

d) A 13 de Abril de 2009 a Fazenda Publica apresentou a sua contestação. Aguarda-se desenvolvimentos do processo.

Em conclusão, é convicção da Domus Social, EM que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

y
7A



9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional no período 2017-2019 gera resultados operacionais positivos ao longo do triénio no montante de 48.244 €.

Os Instrumentos de Gestão Previsional geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES			
Liquidez geral	1,06	1,11	1,18
Autonomia financeira	16,6%	16,2%	18,6%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	338.547	323.784	308.369

B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2017
RENDIMENTOS E GASTOS		
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	III-A.3	21.053.634,49
RENDAS EMITIDAS	III-A.3	8.586.062,56
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	II-A.4.1	-245.135,21
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	II-A.4.1	-25.215.533,02
GASTOS COM O PESSOAL	III-A.4.2	-3.629.635,80
IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)		-154.549,13
OUTROS RENDIMENTOS		15.991,59
OUTROS GASTOS		-82.152,95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		328.682,54
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	I-A.2/III-A.4.3	-321.348,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.334,54
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	II-D/II-A.5	23.030,85
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	I-A.5	-250,39
Resultado antes de impostos		30.115,00
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	II-A.6	-12.916,09
Resultado líquido do período		17.198,90

C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

Unidade monetária €

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	II-D/III-A-3	20.530.622,85
Rendas emitidas	II-D/III-A-3	8.431.513,43
Pagamentos a fornecedores	I-D/III-A-4.1	-24.726.693,38
Pagamentos ao pessoal	III-A-4.2	-3.640.826,21
Caixa gerada pelas operações		594.616,69
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	III-A-6	-25.037,89
Outros recebimentos / pagamentos	III-A-3	588.244,28
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.157.823,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	III-A-2	-692.118,54
Investimentos financeiros	II-A-4.2	-2.771,64
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	II-D/III-A-5	23.030,85
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-671.859,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-1.534,92
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-1.534,92
Variação de caixa e seus equivalentes		484.428,83
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.325.980,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.810.409,65

D. BALANÇO PREVISIONAL

Unidade monetária €

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31-Dez-17
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	III-A.2/III-A.4.3	205.803,41
Ativos intangíveis	III-A.2/III-A.4.3	387.693,67
Outros investimentos financeiros	III-A.4.2	5.398,30
		598.895,37
ATIVO CORRENTE		
Inventários		93.525,78
Clientes	II-D/III-A.3	1.090.740,89
Estado e outros entes públicos	III-A.4.2/III-A.6/III-A.7.2	275.234,03
Outros créditos a receber	III-A.7.4	2.142.228,03
Diferimentos	III-A.7.3	96.566,72
Caixa e depósitos bancários	III-A.7.1	1.810.409,65
		5.508.705,11
TOTAL DO ATIVO		6.107.600,48
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital subscrito	III-A.7.6	500.000,00
Reservas legais	III-A.7.5	64.990,32
Outras reservas	III-A.7.5	38.707,28
Resultados transitados		391.765,23
		995.462,83
Resultado líquido do período	III-B	17.198,90
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.012.661,74
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Financiamentos obtidos		9.667,60
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	II-D/III-A.4.1	1.061.396,59
Estado e outros entes públicos	III-A.4.2/III-A.6/III-A.7.2	129.888,92
Outras dívidas a pagar	III-A.7.4	3.893.985,64
TOTAL DO PASSIVO		5.094.938,74
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		6.107.600,48

Porto, 12 de outubro de 2016

O Conselho de Administração,



(Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro)

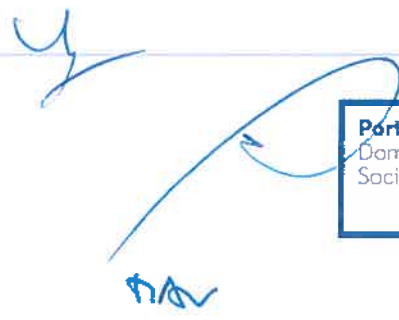


(Fernando Francisco Barbosa Pinto)



(Maria Manuela de Carvalho Álvares)

y



IV. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2017-2019

CONTRATO MANDATO CMP

(Un.: euro)

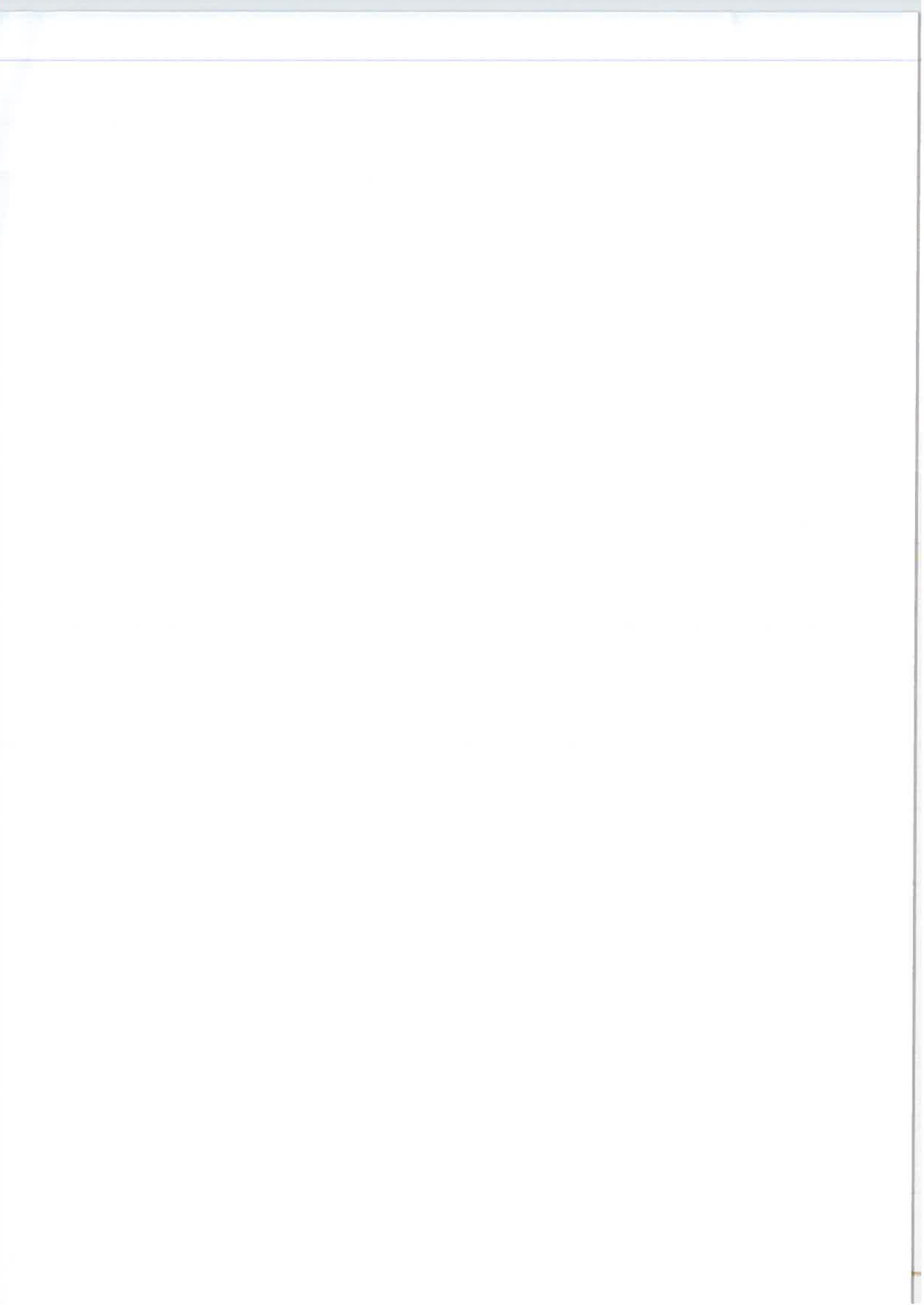
Designação	2017	2018	2019
1 COESÃO SOCIAL			
1.1 Solidariedade Social	300.000	300.000	300.000
1.2 Habitação Social			
Habitação Social	11.416.853	22.812.037	10.000.000
Hab. Soc.-Reabilitar para Arrendar	6.373.147	158.041	
subtotal	18.090.000	23.270.078	10.300.000
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana	300.000	600.000	600.000
Edifícios a reabilitar - centro histórico	1.796.275	2.111.275	
subtotal	2.096.275	2.711.275	600.000
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação	500.000	800.000	800.000
10 DESPORTO			
Manutenção de polidesportivos exteriores –			
10.1 ringues	100.000	100.000	100.000
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
13.1 Funcionamento dos serviços	600.000	600.000	600.000
Outras intervenções	100.000	100.000	100.000
subtotal	700.000	700.000	700.000
Total	21.486.275	27.581.353	12.500.000

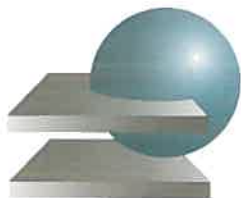
4



TA

V. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO





JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, n.º 6 alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os Instrumentos de Gestão Previsional para os exercícios de 2017 a 2019, da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (Domus Social, EM) consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

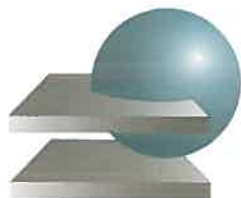
2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;

100
100
100
100
100

100



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

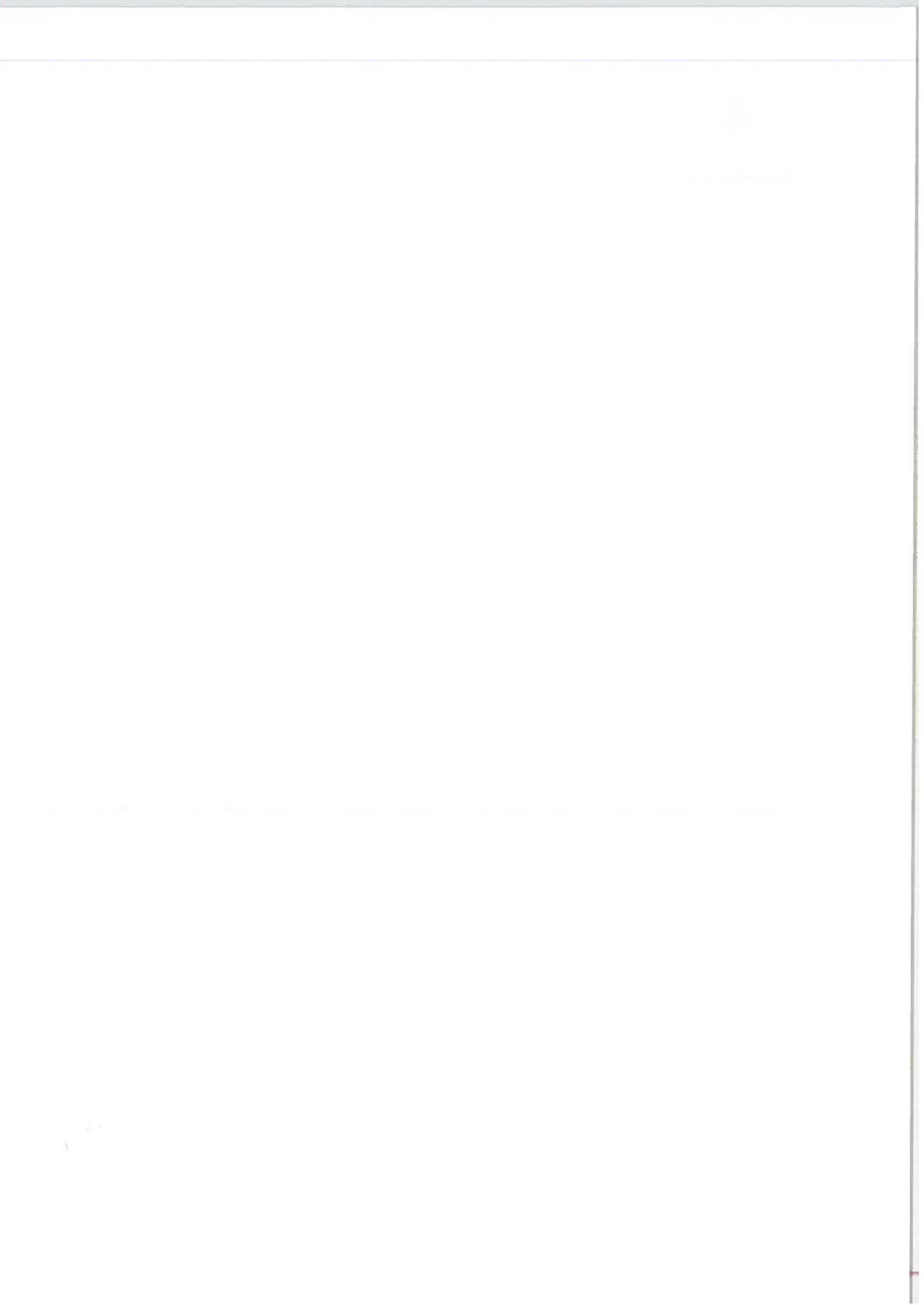
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

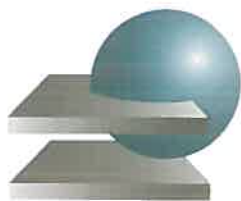
Parecer

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

8. Sem afetar o parecer expresso no parágrafo n.º 6 acima, chamámos a atenção para as situações seguintes:
- a) O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2016. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo





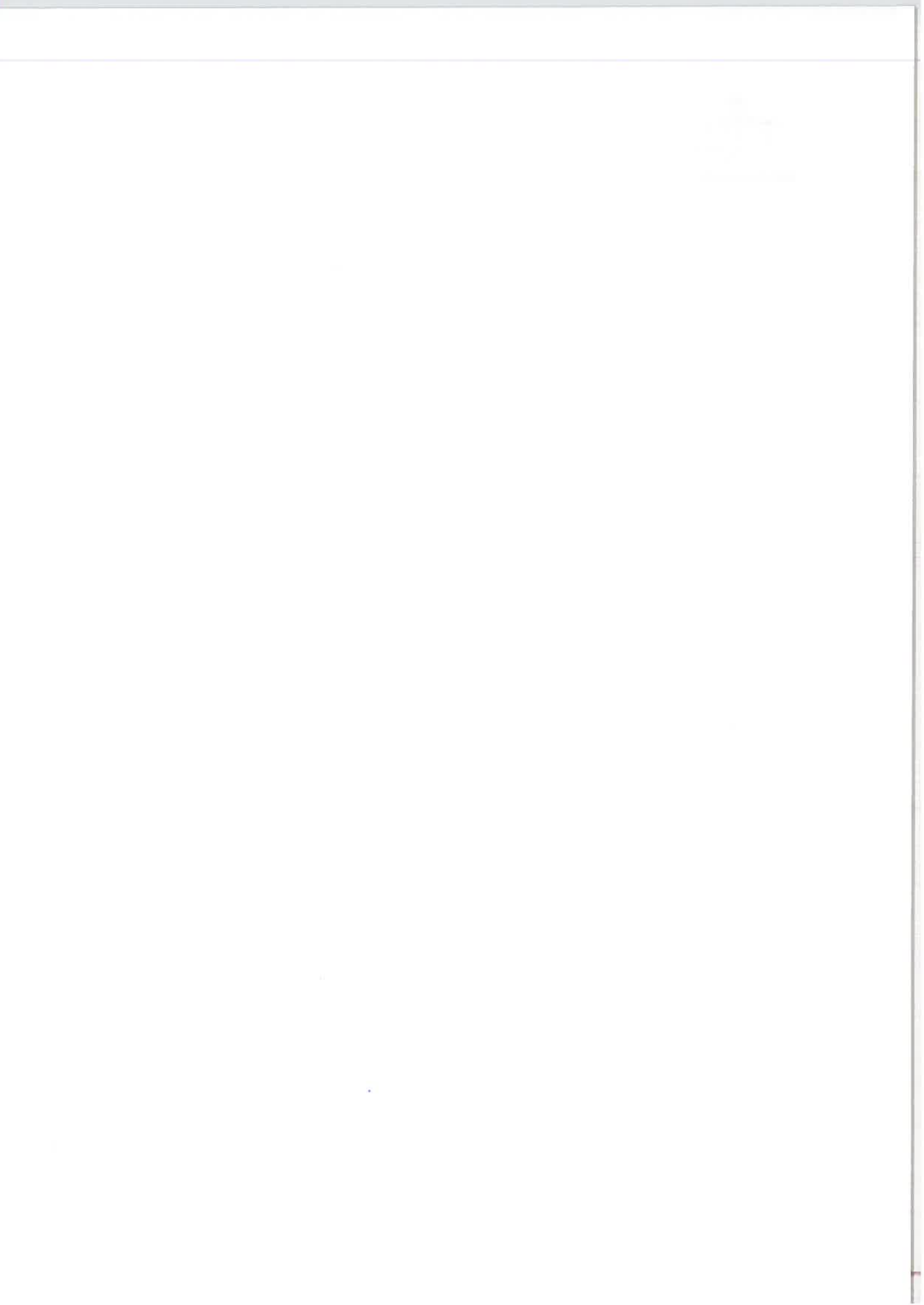
JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estimados e incluídos nos capitais próprios, poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados. Adicionalmente, o modelo de projeções financeiras referido teve por base a estrutura conceptual e as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não obstante a Domus Social, EM, estar obrigada a adotar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em 1 de janeiro de 2017.

- b) De acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, a Domus Social, EM, está obrigada a adotar o SNC-AP em 1 de janeiro de 2017 na qualidade de entidade pública reclassificada. De acordo com a norma transitória do referido diploma a adoção obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e nomeadamente dos ativos fixos tangíveis, assim como à utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, sendo firme convicção do Conselho de Administração que o processo de transição não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Domus Social, EM, porquanto que os ativos sob gestão da Empresa (Parque de Habitação Pública Municipal) são propriedade da Câmara Municipal do Porto, sendo também esta que detém o seu controlo para efeitos das normas do SNC-AP.
- c) Para 2017, a Domus Social, EM, está dependente da Câmara Municipal do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do contrato de prestação de serviços anualmente formalizado, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Empresa.
- d) Em 2013, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) indeferiu um pedido de revisão oficiosa apresentado pela Domus Social, EM, em sede do Imposto sobre o Valor







JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor no ano de 2012 o montante de aproximadamente 525.000 euros, relativo ao período de julho a dezembro de 2008. Após decisões do Tribunal Arbitral e do Tribunal Central Administrativo Sul favoráveis à Domus Social, EM, aguardam-se outros desenvolvimentos processuais para conclusão do processo.

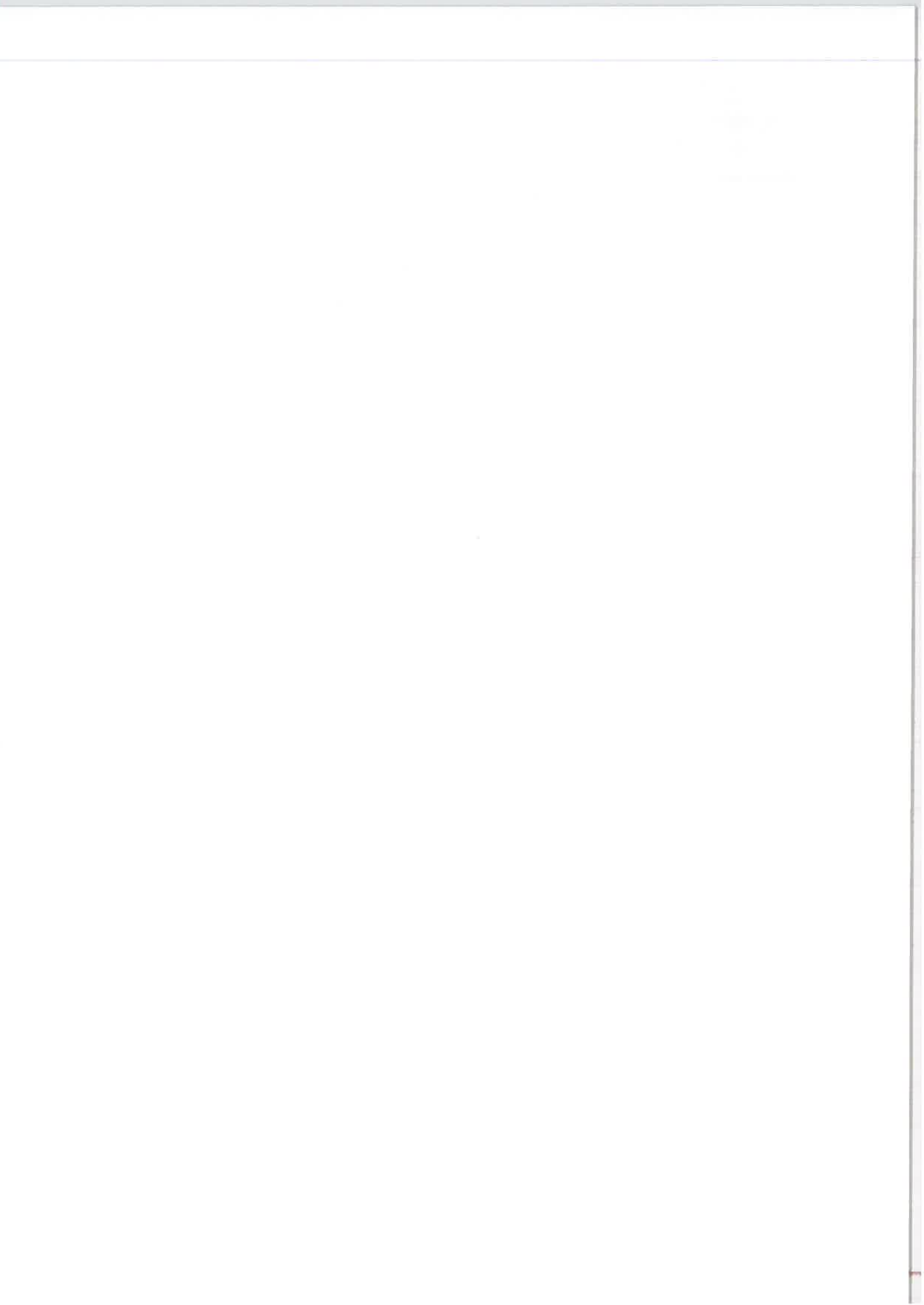
Em janeiro de 2014, em razão da aplicação dos mesmos procedimentos, a Domus Social, EM, apresentou novo pedido de revisão oficiosa, de acordo com o disposto no artigo 78º da Lei Geral Tributária e do artigo 98º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, por imposto liquidado em excesso relativo aos anos de 2010 e 2011, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor em 2014 o montante de aproximadamente 1.456.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido de revisão oficiosa e a Empresa decidido recorrer da decisão para o Tribunal Arbitral, o qual se declarou incompetente. Face a esta decisão, a Domus Social, EM, decidiu interpor recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo.

Assim, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 1.981.000 euros, cuja recuperabilidade depende de decisões judiciais favoráveis à Empresa ou da reversão dos movimentos acima referidos, efetuados com a Câmara Municipal do Porto, caso sejam desfavoráveis.

Porto, 12 de outubro de 2016

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por


(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)





Instrumentos de Gestão Previsional
para o Triénio 2017 - 2019

J. Lacerda
[Signature]
04

ÍNDICE

PREÂMBULO	2
I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS	7
A – ENQUADRAMENTO	8
B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	14
C – PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	17
D – PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	21
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2017	24
A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 / PRESSUPOSTOS	25
B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	39
C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA	40
D – BALANÇO PREVISIONAL	41
III – EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO	42
ANEXO 1 – CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS PARA O TRIÉNIO 2017-2019	45
ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	47

D. Picante
[Signature]
07

PREÂMBULO

J. L. Pereira
[Signature]
07

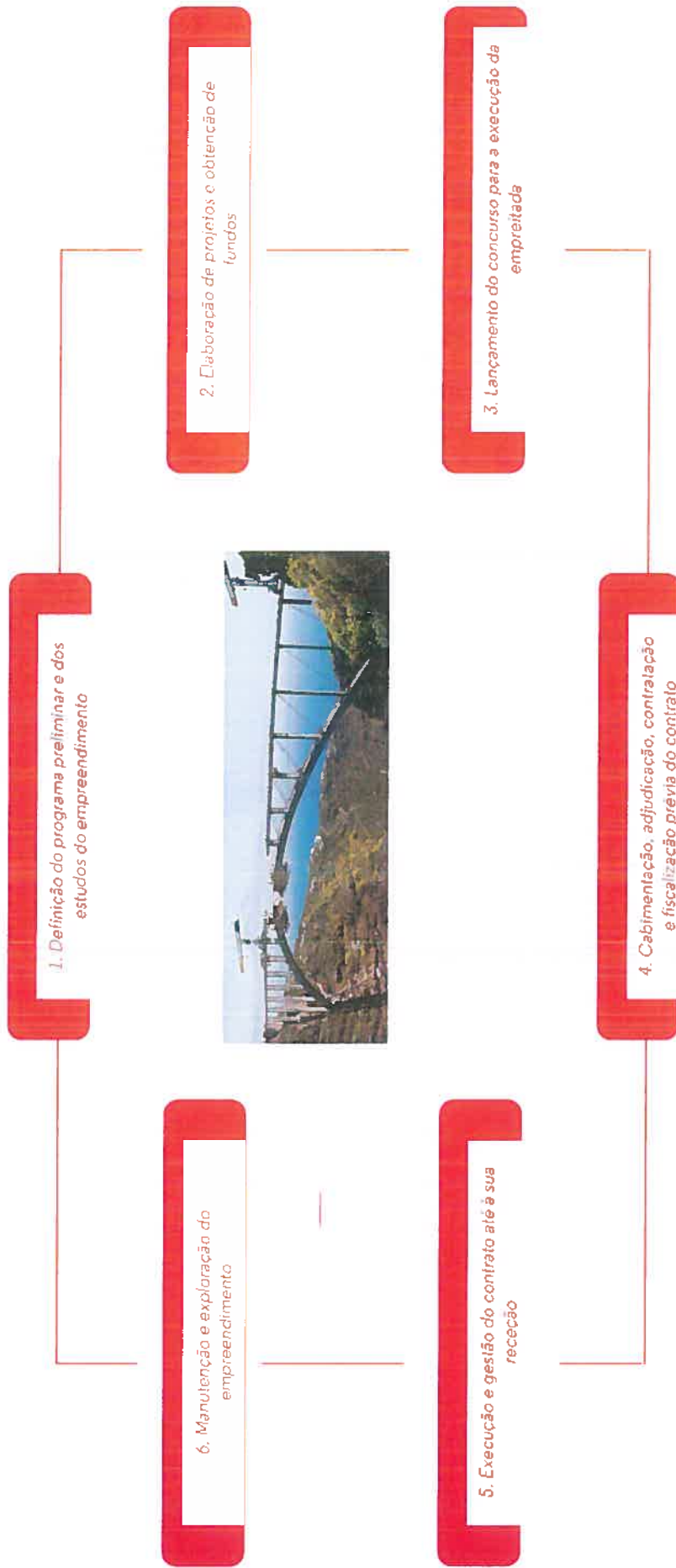
Por decisão da Câmara Municipal do Porto, a GOP, EM, viu o seu objeto social ampliado com o fito de promover uma maior integração organizacional na gestão das várias etapas que caracterizam o ciclo de vida dos empreendimentos que envolvem a execução das obras públicas. A autarquia pretendeu concentrar numa única estrutura a gestão das diferentes etapas implicadas na génese, concretização e exploração dos empreendimentos, desde portanto o momento da identificação da necessidade e até ao momento em que o objeto deve ser descontinuado, na medida da sua obsolescência.

Assegurando a gestão de todas as etapas do ciclo de vida dos empreendimentos, a GOP, EM, como organização de natureza empresarial, estará mais apta a planear a sua ação, a gerir a fase em que o empreendimento se encontra, podendo também, a cada passo, definir ou ajustar a estratégia a implementar, assimilando novas competências e retirando ensinamentos e aprendizagens da sua ação.

Até 2016, a GOP, EM, limitou a sua atividade à promoção, construção, renovação, beneficiação e conservação *stricto sensu* do património e das infraestruturas do município do Porto. A atividade da GOP, EM, tal como estava definida no seu pacto social, consistia *na prática de todos os atos materiais e jurídicos necessários à perfeita concretização e implementação dos planos, projetos, obras e demais empreendimentos cuja gestão lhe era confiada*, compreendendo as execução das atividades de conceção e execução, entregando o resultado final ao cliente.

A promoção, construção, renovação, beneficiação e conservação do património e das infraestruturas concretiza-se, no quadro da atividade de gestão integrada da obra pública, no planeamento e na prática de todos os atos materiais e jurídicos indispensáveis à gestão de todas as fases suscetíveis de serem integradas no ciclo de vida de uma qualquer obra pública.

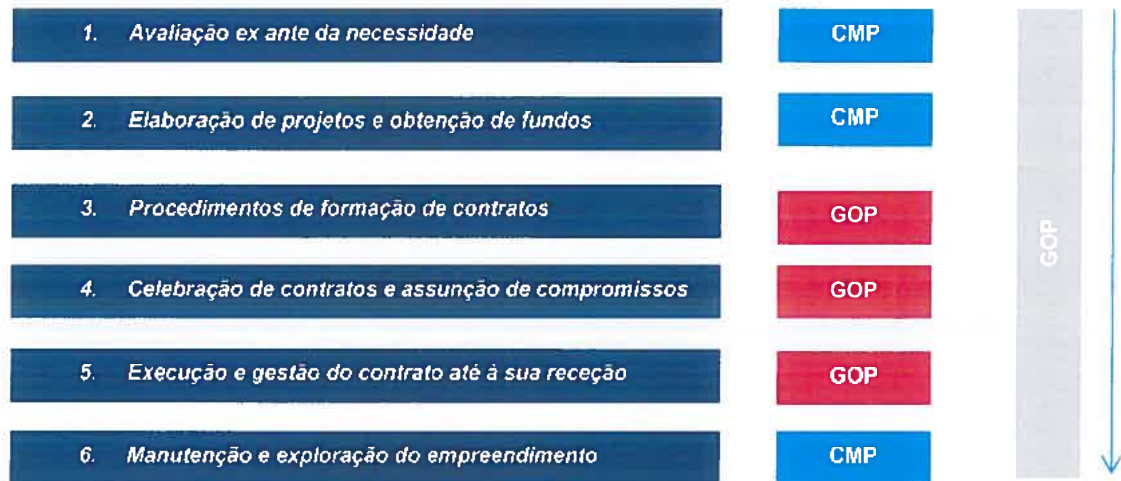
Podem ser identificadas seis grandes etapas no ciclo de vida de um empreendimento de obras públicas, que se relacionam entre si de forma sucessiva, e que podem ser retratadas nos termos seguintes:



D. Lima
CA

O. Pimenta
9/1

Atualmente, a GOP assume a responsabilidade, no quadro organizativo municipal, por gerir apenas algumas das etapas ou fases do ciclo de vida da obra pública:



Ao encarregar a GOP, EM, da promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação, gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas, a autarquia concentra todo o ciclo de vida do empreendimento na empresa, o que determina uma modificação no seu posicionamento estratégico, fazendo-a evoluir de uma empresa meramente prestadora de serviços para uma empresa que fica obrigada, com a exploração, a cumprir uma gestão a 360 graus. A incorporação na GOP, EM, do exercício das atividades complementares àquelas que rotineiramente já vinha desenvolvendo – *captação de financiamento, conservação e manutenção e exploração de infraestruturas* – concretiza e completa o processo de *project management* e melhor realiza o ciclo de vida dos empreendimentos públicos sob a sua alçada.

Integrando no seu objeto novas e exigentes atividades, que convocam a mobilização e alocação de adicionais e especializados recursos, humanos, materiais e tecnológico, o custo da estrutura naturalmente evoluirá para valores mais elevados, tal como se retrata nos mapas orçamentais.

Assim,

Conforme resulta do estabelecido nos artigos 21.º e 23.º dos Estatutos da GOP, EM, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional para o triénio 2017-2019.

J. L. Ferreira
[Handwritten signature]

Resulta do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:

- a) *Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;*
- b) *Projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;*
- c) *Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;*
- d) *Documento de prestação anual de contas;*
- e) *Relatórios trimestrais de execução orçamental;*
- f) *As demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local e da sua atividade.*

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos seus Estatutos, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento.

De acordo com os Estatutos da GOP, EM, a contabilidade deve respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, responder às necessidades da gestão da empresa e permitir um controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais. As demonstrações financeiras incorporadas nos instrumentos de gestão previsional foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Pessoalmente comprometidos com a GOP, EM, o Conselho de Administração apresenta nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos Estatutos da Empresa, os Instrumentos de Gestão Previsional. Do presente documento faz parte integrante o parecer do Fiscal Único, tal como determina o já citado artigo 25.º, n.º 6, alínea j), da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.



J. P. Pereira
[Signature] C97

I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS

J. A. ...
[Signature]
ca

A - ENQUADRAMENTO

1 - INTRODUÇÃO

A partir de 2017, com a ampliação do objeto social da GOP, EM, esta Empresa Municipal passa a incorporar a gestão integral dos empreendimentos do Município do Porto, tendo por base a elaboração e concretização de planos, projetos e obras que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação e exploração do seu património não habitacional e das suas infraestruturas urbanísticas. Sendo este o core business da empresa, os seus procedimentos assentam, com especial ênfase, na especialização e na ampliação de competências no sentido de, de uma forma rigorosa, dar corpo às exigências dos seus clientes.

2 - OBJETIVOS PARA 2017

Assente no atual regime jurídico da atividade empresarial local aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a GOP, EM, inicia o exercício de 2017 com a sua atividade de empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional notoriamente incrementada com a pretensão de assegurar a grande reabilitação dos edifícios não habitacionais e a gestão integrada de todo ciclo de vida das infra-estruturas urbanas do Município do Porto, cuja exploração e rentabilização lhe seja confiada através da contratualização de "acordos de cedência de equipamentos municipais".

A grande reabilitação dos edifícios não habitacionais cuja contratação pelo Município do Porto se efetua, conforme decorre do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, através da adjudicação de serviços, e por intermédio de um contrato denominado de "contrato de gestão de empreendimentos", normatividade que vem, aliás, como que subscrever e reiterar o típico processo de ligação institucional/contratual que vinha a empresa, desde a sua fundação, a manter com a Câmara Municipal do Porto.

Do atual quadro legal, mais concretamente do n.º 1 do artigo 50.º, a GOP, EM, também, e paralelamente, vincular-se-á com a Câmara Municipal do Porto, ao abrigo de um contrato-programa, que definirá a missão e as obrigações e responsabilidades da GOP, EM, como empresa local de promoção do desenvolvimento local, na consecução dos objetivos, políticas e estratégias municipais, assim como na cedência da gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas do Município.

Para 2017, continuando a estratégia em curso, a GOP, EM, em homenagem ao seu objeto social e à sua função no universo municipal, reforça a aposta na colaboração, permanente e estreita, com a estrutura autárquica na

J. F. Almeida
CF

prossecação dos objetivos comuns nas diversas áreas. Para isso, continuará a privilegiar a simplificação, a eficácia e a responsabilização nas relações e comunicações entre a GOP, EM, e as diversas unidades orgânicas camarárias que tutelam os empreendimentos em curso, bem como com todas as entidades participadas pelo município.

A GOP, EM, com suporte nesta estratégia, está em condições de assumir e garantir, em 2017, o cumprimento dos contratos a celebrar com a Câmara Municipal do Porto, prosseguindo e atingindo os sobreditos objetivos, sem prejuízo de outras colaborações que, de forma cabal e sustentada, lhe sejam, em qualquer momento, solicitadas pela autarquia.

A GOP, EM, continuará profundamente empenhada em rentabilizar os seus recursos e know-how, empreendendo esforços no sentido de alargar a sua atuação a outros mercados fora da esfera exclusiva da Câmara Municipal do Porto – embora sempre a ela subordinada e/ou interligada – por saber constituir essa uma oportunidade para contribuir não só para a bem público, mas também para a redução dos encargos implicados na sua estrutura.

A empresa continuará o esforço empreendido desde 2013, de consolidação da sua organização e monitorização dos resultados alcançados, mantendo a aposta no monitorização, análise e ponderação dos indicadores de desempenho estabelecido. instrumento auxiliar de gestão crítico na identificação de constrangimentos e, sobretudo, oportunidades de melhoria, roteiro que constitui uma dimensão permanente e prioritária na atividade corrente da organização.

Tendo já sido capaz de introduzir, no triénio que se completou, mecanismos e processos de trabalho que incrementaram os níveis de produtividade, através de um desafio coletivo e de propostas individuais, devidamente espelhados em objetivos (de empresa, de direção e individuais) mensuráveis e controláveis, a aposta assumida para 2017, em reforço do caminho trilhado, passará também pelo desafio da auto aprendizagem, com estudo e a criação de soluções, mecanismos e instrumentos técnicos, jurídicos e de gestão que permitam conceber e implementar opções que tornem as obras públicas municipais cada vez mais controladas, com menos custos associados e com maiores garantias de perfeição na sua execução.

Neste específico domínio de inovação, a GOP, EM, dará plena expressão à solução técnico/contratual, já devida e adequadamente testada e verificada por instâncias jurisdicionais de controlo, que permite assegurar a adjudicação de determinada tipologia de obras públicas, independentemente do valor, com efeitos praticamente automáticos.

J. A. Almeida
[Handwritten signature]
ca

Neste domínio, em 2017, esta solução continuará operacional quer para a execução de obras de pavimentação da via pública que o Município decida executar, quer para a implementação de correções necessárias levar a cabo em sede de pós-construção.

3 – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

No ano de 2017, a GOP, EM, manter-se-á atenta às necessidades que possam surgir no ajustamento ao seu modelo de gestão de empreendimentos, tarefa alicerçada na reflexão de grupo e numa estratégia de envolvimento dos colaboradores que se mostrou eficaz no decurso do triénio que se concluiu, com especial ênfase nas atualizações das suas tecnologias informáticas de controlo, monitorização e gestão, onde se destaca a entrada em ambiente produtivo no passado mês de abril, de uma nova aplicação informática de gestão de empreendimentos – designada de “Int’Graal” - que, enquanto motor de gestão documental e de definição de tarefas por processos, veio trazer a mais-valia da adoção de uma estratégia de pluridisciplinaridade com três vertentes de execução paralelas: gestão, jurídica e administrativa que, desta forma horizontal e diferenciada dentro da GOP, EM, abrange todos os serviços que solicitam, suportam financeiramente, gerem e controlam processos de aquisição de serviços e bens ou de execução de empreitadas.

Prosseguir-se-á ainda no sentido de preservar a Certificação de Qualidade que a empresa detém desde 2005.

A GOP, EM, em 2017, continuará a privilegiar o reforço das medidas de coordenação, controlo e monitorização interna destinadas assegurar a qualidade dos serviços prestados pela empresa. Nesse quadro inscreve-se a continuação da política de transparência e publicidade na atuação, na auditoria interna, designadamente às obras e à gestão da própria empresa, e na responsabilização dos fornecedores em caso de incumprimento censurável.

O rigor na gestão dos empreendimentos aplicados pela GOP, EM, tem sido sublinhada pela circunstância da empresa ver a sua atividade permanentemente fiscalizada, em sede preventiva, pelo Tribunal de Contas que, até hoje, quer na gestão que desenvolve para autarquia, quer para terceiros, num total de 108 contratos, nunca recusou um sequer visto prévio, confirmando, assim, uma taxa de sucesso na contratação de 100%. Esta realidade, seguramente pouco comum para não dizer singular a nível nacional, constitui um resultado manifestamente positivo do desempenho organizacional mas que tem e vai continuar a ser prosseguido.

Aliás, a regularidade da gestão pré-contratual que a GOP, EM, conseguiu imprimir permitiu-lhe obter um tempo médio para a obtenção de visto prévio (período de tempo transcorrido entre a remessa do processo para fiscalização prévia e a notificação do visto) em 58,7 dias de calendário.

O. Almeida
[Handwritten signature]
027

4 – ORGANIZAÇÃO

A análise empreendida pelo Município do Porto à organização, estrutura e competências das suas empresas municipais, concluiu que seria útil - por forma a otimizar a gestão -, aumentar a eficiência, potenciar a capacidade instalada e o *know-how* existente, alterar os estatutos da GOP, EM, e DomusSocial, EM.

A alteração dos objetos sociais da GOP, EM e DomusSocial, EM, permitirá estabelecer uma clara diferenciação entre as finalidades a prosseguir para cada uma das referidas empresas municipais, prevenindo riscos de sobreposição de atividades, procedendo à reestruturação organizativa e assegurando uma maior especialização nas áreas próprias de atuação de cada uma.

Ao encarregar a GOP, EM, da promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação, gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas, a autarquia concentra todo o ciclo de vida do empreendimento na empresa, o que determina uma modificação no seu posicionamento estratégico, fazendo-a evoluir de uma empresa meramente prestadora de serviços para uma empresa que fica obrigada, com a exploração, a cumprir uma gestão a 360 graus. A incorporação na GOP, EM, do exercício das atividades complementares àquelas que rotineiramente já vinha desenvolvendo - *captação de financiamento, conservação e manutenção e exploração de infraestruturas* - concretiza e completa o processo de *project management* e melhor realiza o ciclo de vida dos empreendimentos públicos sob a sua alçada.

Integrando no seu objeto novas e exigentes atividades, que convocam a mobilização e alocação de adicionais e especializados recursos, humanos, materiais e tecnológico, o custo da estrutura naturalmente evoluirá para valores mais elevados, tal como se retrata nos mapas orçamentais.

No seguimento da reestruturação organizativa e, por forma, a assegurar uma maior especialização nas áreas próprias de atuação da GOP, EM, a empresa integrará todas as suas atividades do seu core business num sistema de Gestão da Qualidade, que zelará pelo cabal cumprimento das exigências legais e regulamentares em matéria de licenciamento, trabalho, segurança, saúde e higiene.

A GOP, EM, está organizada de forma flexível, assentando as suas competências numa base extensa, abrangendo multidisciplinarmente as várias vertentes da engenharia aplicadas à gestão das obras públicas e à gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas municipais. Assim, a sua estrutura matricial permite com facilidade a adaptação aos vários desafios que lhe vão sendo lançados ao longo do tempo e

J. P. Almeida

97

que se traduzem em alterações quer no objeto, quer na dimensão dos empreendimentos que gere.

Desde os grandes empreendimentos estruturantes até à simples intervenção de gestão de garantias de construção, a estrutura da GOP, EM, continuará a melhorar no sentido de responder com eficácia e de uma forma adequada às necessidades de gestão do processo.

Transversalmente, o Sistema de Informação da GOP, EM, integrará as diferentes áreas de atuação da empresa (área de exploração e área de gestão de empreendimentos) através de: Gestão dos processos de comunicação, Gestão da Qualidade, Planeamento e Controlo e Gestão Documental, tendo em vista, garantir um correto acompanhamento e coordenação do plano de atividades, assegurando, quer a disponibilização em suporte adequado de todos os elementos que, fazendo parte daquelas áreas de gestão, se revelam necessários à instrução de eventuais processos e candidaturas a financiamentos externos, quer a auditabilidade de todos os estádios de desenvolvimento daquele plano.

5 – RIGOR NA SOLVABILIDADE

A GOP, EM, depende, na realização de pagamentos a terceiros, das disponibilidades de tesouraria do seu principal cliente – o Município do Porto. Exigir dos fornecedores o cumprimento rigoroso dos termos contratualizados no que respeita a prazos, custos e qualidade de execução, para, com isso, obter os resultados pretendidos de forma clara e transparente, requer o cumprimento recíproco, por parte da GOP, EM, das obrigações que assume.

Os atrasos nos pagamentos devidos aos adjudicatários têm reflexos negativos efetivos na possibilidade de monitorização, controlo e tomada de ações corretivas sobre o cumprimento dos objetivos contratuais.

Pelo que se expôs, o *rigor na solvabilidade de compromissos financeiros com terceiros* por parte da GOP, EM, é um objetivo estratégico fundamental a assegurar.

6 – SISTEMA DA QUALIDADE

O processo de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da GOP, EM constitui um instrumento importante para monitorizar e acompanhar a evolução dos objetivos que a empresa se propõe atingir, que a nível organizacional tem contribuído para a evolução da empresa, promovendo uma política de melhoria contínua e a consolidação dos seus processos. A definição anual de objetivos e a sua monitorização afigura-se uma ferramenta adequada de forma a manter a empresa focada nos seus compromissos.

J. A. Almeida

97


Neste contexto, iremos realizar a reformulação dos objetivos e indicadores, de forma, a que a orientação da empresa seja cada vez mais para os resultados traduzindo-se desta forma num melhor serviço prestado à Câmara Municipal do Porto e conseqüentemente à cidade. Neste sentido, em 2017, prevê-se um investimento expressivo nas rubricas de software e hardware, por forma a adquirir ferramentas adequadas à extração e leitura de dados, essenciais à elaboração e monitorização de indicadores de avaliação de desempenho da empresa.

J. Almeida
af

B - PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE ATIVIDADES

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

Em resultado da ampliação do seu objeto social a partir de 2017, a GOP, EM, desenvolverá igualmente na base da cedência de posições contratuais, a gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas do Município do Porto.

Em exercício de arranque, prevê-se em 2017 um volume de negócios de € 662.114,55 com uma rendibilidade positiva de € 32.302,37.

CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

Os recursos financeiros tidos como necessários para a concretização das iniciativas a executar pela Empresa no ano de 2017 ascendem a € 26.500.000,00 (valor com IVA incluído) com origem na CMP.

De acordo com o contrato de gestão de empreendimentos, a GOP, EM, desenvolverá a gestão dos empreendimentos designadamente a contratação, em nome ou em representação do seu cliente, de projetos, empreitadas e outras prestações de serviços associadas, bem como efetuará a supervisão e controlo dos contratos em causa.

Para o triénio 2017-2019 os investimentos, por setor caracterizam-se da seguinte forma:

1. Programa Mercator – Nesta área, insere-se a reabilitação do Mercado do Bolhão, incluindo a criação de um mercado provisório e a construção de acesso em túnel.
2. Dinamização da Cultura – Prevêem-se trabalhos em diversos museus da cidade, nomeadamente, Museu Romântico, Caminhos do Romântico (Casa Tait), Casa Museu Marta Ortigão Sampaio, Museu Vinho do Porto e Museu Miró, entre outros, e na Biblioteca Pública Municipal.
3. Reabilitação / Requalificação Urbana – Na área da regeneração urbana pretende-se executar os trabalhos de consolidação em diversas escarpas da Cidade, nomeadamente, nas Fontainhas, seções 3.2 e 5.1., na Arrábida, na R. de D. Pedro V, na R. D. João IV e no Palácio de Cristal.

D. T. T. T. T.
OT

4. Promover e fomentar a Educação – Estão previstas intervenções em escolas do Ensino Básico, nomeadamente, Fonte da Moura e Pasteleira.
5. Incentivar e dinamizar o Desporto – Nesta área, prevêem-se intervenções em diversos equipamentos desportivos da cidade, com destaque para o Campo da Faculdade de Desporto da U.P., Parque Desportivo de Ramalde e Campo do Sporting Clube da Foz.
6. Melhoria da mobilidade e infraestruturas – Neste grupo, incluem-se as grandes intervenções na Via Pública, em coordenação com os diversos concessionários e empresas detentoras de infra-estruturas no subsolo. Relevam-se as intervenções nas ruas D. João Mascarenhas, Serralves, Padre António Vieira, Justino Teixeira, Pinto Bessa, Guedes de Azevedo e Bonjardim, e nas avenidas Marechal Gomes da Costa, Fernão de Magalhães e Troço Central da Av. da Boavista. Destacam-se ainda as obras seguintes: Arruamentos da UPTEC, Arranjo Urbanístico do Bairro Leão XIII e Terminal Intermodal de Campanhã.

É de destacar a gestão das obras de infra-estruturas da Águas do Porto, EM, associadas às intervenções no espaço público geridas pela GOP, EM, para o Município do Porto.

A empresa irá ainda continuar a desenvolver os procedimentos na área da repavimentação de diversos arruamentos.

7. Qualificação dos Espaços Verdes – Além de várias intervenções em parques e jardins, com destaque para a intervenção nos Jardins do Palácio de Cristal, prevê-se a continuação da construção e ampliação da rede de Parques Infantis na cidade e a remodelação da Praça da República. Neste triénio prevê-se ainda a remodelação das Infraestruturas na Rotunda da Boavista.
8. Promoções do Ambiente Urbano – Nesta área, incluem-se os restauros das capelas dos cemitérios de Agramonte e do Prado do Repouso.
9. Direitos dos Animais – Assume relevância, nesta área, a construção de um Canil/Gatil.
10. Funcionamento dos serviços – Neste grupo, destaca-se a Remodelação e Ampliação do edifício do BSB e as obras no Edifício Municipal de S. Dinis, como também a ampliação do Edifício da Polícia Municipal.

J. J. ...
[Signature] 07

11. Outros – Nesta rubrica encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.

J. A. Almeida
09

C - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1 - PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2017-2019

O investimento previsto reparte-se da seguinte forma (valores em euros):

INVESTIMENTO	ANO2017	ANO2018	ANO2019
Activos Fixos Tangíveis	164.170,00	8.500,00	8.500,00
Hardware	146.500,00	3.500,00	3.500,00
Equipamento Auxiliar e Administrativo	17.670,00	5.000,00	5.000,00
Activos Intangíveis	150.000,00	2.500,00	2.500,00
Programas de computadores	150.000,00	2.500,00	2.500,00
Total	314.170,00	11.000,00	11.000,00

O financiamento do investimento previsto no triénio de 2017-2019 será assegurado com recurso a autofinanciamento.

O investimento previsto em hardware para o ano de 2017 está relacionado com o investimento na aquisição de 4 servidores, uma firewall, e outro equipamento informático para desenvolver e renovar a infra-estrutura informática da empresa. Este investimento é imprescindível ao desenvolvimento da atividade pois a infra-estrutura informática que a GOP, EM, dispõe está completamente obsoleta e no limite da rutura e de qualquer forma já necessitava de ser renovada. Uma vez que, como resultado da alteração do objeto social e da estrutura interna da GOP, EM, esta se vai separar fisicamente da DomusSocial, EM, e aumentar o escopo do âmbito da sua atividade ainda mais premente se torna este investimento.

Nos anos de 2018 e 2019 o investimento nesta área estará relacionado com algumas necessidades anuais de atualização tecnológica dos equipamentos.

No que respeita a equipamento administrativo, o valor previsto para o ano de 2017 está relacionado com a aquisição de mobiliário para os novos colaboradores a contratar, divisórias e uma nova central telefónica para substituir a existente.



D. Finanças
[Handwritten signature] CA

Nos anos seguintes o investimento previsto está diretamente relacionado com necessidades inerentes à substituição do mobiliário de escritório que deixa de estar em condições de uso.

O aumento da rubrica programas de computadores em 2017 está relacionado com a aquisição da licença Oracle e a aquisição do software BI (*business intelligence*) e o upgrade do GIAF (software da área financeira). A empresa já se vinha a debater com a dificuldade cada vez maior de conseguir extrair dados fiáveis do seu sistema financeiro que lhe permitisse responder às exigências cada vez maiores do controlo de qualidade e de gestão da sua atividade. A juntar a esta situação temos em 2017 uma nova área de negócio e o facto de o Município do Porto ter de adotar um novo sistema contabilístico, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública). Apesar de a GOP, EM, não se tratar de uma entidade reclassificada, e que por isso manterá o seu referencial contabilístico atual, ou seja, o SNC, não obstante, considerando que está obrigada a preparar um orçamento por força da alínea b) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que integra o perímetro de consolidação de contas no qual o Município é entidade Mãe, poderá e será recomendável, que adote, sem prejuízo de manter o SNC, a NCP 26 (Norma Contabilística Pública) em matéria de mapas previsionais e documentos de relato e divulgação.

O investimento previsto nos anos de 2018 e 2019, nesta área prender-se-á, a eventuais atualizações no software de apoio à gestão das obras e da área financeira resultantes de imperativos legais.

D. P. Almeida
[Signature] CH

2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2017-2019

A estrutura previsional de recursos humanos para o triénio de 2017-2019 é a seguinte:

	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
Direção Administrativa e Financeira	3	3	3
Recursos Humanos	2	2	2
Gabinete Jurídico	3	3	3
Sistemas de Informação e Qualidade	2	2	2
Centro Documental	3	3	3
Direção de Produção	11	11	11
Direção de Exploração	7	7	7
Secretária de Administração	1	1	1
Assessor da Administração	1	1	1
Comunicação	1	1	1
Total	34	34	34

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores conforme previsto nos estatutos.

A GOP, EM, irá separar-se fisicamente da DomusSocial, EM, pelo que a partilha de recursos e serviços partilhados deixa de ser exequível, facto que por si só obrigaria a uma reformulação e uma dotação das áreas de apoio à atividade da empresa. A acrescentar a esta situação temos o facto de o volume de obra a executar para o Município do Porto ter aumentado o que obriga à contratação de mais 2 colaboradores para esta área e por fim como os estatutos da empresa foram alterados para permitir que a empresa possa gerir e explorar o património não habitacional e infra-estruturas urbanísticas pertencentes ao Município do Porto, torna-se necessário criar um novo departamento para fazer face a esta nova realidade. Assim, estima-se a contratação de 13 novos colaboradores.

À semelhança do passado, os quadros da GOP, EM, continuarão a colaborar ativamente com a autarquia e com as suas participadas, sempre que para tal forem solicitados.

Formação

A formação profissional dos seus quadros continuará a ser uma das principais apostas da política de recursos humanos desta empresa.

D. P. Almeida
M. CA

Apesar do momento de retração económica, tentaremos manter o investimento na formação dos nossos quadros, escolhendo a especialização técnica como fator determinante para o desenvolvimento da organização e dos seus profissionais.

Com o propósito de garantir que ao investimento realizado, correspondem os resultados pretendidos, a GOP, EM, continuará a aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras contratadas.


Avaliação de Desempenho

O sistema de avaliação do desempenho dos colaboradores está implementado na organização desde 2009.

Este processo, é considerado uma importante ferramenta de gestão da empresa, dado que:

- Assegura que todos os colaboradores são alvo de uma avaliação de desempenho e aconselhamento individual, por um sistema que partilha princípios análogos e é baseado no SIADAP;
- Contribui para a melhoria da gestão da organização pois alinha as atividades das Direções/Áreas com os objetivos estratégicos da empresa, funcionando como instrumento para que estes sejam atingidos;
- Promove o desenvolvimento profissional dos colaboradores, através de *feed-back* do seu desempenho e aconselhamento/acompanhamento profissional;
- Permite reconhecer e distinguir os melhores desempenhos, promovendo uma cultura de excelência e aumentando o envolvimento dos colaboradores com a organização;
- Pode apoiar o processo de decisão estratégico, pois evidencia os resultados obtidos, identifica os principais obstáculos e utiliza as competências existentes.

O processo de avaliação do desempenho continuará a ser fortemente implementado e desenvolvido, pois, e apesar do cenário económico e de reduções salariais, a GOP, EM, considera que o reconhecimento do mérito, do empenho e do rigor no trabalho, é uma das principais chaves para a motivação das equipas/individual e para o sucesso da organização.

J. Pereira
 07

D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO PARA O TRIÉNIO	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
INVESTIMENTO			
Activo Não Corrente	314.170,00	11.000,00	11.000,00
Fundo de Maneio - acrescido das necessidades no período	-185.443,52	107.609,20	103.949,29
TOTAL	128.726,48	118.609,20	114.949,29
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO			
Autofinanciamento	128.726,48	118.609,20	114.949,29
TOTAL	128.726,48	118.609,20	114.949,29

O plano financeiro apresentado teve por base os seguintes pressupostos para o triénio 2017-2019 (valores em euros).

PRESSUPOSTOS	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
Taxa de inflação	1,40%	1,50%	1,50%
Taxa de IRC de derrama	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal op	0,15%	0,15%	0,15%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de remuneração dos serviços de gestão prestados a outras entidades que não CMP	5,00%	5,00%	5,00%

Quanto à estimativa dos rendimentos, foram considerados proveitos provenientes de duas áreas: da gestão e exploração do património não habitacional e das infra-estruturas urbanísticas pertencentes ao Município do Porto que for colocado sob a responsabilidade da empresa e da gestão de empreendimentos resultante do contrato a celebrar de gestão de empreendimentos com a Autarquia para o triénio 2017-2019.

No âmbito do contrato de gestão e exploração do património não habitacional e das infra-estruturas urbanísticas pertencentes ao Município do Porto a celebrar com a Autarquia foi estimado um retorno a realizar em 2017 na ordem dos €814.400,89 (valor com Iva incluído). Na sequência do exposto, as prestações de serviços estimadas para 2017, no âmbito do contrato de gestão e exploração de património Municipal ascendem a € 662.114,55 (valor sem IVA). Utilizou-se este valor como referência-padrão para estimar a atividade dos anos seguintes.

J. Francisco
A. CA

No âmbito do contrato de gestão de empreendimentos a celebrar com a Autarquia para o triénio 2017-2019 foi estimado um investimento a realizar em 2017 na ordem dos €26.500.000,00 (valor com Iva incluído). O valor do contrato de gestão de empreendimentos foi inscrito no Orçamento de 2017 da CMP, como investimento municipal a realizar pela GOP, EM. Na sequência do exposto, as prestações de serviços estimadas para 2017, no âmbito do contrato de gestão de empreendimentos ascendem a € 26.027.906,51 (valor sem IVA). Utilizou-se este montante como referência-padrão para estimar a atividade dos anos seguintes.

No triénio 2017-2019 a comissão de gestão (encargos gerais de gestão) a aplicar às outras entidades será de 5% sobre o volume de execução de obra.

Os tempos médios de recebimento da CMP mantêm-se, no pressuposto de que se mantém a mesma capacidade de solvência do município dos últimos períodos. Este cenário foi construído com base no pressuposto de que a resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneo será efetuada integralmente por pagamentos da autarquia, uma vez que permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

J. A. Almeida
M.
CF

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICOS FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
RESULTADOS			
Resultado Operacional (Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos)	144.970,40	131.689,32	128.106,53
Resultado Financeiro	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	17.038,40	4.989,32	3.420,70
RENDIMENTOS			
Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos	26.691.021,05	27.091.371,57	27.497.726,94
Subsídio à Estrutura	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
GASTOS			
Gastos com o Pessoal	1.525.427,36	1.525.427,36	1.525.427,36
Fornecimentos e Serviços Externos	27.015.623,29	27.434.082,13	27.844.014,43
BALANÇO			
Total do Activo	4.350.413,28	4.460.138,61	4.567.912,41
Total do Activo Não Corrente	233.378,89	130.754,97	30.226,38
Total do Passivo	3.029.947,27	3.134.657,23	3.239.010,33
Total do Capital Próprio	1.320.496,06	1.525.481,38	1.328.902,08
INDICADORES			
Liquidez Geral	1,36	1,38	1,40
Autonomia Financeira	30,35%	29,72%	29,07%
Autofinanciamento	128.726,48	118.609,20	114.949,29
Necessidade do Fundo de Manuseio - valor acumulado	-185.443,52	107.609,20	103.919,29

O resultado operacional previsto em 2017 é positivo, em € 144.970,40. Nos dois anos seguintes ascendem a € 131.689,32 e € 128.106,53, respetivamente, totalizando um resultado operacional positivo para o triénio 2017-2019 de € 404.766,25.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente do novo contrato de exploração e de outros rendimentos e ganhos – vendas de processos.

É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no contrato de gestão de empreendimentos, por forma a permitir à GOP, EM, cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para os empreendimentos, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora aos empreiteiros.



J. Almeida
04

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2017

D. Lencastre
[Signature] *ca*

A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 / PRESSUPOSTOS

As demonstrações financeiras utilizadas para a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional do triénio 2017-2019 foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo SNC, integrando, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas em 2015.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2017 foi de 1,4%, como indicado nas previsões do Banco de Portugal, em junho de 2016, nas suas projeções para a economia portuguesa.

2 – INVESTIMENTO

INVESTIMENTO	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
Activos Fixos Tangíveis	164.170,00	8.500,00	8.500,00
Hardware	146.500,00	3.500,00	3.500,00
Equipamento Auxiliar e Administrativo	17.670,00	5.000,00	5.000,00
Activos Intangíveis	150.000,00	2.500,00	2.500,00
Programas de computadores	150.000,00	2.500,00	2.500,00
Total	314.170,00	11.000,00	11.000,00

A descrição dos investimentos previstos em cada uma das suas classes e explanação sobre as necessidades que lhes dão origem está de forma detalhada no ponto 1 – C – Plano de Investimento Anual e Plurianual.

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam das receitas arrecadadas com a gestão e exploração do património não habitacional e das infra-estruturas urbanísticas do Município colocadas sob a responsabilidade da empresa e das receitas provenientes do Orçamento da Câmara Municipal através do contrato de gestão de empreendimentos, para o ano 2017.

J. Almeida
M.F.
07

A prestação de serviços para o ano 2017 é a seguinte:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2017	
	Montante sem IVA	Montante com IVA
Prestação Serviços		
Contrato de exploração	662.114,53	814.400,89
Contrato de gestão de empreendimentos com a OMP	26.027.906,51	26.500.000,00
Total da prestação de serviços	26.690.021,06	27.314.400,89
Subsídio à Estrutura	2.000.000,00	2.000.000,00
Outros Rendimentos e Ganhos		
Outros não especificados — relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	1.000,00	1.231,00
TOTAL	28.691.021,06	29.315.630,89

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 30 dias para o triénio 2017-2019.

No que respeita ao enquadramento em termos de IVA dos gastos e rendimentos, os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

Tipologia	Regime de IVA
<u>Serviços de empreitada</u> (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *pro rata*), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não

J. A. Soares
AF. *04*

sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GOP, EM, sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins-de-infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões gimnodesportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Canis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

As taxas médias apuradas nos instrumentos de gestão previsional, ascendem a 2,18% e 2,84%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

4 – GASTOS

4.1 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por "orçamento de base zero". O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de gastos é de 30 dias para o triénio 2017-2019.

D. Almeida
[Signature] *CA*

Os Fornecimentos e Serviços Externos são compostos por 3 grandes grupos: os gastos diretos de obra (96,34%), os gastos diretos da área de exploração (1,21%) e os gastos indiretos ou comuns a toda a estrutura da empresa (2,44%).

Os gastos diretos de obra, que constituem a maior fatia dos Fornecimentos e Serviços Externos, são constituídos pela rubrica de subcontratos que dizem respeito a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos que o Município mandata a empresa de executar através do seu contrato de gestão de empreendimentos.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos diretos da área de exploração as rubricas Vigilância e Segurança (75,39%) e Rendas e Alugueres (14,65%) assumem particular relevância, somando no seu conjunto 90,03% do total dos gastos diretos da área de exploração.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos indirectos, comuns a toda a estrutura da empresa assumem particular relevância as rubricas Trabalhos Especializados (32,01%), Rendas e Alugueres (23,46%) e Contencioso e Notariado (16,96%), assumindo no seu conjunto 72,42% do total dos gastos de estrutura.

Assim e de uma forma sintética descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A rubrica "Trabalhos especializados" compreende, nomeadamente, gastos com consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria e serviços de arquivo.
- Na rubrica "Publicidade" estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação.
- A rubrica "Vigilância e segurança" contempla todos os gastos com serviços de segurança da sede da empresa e com os contratos dos serviços de segurança do património municipal afeto pelo Município à área de exploração da empresa.
- A rubrica "Honorários" compreende, entre outros, os gastos com revisão legal das contas.
- A despesa prevista na rubrica "Conservação e reparação" é relativa à conservação dos veículos (revisões de manutenção) bem como dos equipamentos de reprografia, ao dispor da empresa e a assistência técnica ao relógio de ponto.
- Na rubrica "Livros e documentação técnica" estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- A rubrica "Material de escritório" está diretamente relacionada com o número total de colaboradores previsto e com a elaboração de dossiers de obra.
- A rubrica de "Eletricidade" compreende os gastos com o consumo energético dos equipamentos municipais afetos à área de exploração.

J. S. Pereira
M.
047

- A rubrica “Combustíveis” compreende o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas da Empresa.
- A rubrica de “Água” compreende os gastos com o consumo de água dos equipamentos municipais afetos à área de exploração.
- A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento.
- A rubrica “Transportes de Mercadorias” prevê despesas inerentes à mudança de instalações da empresa.
- Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra alojada a sede da empresa, com os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware de equipamentos, de cópia e impressão, assim como com o reembolso fixo a uma terceira entidade por virtude da afetação de um equipamento municipal à área de exploração da empresa.
- Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem todo o volume de correio, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, internet e as comunicações da rede móvel.
- Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, de responsabilidade civil, do recheio das instalações e do equipamento informático.
- Na rubrica de “Contencioso e Notariado” estão incluídos todos os custos com o pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas relativos aos contratos programa e de gestão de empreendimentos, taxas de arbitragem ao tribunal e certidões.
- O valor estimado na rubrica de “Despesas de Representação” é relativo a pequenos custos da Administração.
- O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza. Nesta rubrica são também contabilizados os gastos com os contratos de limpeza e respetivos consumíveis dos equipamentos municipais afetos pelo Município à área de exploração da empresa.
- O valor estimado para “Outros fornecimentos e serviços” para fazer face a pequenos custos que pela sua natureza se efetuam dentro da Empresa num cenário de atividade normal, mas que tenham de ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

P. J. ...
AT

Os Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ANO 2017
GASTOS DIRECTOS DA OBRA	
FSE Obras - refacturados à câmara	26.027.906,51
Sub-total gastos da Obra / directos	26.027.906,51
GASTOS DIRECTOS DA ÁREA EXPLORAÇÃO	
Vigilância e Segurança	247.098,00
Electricidade	27.284,24
Água	768,70
Rendas e alugueres	48.000,00
Limpeza, higiene e conforto	4.610,03
Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos	327.750,97
GASTOS ESTRUTURA / INDIRECTOS	
Trabalhos especializados	211.250,92
Publicidade	6.230,00
Vigilância e Segurança	24.391,17
Honorários	19.915,00
Conservação e reparação	7.665,00
Livros e documentação técnica	4.715,00
Material de escritório	14.538,10
Combustíveis	8.130,00
Deslocações e estadas	1.944,00
Transportes de Mercadorias	60.000,00
Rendas e alugueres	154.846,41
Comunicação	15.648,80
Seguros	10.030,05
Contencioso e Notariado	111.908,00
Despesas de Representação	500,00
Limpeza, higiene e conforto	7.733,40
Outros fornecimentos e serviços	500,00
Sub-total gastos de estrutura / indirectos	699.966,82
TOTAL	27.015.623,29

4.2 - GASTOS COM O PESSOAL

Começando por referir a constituição do quadro de colaboradores, apresentamos o seguinte resumo, por categorias:

CATEGORIAS	ANO 2017
Assessor da Administração	1
Secretária de Conselho de Administração	1
Diretor/Coordenador	6
Técnico Superior	20
Técnico	2
Técnico Profissional	1
Administrativo	3
Total	34

J. Silveira
07

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles não remunerados.

A distribuição acima efetuada por categorias quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

Área Empresa	ANO 2017
Administrativa e Financeira	3
Recursos Humanos	2
Gabinete Jurídico	3
Sistemas de Informação e Qualidade	2
Centro Documental	3
Produção	11
Exploração	7
Comunicação	1
Assessor da Administração	1
Secretária do C.A.	1
Total	34

Os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de atualização salarial de 0 %;
- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, ADSE, FCT/FGCT e SAT) – 24,65%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação igual a 1% do valor bruto salarial com encargos sociais;
- Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,19% do total de gastos com pessoal sem as rubricas de formação e assistência médica e medicamentosa (relevados como outros custos com pessoal);
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de outubro de 2016.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da CMP e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

J. Pinheiro
GT

Tal como já mencionado, face a 2016 e tendo por base o alargamento do objeto social e a nova organização interna da GOP, E.M., é necessário recorrer +a contratação de novos colaboradores. Assim, estima-se para 2017 um valor de gastos com o pessoal de cerca de 1,5 milhões de euros.

4.3- GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

As taxas de amortização e depreciações utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXA
<u>ATIVOS INTANGÍVEIS</u>	
Software	33,33%-100%
<u>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

Dado existir a incapacidade legal da GOP, EM, recorrer a endividamento de uma forma autónoma da autarquia, faz com que os gastos financeiros não assumam valores significativos.

Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da CMP, que entretanto aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Por isso o resultado financeiro para 2017 estimado é nulo.

Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneo por recurso à CMP.

J. F. Fernandes
MF
097

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A Empresa Municipal, de acordo com o Orçamento de Estado de 2015, ficará sujeita, em 2016, a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, cujas taxas variam entre 10% e 27,5%.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – TESOURARIA

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.2 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Tendo em conta o mix dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, a qual ascendeu a 2,18%. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais. De igual modo foi calculada uma taxa média ponderada de IVA dedutível nos FSE de 2,84%.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador foi encontrada uma taxa média ponderada de 24,18% para o ano de 2017, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da CMP que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social).

A taxa média de seguro de acidentes de trabalho é de 0,47%, pelo que o total de encargos sociais obrigatórios a cargo da entidade patronal ascende a 24,65%.

J. F. Ferreira
- 09

A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 26,52% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2016 e a taxa adicional de solidariedade nos mesmos moldes de 2016, dado que ainda não saiu a proposta de Orçamento de Estado para 2017.

7.3 - DIFERIMENTOS

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos com apólices de seguros, rendas e alugueres de hardware e software e a renda do edifício onde se encontra alojada a sede da empresa a imputar aos anos seguintes.

7.4 - OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

A rubrica "Outras contas a receber" integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na rubrica "Outras contas a pagar", bem como o montante relevado na rubrica de fornecedores de investimento de curto prazo.

Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2016 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores.

A rubrica "Outras contas a pagar" contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2016 da especialização do subsídio, perdas por imparidade e o saldo credor relativo a um processo de IVA. Na sequência de um estudo de eficiência fiscal, em sede de IVA, desenvolvido pela Deloitte para o Município do Porto, foi regularizada a faturação dos anos de 2010 e 2011, tendo sido em 2014, emitidas 3 Notas de Crédito ao Município do Porto, no valor de € 283.882,96, referente a IVA. Nesta data, a empresa tem 2 processos em contencioso com os serviços de IVA, no montante de € 395.893,04.

J. P. Fernandes
CA

7.5 – RESERVAS

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GOP, EM.

7.6 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por 100 000 acções nominativas de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

8 – OUTROS ASSUNTOS

A dependência financeira da Câmara Municipal do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no contrato de gestão de empreendimentos celebrado entre a Empresa e o Município do Porto, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, consequentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Responsabilidades eventuais relativas aos contenciosos existentes:

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	Situação
Processo nº 11470/13OPRT (1789)	Jairo Ribeiro & Filhos, SA, e Construtora Abrentina, SA	Ação administrativa comum em processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção das Conjuntas Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integradas na PGR».	7.570,34€	O Superior Tribunal Administrativo do Norte condenou a GOP, EM a pagar uma indemnização e ver a sanção honorária da execução da sentença. ACOOP, EM recorreu da sentença para o Tribunal Central do Administrativo do Norte. Foi proferida a paragem do MPP, o que duvidava no improcedente o recurso apresentado. Sociedade, tendo esta se pronunciado. Foram remetidos os autos para STA aguardando se desenvolvimento no processo.
Processo nº 40043/BEPR (1788)	Jairo Ribeiro & Filhos, SA, e Construtora Abrentina, SA	Ação administrativa comum em processo ordinário	As Autoras declaram contra a empresa um incidente de falta de pagamento relativo aos cinco emigrantes, devidos da autarquia, acordados entre Outubro de 2012 e 15 de Março de 2013, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção das Conjuntas Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integradas na PGR».	297.783,14€	A COOP, EM declarou a competente contestação. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo nº 42014/13OPRT (1787)	Jairo Ribeiro & Filhos, SA	Ação administrativa comum em processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução de empreitada «Requalificação do Monte da Ribeira».	422.442,40€	Foi proferida sentença a COOP, EM (a absolvida da parte do pedido), em conformidade com o disposto no artigo 238º da Lei 175/2006. ACOOP já interpeôs recurso judicial relativo à parte da sentença que lhe foi desfavorável. Os autos subiram ao TCANorte. Aguarda-se decisão.
Processo nº 14610/13OPRT (1785)	Derrujas de São Tulaia, SA	Ação administrativa comum em processo ordinário	Condenação da Empresa no âmbito da empreitada «Requalificação do Avenida dos Bombeiros».	1.927.94,55€	A COOP, EM declarou a competente contestação. Foi realizado o julgamento. Foi proferida sentença em primeira instância, tendo a COOP sido absolvida de todos os pedidos. A autora interpeôs recurso judicial. Foi proferida paragem do Ministério Público, no sentido de não prosseguir o recurso e manter a decisão recorrida. A Autora recorreu da decisão do TCA para a COOP, EM contra a empresa. Os autos subiram ao TCANorte. Aguarda-se decisão.



J. A. Almeida
 09

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE AÇÃO	RECLAMADO	VALOR	SITUAÇÃO
Processo n.º 1511/07/182PRPT (1899)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da execução de Empreitada «Antas 2.ª Fase – Amurmentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	15.110,110€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1511/07/182PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 1150/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designada). Foi realizada o julgamento. Aguarda-se o desenvolvimento do processo.
Processo n.º 1150/08/282PRPT (1874)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum sob forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da execução de Empreitada «Arranjo Urbanístico das Escolas Externas do Bairro de Habitação Social do Chantim».	210.110,00€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1150/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 2826/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Bairro do Chantim» (e a seguir também designada). Foi decidido tal pedido e quanto ao processo n.º 1150/08/282PRPT em 2012 o julgamento já foi realizado. A OJCP viu anuladas as muitas conclusões aplicadas (C 73 72/80 C 155 (H157), AC OJCP viu confirmada a multa de C 100 16/52 e foi abalada do pedido de indemnização de C 70 115/17. A OJCP iniciou o rascão do preço de sentença e o litis foi desavencado. Foi profendo o parecer do MP P2 no sentido de que deveria ser negado provimento a ambas as recursos jurisdicionais, e em consequência, serem confirmadas quer as decisões interlocutórias, quer a sentença final também impugnada. Aguarda-se o desenvolvimento do processo.
Processo n.º 1150/08/282PRPT (1899)	Clayton – Sociedade de Engenharia, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum em processo ordinário contra a Empresa e as obras no âmbito da execução de Empreitada de 2.ª Fase «Classe de Beneficiários Exterior em Edifícios Mitários no Bairro de Rujada, Blocos 1 a 9 e 11» no âmbito da execução de Empreitada de 5.ª Fase «Classe de Beneficiários Exterior em Edifícios Mitários no Bairro de Rujada, Blocos 1 a 17 e 19 a 25».	116.027,81€	Foi realizada a ação de indemnização. A Autor apelou a sua publicação inicial, tendo a empresa respondido. Foi profendo o parecer do MP P2 no sentido de que deveria ser negado provimento a ambas as recursos jurisdicionais, e em consequência, serem confirmadas quer as decisões interlocutórias, quer a sentença final também impugnada. Aguarda-se o desenvolvimento do processo.
Processo n.º 1150/08/282PRPT (1899)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução de Empreitada «Arranjo Urbanístico das Escolas Externas do Bairro de Habitação Social do Chantim».	73.728,91€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1150/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 2826/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Bairro do Chantim» (e a seguir também designada). Foi decidido tal pedido e quanto ao processo n.º 1150/08/282PRPT o julgamento já foi realizado. A OJCP viu anuladas as muitas conclusões aplicadas (C 73 72/80 C 155 (H157), AC OJCP viu confirmada a multa de C 100 16/52 e foi abalada do pedido de indemnização de C 70 115/17. A OJCP iniciou o rascão do preço de sentença e o litis foi desavencado. Foi profendo o parecer do MP P2 no sentido de que deveria ser negado provimento a ambas as recursos jurisdicionais, e em consequência, serem confirmadas quer as decisões interlocutórias, quer a sentença final também impugnada. Aguarda-se o desenvolvimento do processo.
Processo n.º 1076/08/282PRPT (1899)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução de Empreitada «Arranjo Urbanístico das Escolas Externas do Bairro de Habitação Social do Chantim».	135.045,57€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1150/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 2826/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designada). Foi realizado o julgamento. Aguarda-se a sentença.
Processo n.º 1076/08/282PRPT (1899)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução de Empreitada «Antas 2.ª Fase – Amurmentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	336.027,70€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1511/07/182PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 1150/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designada). Foi realizado o julgamento. Aguarda-se a sentença.
Processo n.º 1076/08/282PRPT (1899)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução de Empreitada «Antas 2.ª Fase – Amurmentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	139.451,77€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1511/07/182PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 1150/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designada). Foi realizado o julgamento. Aguarda-se a sentença.
Processo n.º 1076/08/282PRPT (1899)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução de Empreitada «Antas 2.ª Fase – Amurmentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	67.977,15€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1511/07/182PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 1150/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designada). Foi realizado o julgamento. Aguarda-se a sentença.
Processo n.º 1150/08/282PRPT (1874)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução de Empreitada «Arranjo Urbanístico das Escolas Externas do Bairro de Habitação Social do Chantim».	110.166,52€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1150/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 2826/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Bairro do Chantim» (e a seguir também designada). Foi decidido tal pedido e quanto ao processo n.º 1150/08/282PRPT o julgamento já foi realizado. Aguarda-se a sentença.
Processo n.º 1150/08/282PRPT (1899)	Alvaro Chilo Alves, S.A.	Ação administrativa comum em processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução de Empreitada «Antas 2.ª Fase – Amurmentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	47.863,00€	Foi pedida, por parte do Autor, a apuração das diversas questões pendentes, tais como o processo n.º 1511/07/182PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT, 1076/08/282PRPT e 1150/08/182PRPT, todas relativas à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designada). O julgamento já foi realizado. Aguarda-se a sentença.

Q. Azeite
[Signature]
047

9 - CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional no período 2017-2019 gera resultados positivos ao longo do triénio no montante de € 25.464,42.

As obras com prazos de término imperativo, poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a CMP não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos.

Apresentamos alguns indicadores económico-financeiros no quadro seguinte:

Indicadores	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Liquidez Geral	1,36	1,38	1,40
Autonomia Financeira	30,35%	29,72%	29,09%
Autofinanciamento (valor em euros)	128.726,48	118.609,20	114.949,29

J. P. Pimenta

 - 097

B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2017
RENDIMENTOS E GASTOS		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	IEA-3	26.690.022,06
SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO	IEA-3	2.000.000,00
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	IEA-4.1	-27.015.623,29
GASTOS COM O PESSOAL	IEA-4.2	-1.525.427,36
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	IEA-3	1.000,00
OUTROS GASTOS E PERDAS		-5.000,00
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		144.970,40
GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÕES		-111.668,08
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	IEA-2/IEA-4.3	33.302,32
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		0,00
JUROS E GASTOS SIMILARES OBTIDOS	IEA/IEA-5	0,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	IEA-5	33.302,32
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	IEA-6	-16.243,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		17.058,40

J. Almeida

 CA

C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		NOTAS	Unidade monetária: € ANO 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
RECEBIMENTOS			
Clientes	ED/IEA-3		27.216.530,97
Subsídio à Exploração	ED/IEA-3		2.000.000,00
PAGAMENTOS			
Fornecedores	ED/IEA-4.1		29.249.855,36
Pessoal (incluindo IRS, CGA e SS)	IEA-4.2		1.440.440,51
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES			-1.473.774,90
OUTROS RECEBIMENTOS			
Estado (IVA)			180.550,86
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas			1.474,32
Outros			0,00
Rubricas Extraordinárias			0,00
OUTROS PAGAMENTOS			
Estado (IVA)	IEA-3		0,00
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	IEA-6		60.520,58
Outros			168,67
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			-1.352.428,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS			
Juros e Rendimentos Similares	ED/IEA-5		0,00
PAGAMENTOS			
Activos Fixos Tangíveis	IEA-2		201.929,10
Activos Intangíveis	IEA-2		184.500,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			-386.429,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SELS EQUIVALENTES			-1.738.858,08
CAIXA E SELS EQUIVALENTES 1 DE JANEIRO			3.342.711,60
MÍNIMO DE CAIXA			234.625,07
CAIXA E SELS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO			1.603.853,52

J. F. Almeida

 27

D – BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2017
ACTIVO		
ACTIVO NÃO CORRENTE		
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1A-2/1A-4.3	123.720,54
ACTIVOS INTANGÍVEIS	1A-2/1A-4.3	109.658,30
		233.378,84
ACTIVO CORRENTE		
CLIENTES	1D/1A-3	31.694,78
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1A-4.2/1A-6/1A-7.2	514.069,48
OUTRAS CONTAS A RECEBER	1A-7.4	1.906.620,10
DIFFERIMENTOS	1A-7.5	36.826,55
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1A-7.1	1.603.853,52
		4.117.064,43
TOTAL DO ACTIVO		4.350.443,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL REALIZADO	1A-7.6	800.000,00
RESERVAS	1A-7.5	765.056,86
RESULTADOS TRANSITADOS	1A-7.5	38.380,80
		1.303.437,66
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1E	17.058,40
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.320.496,06
PASSIVO		
PASSIVO CORRENTE		
FORNECEDORES	1D/1A-4.1	342.511,67
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1A-4.2/1A-6/1A-7.2	67.218,71
OUTRAS CONTAS A PAGAR	1A-7.4	2.621.216,84
		3.029.947,22
TOTAL DO PASSIVO		3.029.947,22
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		4.350.443,28

D. Pereira
[Signature]
[Initials]

III - EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

J. Almeida
2 972

EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Os encargos diretos com a nova área de exploração serão financiados através das receitas geradas pela gestão e exploração do património não habitacional e de infra-estruturas urbanísticas que o Município do Porto afetar à Área de Exploração da empresa.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via contrato de Gestão de Empreendimentos 2017-2019 (contrato de mandato) com o Município do Porto.

Os encargos de estrutura da empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pela Câmara Municipal do Porto sob a forma de subsídio à exploração.

Para o ano de 2016, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte.

9.1.2017

 09

GASTOS	(valores em V.A.) ANO 2017
Gastos Operacionais	
Contrato de Exploração	
Gastos com o Pessoal	302.061
Fornecimentos e Serviços Externos Estrutura	327.751
Gastos da estrutura contrato exploração	629.812
Contrato de Mandato	
Fornecimentos e Serviços Externos Obra	26.027.907
Gastos Obra	26.027.907
Estrutura	
Gastos com o Pessoal	1.223.366
Fornecimentos e Serviços Externos Estrutura	689.966
Gastos de Depreciação e de Amortizações	111.668
Outros Gastos	5.000
Gastos da estrutura Subsidiada	2.000.000
Imposto Sobre Rendimento do Período	16.244
Total	28.673.963

PROVEITOS	ANO 2017
Prestação Serviços do novo contrato de exploração	26.027.907
Prestação Serviços contrato de mandato	662.115
Subsídio à Estrutura	2.000.000
Outros Rendimentos e Ganhos	1.000
Juros e Ganhos Similares	0
Total	28.691.021
Resultado Líquido do Período	17.058

Porto, 10 de outubro de 2016

O Conselho de Administração,

Luísa Pimenta



Luísa Pimenta



J. Pinheiro
[Signature]
ca

ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO PARA O TRIÉNIO 2017-2019

J. Francisco
[Signature]
 27

PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO PARA O TRIÉNIO 2017-2019

(un: euros)

Designação das Rubricas	2017	2018	2019
2 ECONOMIA E EMPREGO			
2.1 Programa Mercator	11.840.818	11.150.000	6.200.000
Sub-total	11.840.818	11.150.000	6.200.000
4 CULTURA			
4.1 Dinamização da Cultura	1.364.666	4.028.609	2.932.500
Sub-total	1.364.666	4.028.609	2.932.500
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana	1.635.684	1.522.300	620.000
Sub-total	1.635.684	1.522.300	620.000
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação	1.959.550	1.500.000	1.500.000
Sub-total	1.959.550	1.500.000	1.500.000
10 DESPORTO			
10.1 Incentivar e dinamizar o Desporto	282.500	3.365.000	1.870.000
Sub-total	282.500	3.365.000	1.870.000
11 MOBILIDADE E TRANSPORTES			
11.1 Melhoria da mobilidade e infraestruturas	3.868.236	17.132.984	16.070.838
Sub-total	3.868.236	17.132.984	16.070.838
12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA			
12.1 Qualificação dos espaços verdes	1.178.546	1.433.152	2.000.000
12.2 Promoção do ambiente urbano	120.000	100.000	0
12.3 Direito dos Animais	1.207.500	517.500	0
Sub-total	2.506.046	2.050.652	2.000.000
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
13.1 Funcionamento dos serviços	2.942.500	3.933.000	1.470.000
13.2 Outros	100.000	100.000	100.000
Sub-total	3.042.500	4.033.000	1.570.000
TOTAL	26.500.000	44.782.545	32.763.338



J. Fernandes
[Signature] *af*

ANEXO 2 - PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exma. Senhora
Dra. Susana Catarina Iglesias Couto Rodrigues de Jesus
R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º Dto
4150 – 484 Porto

Porto, 10 de outubro de 2016

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

A presente declaração é emitida, no âmbito da análise dos Instrumentos de Gestão Previsional para o triénio de 2017 a 2019, de acordo com os Estatutos da Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM, com vista à emissão do parecer respetivo.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação e apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional, e nomeadamente quanto aos pressupostos subjacentes, por forma a que as previsões financeiras apresentem, no que de melhor é nosso conhecimento e convicção, a posição financeira, os resultados das operações, os movimentos dos fluxos de caixa e equivalentes no período previsto, refletindo a previsão o nosso juízo, baseado nas circunstâncias presentes, sobre as condições esperadas e a nossa atuação futura.

O Conselho de Administração,



Dra. Cristina Pimentel – Presidente do Conselho de Administração



Arq.ta Cátia Meirinhos – Vogal Executiva do Conselho de Administração



Arq. Manuel Correia Fernandes – Vogal do Conselho de Administração

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresento o meu parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para os exercícios de 2017 a 2019, da Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M., abreviadamente designada "GOP, E.M.", datado de 10 de outubro de 2016, consistindo: nos Planos anuais e plurianuais de atividades, investimento e financeiros, notas explicativas ao orçamento para o ano de 2017, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A minha responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-me emitir um relatório profissional e independente baseado no meu trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedi teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. O meu trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

91



- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendo que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
7. Devo contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

8. Sem afetar o parecer expresso no anterior parágrafo número 6, chamo a atenção para os seguintes factos:
- 8.1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2016. A sua construção

exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, o resultado líquido estimado e incluído no capital próprio poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.

8.2. A GOP, EM, está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da GOP, EM.

8.3. Por deliberação do Executivo Municipal da Câmara Municipal do Porto, de 4 de outubro de 2016, foi alterado o objeto social da GOP, EM, passando a incluir a captação de financiamento, conservação e manutenção e exploração do património não habitacional e das infra-estruturas urbanísticas do Município do Porto. Não existem ainda, naturalmente, quaisquer contratos neste âmbito celebrados entre a Câmara Municipal do Porto e a GOP, EM, nem as respetivas minutas. Os instrumentos de gestão previsional agora objeto de parecer refletem, todavia, esta nova atividade, estando devidamente autonomizados os gastos e os rendimentos associados.

8.4. Acresce que se projeta um aumento do volume de obra a executar para a Câmara Municipal do Porto, o que, aliado ao referido alargamento do objeto social, determina uma reorganização interna da GOP, EM, que acarreta um aumento do custo da estrutura desta empresa.

Porto, 10 de outubro de 2016

Susana Jesus

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338



2017

2020



Handwritten signature and date
11/4

PORTOLAZER

CMPL - PortoLazer

Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.

NIF: 507 718 640

Rua Bartolomeu Velho, 648 4150-124 Porto

www.portolazer.pt

[Handwritten signature]



2017

2020

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname.

ÍNDICE

1. POLÍTICA E ESTRATÉGIA	6
1.1 Visão, Missão, Valores e Objetivos Estratégicos	6
1.2 Compromisso de Sustentabilidade Financeira e Organizacional	7
2. ENQUADRAMENTO E PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2017-2020	10
2.1 Enquadramento do Orçamento para 2017-2020	10
2.2 Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional	12
3. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2017-2020	14
3.1 Introdução	14
3.1.1 Objetivos Gerais	15
3.1.2 Matriz de Oferta	16
3.1.3 Comunicação e imagem	17
3.1.4 Visibilidade e Ativação	17
3.1.5 Relações institucionais e incentivos	18
3.1.6 Política Comercial	18
3.2 Eventos	19
3.3 Projetos Âncora	20
3.3.1 São João do Porto	20
3.3.2 Festival NOS Primavera Sound	21
3.3.3 Verão é no Porto	22
3.3.4 Feira do Livro do Porto	23
3.3.5 Natal	24
3.3.6 Passagem de Ano	25
3.3.7 Programa de Arte Urbana	25
3.3.8 Dinamização do Silo Auto	26
3.4 Programas de Atividade Física e Desportiva	27
3.4.1 Infraestruturas Desportivas	28
3.4.1.1 Monte Aventino	29



3.4.1.2 Rede Municipal de Grandes Campos e Espaços Exteriores	30
3.4.1.3 Rede Municipal de Pavilhões	30
3.4.1.4 Rede Municipal de Piscinas	31
3.5 Eventos Especiais	32
3.5.1 Candidatura "À Luz do Património"	32
3.5.2 Prova Desportiva Internacional	32
3.5.3 Candidaturas a apresentar no âmbito da melhoria da eficiência energética da administração local – Rede Municipal de Piscinas	32
4. PLANOS ECONÓMICO-FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	33
4.1 Plano de Investimento para o Ano 2017	33
4.2 Plano de Capital Humano para o Ano de 2017	34
4.2.1 Estrutura Previsional	34
4.2.2 Gastos	35
4.2.3 Desenvolvimento Pessoal	35
4.3 Plano Financeiro para o Ano de 2017	36
4.4 Demonstração dos Resultados Previsional 2017	37
4.4.1 Rendimentos	38
4.4.2 Gastos	40
4.5 Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional	44
4.6 Balanço Previsional	45
4.7 Planos Económico-financeiros para o quadriénio 2017-2020	47
4.8 Fundamentação das Verbas Inscritas no Contrato Programa 2017	49
4.9 Prestação de Serviços ao Município do Porto para o ano de 2017	49
4.10 Prestação de Serviços no âmbito das AEC's para o ano de 2017	49
4.11 Transferências Financeiras 2016 vs 2017 do Município do Porto	50
5. PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	53

Luís
1.0.6

1. POLÍTICA E ESTRATÉGIA

1.1 VISÃO, MISSÃO E VALORES

Consciente da missão e da visão que a norteiam, a PortoLazer identificou um conjunto de valores e objetivos estratégicos estáveis que continuarão a caracterizar a sua atuação a médio e longo prazos entendendo como crucial e reafirmando a preservação de todos os valores e princípios a seguir identificados.

VISÃO	MISSÃO	VALORES
 <p>"Fazemos mexer o Porto..."</p>	<p>"Onde houver uma bola, uma braçada, uma onda, uma prova ganha, um rugir de motor, uma nota musical, um balão de São João, uma tradição, uma performance, nós estamos lá, por si e para si..."</p> <p>Assentes numa lógica criativa, inovadora, integradora, facilitadora, responsável e sustentável que acrescente valor à cidade..."</p>	<p>Mobilizamos-nos para diariamente construir uma oferta de qualidade, diversa, socialmente inclusiva e acima de tudo geradora de valor para a cidade e para a afirmação do Porto no contexto global. Fazendo do Porto, dia após dia, uma cidade única para viver e visitar.. Para isso privilegiamos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Trabalho de equipa• Compromisso com a organização, com a cidade e com os parceiros• Criatividade• Transparência• Eficiência• Excelência• Responsabilidade e respeito individual

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Garantir a sustentabilidade e racionalidade económica e financeira da empresa;
2. Implementar uma cultura de exigência e compromisso que mobilize e oriente os colaboradores para a sustentabilidade da empresa;
3. Orientar a oferta da PortoLazer para as reais necessidades e expectativas dos parceiros e clientes (entidades + cidadãos + turistas) e para o aumento de notoriedade da marca e do destino Porto;
4. Promover e dinamizar a atividade desportiva na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
5. Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, ao nível da operação, manutenção, bem como da maximização da utilização das diferentes instalações;
6. Aumentar o grau de envolvimento e empatia dos diferentes *stakeholders* com a atividade da PortoLazer, em particular com o universo CMP.

1.2 COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E ORGANIZACIONAL

A atual conjuntura económica do País condicionou de forma significativa o desempenho de todas as empresas e organizações, não tendo sido a PortoLazer uma exceção. Ciente das dificuldades enfrentadas, e com que se vai deparar em próximos exercícios, a PortoLazer tem vindo a desenvolver uma estratégia que, entre outros, se sustenta no seguinte princípio "...fazer mais com menos...".

O compromisso com a eficiência e com a gestão racional e criteriosa dos recursos de que dispõe é diário, prova dessa atitude são os resultados de exploração positivos desde 2011.

Hoje a PortoLazer pode afirmar que tem uma situação económico-financeira sólida e sustentável, que lhe permite olhar para o futuro com confiança. Este é um cenário que prova que a PortoLazer tem futuro e, mais do que encher de orgulho todos aqueles que fazem parte direta ou indireta da curta história da PortoLazer, traz a todos aqueles que contribuem diariamente para o resultado da PortoLazer, mais responsabilidade e compromisso.

O equilíbrio e a sustentabilidade financeira continuarão a ser um compromisso diário da nossa operação e dos nossos colaboradores. Uma efetiva mobilização dos colaboradores para uma operação mais eficiente e para a construção de uma oferta que vá de encontro às necessidades e expectativas dos nossos clientes, assente numa rede de parceiros e patrocinadores que queremos cada vez mais sólida, serão também prioridades para 2017, as quais se consubstanciam, entre outras, nas seguintes ações:

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HUMANOS

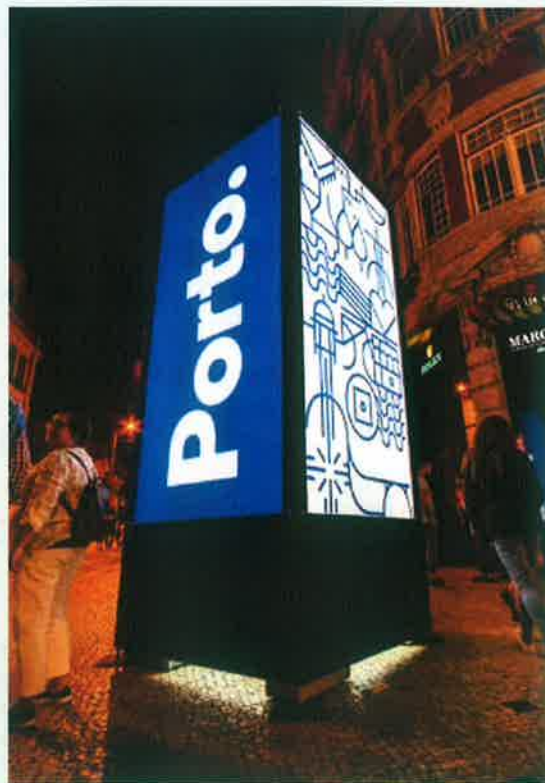
Implementar medidas de gestão integrada dos recursos humanos, através da organização da formação, avaliação de desempenho e mobilização dos colaboradores, centrada nos objetivos estratégicos, atendendo a uma otimização da estrutura presente, que contribua para o crescimento sustentável da empresa, bem como, para o desenvolvimento pessoal dos colaboradores, mantêm-se como pedra basilar da política de recursos humanos da PortoLazer para 2017 no seguimento das políticas implementadas.



OTIMIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE PROJETO

Tendo em vista uma maior eficiência da operação da PortoLazer, continuarão a ser otimizadas as metodologias de planeamento que permitam evidenciar as diferentes fases, recursos, marcos e *timings* de cada projeto, visando sobretudo uma cada vez maior antecipação e garantia da operacionalidade mesmo em momentos críticos do desenvolvimento dos projetos, bem como uma utilização cada vez mais equilibrada do tempo e dos recursos afetos a cada um.

Gestão do âmbito, gestão de tempo, gestão de custos, garantia da qualidade, gestão de recursos humanos, gestão da comunicação, gestão de risco, gestão de compras e gestão de desperdícios, continuarão assim, a ser as áreas de reforço das competências dos colaboradores da PortoLazer, sustentando a implementação da metodologia de gestão de projetos em curso.



SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL

A otimização referida no ponto anterior será potenciada pela implementação efetiva de um sistema de gestão documental transversal a toda a empresa, possibilitando uma maior eficiência organizacional, eliminando as redundâncias e melhorando a comunicação interna da empresa. Os ganhos serão inevitáveis ao nível de eficácia e eficiência organizacionais, sendo expetável uma redução dos custos de operação, com impacto nos mais diversos níveis da empresa.



Handwritten signature and initials in blue ink.

SISTEMA CENTRALIZADO DE GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATOS

A otimização do processo de gestão de compras, decorrente do processo de centralização ocorrido em 2012, e a contratualização associada a um planeamento antecipado e, por isso, mais eficaz, permitirão em 2017 alcançar economias de escala nos processos de aquisição, uma melhor negociação das condições contratuais, bem como, minimizar os picos de trabalho em épocas de maior pressão e concentração de oferta dos nossos serviços.



A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso veio introduzir melhorias adicionais aos procedimentos internos, os quais visam permitir um melhor controlo sobre a execução de despesa, complementando os procedimentos anteriormente introduzidos de cabimentação de despesa, controlando assim mais eficazmente o orçamento, a cada momento. Por outro lado esta lei veio trazer um aumento da carga burocrática, o que obrigou ao reforço dos recursos da empresa, reduzindo inevitavelmente a sua eficiência.

Para o ano de 2017, prevê-se que os procedimentos já introduzidos sejam adequados a um desempenho ainda mais eficaz e eficiente, num ano em que, devido à conjuntura e acréscimo de atividade na esfera da PortoLazer, é expectável que seja necessário um maior nível de controlo e acompanhamento do processo de execução orçamental.

2. ENQUADRAMENTO E PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2017-2020

2.1 ENQUADRAMENTO DO ORÇAMENTO PARA 2017-2020

ORIENTAÇÕES PARA O ANO DE 2017

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) relativos ao período económico de 2017 tiveram por base as seguintes orientações estratégicas:

- > Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- > Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da PortoLazer à implementação dos seus objetivos estratégicos;
- > Prioritização estratégica dos projetos culturais e desportivos a implementar, no sentido de potenciar a maximização do respetivo retorno social, cultural e económico da cidade. O objetivo final da intervenção da PortoLazer visa incrementar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pela autarquia, impactando assim positivamente na qualidade de vida dos munícipes e dos turistas que visitam a cidade;
- > Enfoque na gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor; (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos níveis de encargos com manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património; (iv) gastos com remunerações; (v) obrigações fiscais e legais; e,
- > Assegurar a concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da PortoLazer, ou que se encontrem sob a sua gestão.

EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ASPETOS LEGAIS E FISCAIS CONEXOS

Os IGP relativos ao exercício de 2017 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, o qual parte do subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com a estrutura de apoio da PortoLazer, e, por outro, o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela PortoLazer no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas municipais. De salientar que o referido subsídio é não sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à PortoLazer se encontra prevista em contrato programa, o qual define os objetivos e os indicadores de resultado para o exercício de 2017, conforme previsto no Artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015 de 16 de julho, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Adicionalmente, a PortoLazer desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. A referida prestação de serviços abarca a organização de um vasto conjunto de eventos e atividades de natureza cultural, desportiva e de animação/lazer. A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.

INVESTIMENTOS PROPOSTOS PARA O QUADRIÊNIO 2017-2020

Atendendo à política de melhoria contínua em vigor na PortoLazer, com referência ao exercício de 2017, o investimento previsto terá como alvo as seguintes áreas: (i) requalificação das infraestruturas desportivas sob gestão da PortoLazer, com particular enfoque na área da melhoria da eficiência energética (a este respeito cumpre referir que a PortoLazer irá apresentar uma candidatura ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (POSEUR), procurando assim obter fundos comunitários para o efeito¹, com uma taxa de financiamento máxima prevista para a região Norte correspondente a 95% do investimento elegível); (ii) obras no edifício sede, adaptando a infraestrutura existente às necessidades inerentes ao funcionamento das diversas áreas funcionais; (iii) *hardware* e *software* informático, com o intuito de dar continuidade à implementação de novos e melhorados procedimentos de trabalho e controlo interno; (iv) equipamento relacionado com a organização de eventos, e (v) obras de requalificação do espaço Silo Auto.

Para os exercícios de 2018 a 2020, prevê-se essencialmente dar continuidade à requalificação das infraestruturas desportivas municipais sob gestão da PortoLazer, incluindo a intervenção na área da melhoria da eficiência energética, no pressuposto que as mesmas continuarão sob a gestão da PortoLazer.

CONTINGÊNCIAS FISCAIS E DE CONTENCIOSO

Na sequência do processo de execução fiscal em IVA, havia sido constituída uma provisão para fazer face a eventuais correções por parte da Autoridade Tributária. De notar que esta provisão foi utilizada ao longo do exercício de 2016, fruto do processo de revisão oficiosa interposto pela PortoLazer junto da Autoridade Tributária relativo a uma situação de IVA liquidado em excesso ao Município em 2012, fazendo face a regularizações que se mostraram necessárias ao nível do IVA deduzido em excesso no referido período.

No que respeita ao processo existente de Imposto de Selo e IMT, o mesmo está em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela PortoLazer a obrigação de pagamento destes impostos. Para prevenir o risco da eventual necessidade de pagamento de juros futuros, a PortoLazer decidiu efetuar o pagamento do IMT liquidado pela Autoridade Tributária respeitante ao edifício sede, mantendo a não concordância com esta liquidação, tendo consequentemente prosseguido com a respetiva contestação em sede judicial.

Nos instrumentos de gestão previsional para o quadriénio de 2017/2020 não foi considerado qualquer impacto das contingências fiscais e legais existentes à data, uma vez que o Conselho de Administração acredita que as provisões constituídas são materialmente irrelevantes.

CRITÉRIOS DE GESTÃO

Este documento considera a gestão para o quadriénio de 2017/2020, com base no princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descuidar o equilíbrio das contas da PortoLazer, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

A execução do plano de intervenção da PortoLazer para o quadriénio em análise visará igualmente:

- > Reforçar as parcerias, não só, com entidades do universo do Município do Porto, mas também, junto de outras entidades públicas e privadas, permitindo a dinamização da cidade numa lógica de custos otimizados; e,
- > Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob nossa gestão, atendendo adicionalmente à função social da PortoLazer, a qual decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.

¹ De notar que à data da elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional 2016/2018 era expectável que ao longo do ano de 2016 abrissem concursos para este tipo de operação, sendo que à data da elaboração do presente documento tal ainda não aconteceu.

PLANO DE CAPITAL HUMANO PARA O QUADRIÉNIO 2017-2020

A estrutura previsional de capital humano para o quadriénio de 2017-2020 é a seguinte:

ESTRUTURA PREVISIONAL DE CAPITAL HUMANO	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
Estrutura de Apoio	42	42	42	42
Plataformas	14	14	14	14
Infraestruturas Desportivas	21	21	21	21
Projetos	5	5	5	5
TOTAL	82	82	82	82

Do número acima indicado, estão afetos à Liderança Estratégica da PortoLazer 2 administradores executivos. Este quadro não inclui o Presidente do Conselho de Administração, uma vez que não é remunerado pela entidade.

Para o ano de 2017, está considerado um reforço da estrutura, em relação ao existente à presente data, nomeadamente, através da admissão de colaboradores em áreas estratégicas da empresa, como seja ao nível da estrutura de apoio, visando reforçar a capacidade de resposta da PortoLazer aos desafios e objetivos definidos.

Os restantes pilares de desenvolvimento do capital humano manter-se-ão segundo uma estratégia, já descrita e definida, a qual passa pelo desenvolvimento pessoal dos colaboradores, conforme as políticas internas estabelecidas e prioridades estabelecidas para cada um dos anos.

No período de 2018 a 2020, não se prevê, alterações à estrutura base, mas antes a prossecução da consolidação da mesma.

2.2

PRESSUPOSTOS DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

a) CONTRATO PROGRAMA DE 2017

As transferências financeiras ao abrigo do contrato-programa estão enquadradas como subsídio à exploração, as quais se destinam a assegurar:

- > Gastos com a estrutura de apoio à atividade da empresa;
- > Gestão das redes de infraestruturas desportivas pertencentes ao Município do Porto.

b) CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM O MUNICÍPIO DO PORTO DE 2017

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviços estão enquadradas como rendimentos de exploração, as quais se destinam a assegurar:

- > Prestação de serviços da PortoLazer ao Município do Porto na área dos projetos/eventos; e,
- > Prestação de serviços na área das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) ao Município do Porto.

De notar que para o quadriénio de 2017-2020 foi considerada a manutenção destes contratos.

c) ATIVIDADE NÃO COMPARÁVEL COM O ANO DE 2016

No que respeita ao exercício de 2017, a PortoLazer prevê manter a atividade nos mesmos moldes do que se registou em 2016.

Não obstante o acima referido, em 2017 a PortoLazer pretende levar a cabo novos projetos os quais serão alvo de candidatura ao abrigo do POSEUR, nomeadamente, um novo programa de animação urbana e patrimonial e um plano de intervenção ao nível da eficiência energética, o qual será, especificamente, direcionado para a rede municipal de piscinas.

De notar que o projeto relacionado com o programa de animação urbana e patrimonial tenha uma duração que se estenda para o exercício de 2018. Adicionalmente, encontra-se prevista a realização de um evento desportivo de impacto internacional.

d) CRITÉRIOS/PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Na elaboração dos IGP de 2017 foram considerados os pressupostos abaixo apresentados:

PRESSUPOSTOS	2017	2018	2019	2020
Taxa de inflação anual*	1,40%	1,50%	1,50%	1,50%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Tempo médio de recebimento de clientes (n.º dias)	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento a fornecedores (n.º dias)	15	15	15	15
Taxa média de progressão salarial	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

As despesas de funcionamento com a atividade operacional da PortoLazer foram projetadas para o ano de 2017 com base numa taxa de inflação de 1,40%, com exceção das despesas energéticas.

Adicionalmente, cumpre referir que para o efeito de elaboração dos IGP de 2017 foram ainda tidos em consideração os gastos e rendimentos associados, não só, aos projetos a candidatar ao abrigo do POSEUR (os quais se estima que, em caso de aprovação pelas autoridades competentes, sejam executados ao longo de 2017 e 2018), mas também, ao evento desportivo de âmbito internacional previsto para 2017. Não foram contempladas quaisquer atualizações salariais, tendo sido integrado na estimativa de custos o reforço do quadro de pessoal da estrutura de apoio da empresa.

De referir ainda que, a 3 de dezembro de 2014 foi lançado o concurso público internacional para a reabilitação, requalificação e exploração do Pavilhão Rosa Mota/Palácio de Cristal, tendo o prazo de apresentação de propostas terminado a 24 de maio de 2015. No âmbito deste procedimento, foram apresentadas 2 propostas, sendo que a 11 de setembro de 2015 foi deliberado pelo Conselho de Administração, após proposta do júri do concurso público internacional, excluir ambas as propostas apresentadas, por não cumprirem com os requisitos exigidos no caderno de encargos, e por consequência, não adjudicar.

A 19 de outubro de 2015, a PortoLazer foi notificada da ação de contencioso pré-contratual intentada por um dos agrupamentos concorrentes, a qual foi alvo de decisão desfavorável à PortoLazer por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a 14 de fevereiro de 2016, a qual foi recorrida pela PortoLazer a 1 de abril de 2016.

De notar que, na sequência do decaimento do processo, a PortoLazer desistiu do recurso que havia apresentado ao tribunal de segunda instância, tendo decidido readmitir a concurso a proposta do agrupamento concorrente que havia instaurado a ação de contencioso pré-contratual (a homologação da desistência do recurso ocorreu a 13 de setembro de 2016). Na sequência desta decisão, a referida proposta será alvo de nova apreciação, sendo que à data ainda não é possível antecipar um desfecho para este processo.

* Fonte: Banco de Portugal

3. PLANO DE ATIVIDADES 2017-2020

3.1 INTRODUÇÃO

O Porto é hoje uma cidade com energia à flor da pele. Uma energia rapidamente percebida por quem nos visita e que está bem presente, também, em quem aqui vive ou trabalha.



Vibrante, criativa e cada vez mais aberta ao mundo, o Porto é hoje uma cidade que se orgulha como ninguém do seu passado, mas que vive como nunca o seu presente, multiplicando eventos e iniciativas, recriando as suas festas e tradições, conquistando novos públicos e redescobrimdo, a cada passo, novos espaços na cidade.

Este é um facto sentido e reconhecido pelos mais diversos *opinion makers*, nacionais e internacionais, que a par do património, da gastronomia, da história, referem também a hospitalidade e a animação da cidade como partes relevantes da experiência de viver o Porto por inteiro.

A forma como o público, cada vez mais intergeracional e cosmopolita, comparece e vive a cidade, é hoje uma realidade inquestionável e um dos pontos que fazem do Porto uma experiência única e irrepetível.

Fiel à sua história e identidade, o Porto tem sabido cimentar e diversificar a sua oferta de animação, adaptando-a a uma cidade que é cada vez mais atrativa e moderna para quem a visita mas que, simultaneamente, permanece genuína e voltada para si e para os seus habitantes.

Com um papel cada vez mais relevante na dinâmica atualmente instalada na cidade, a PortoLazer dará continuidade em 2017 ao trabalho que tem vindo a desenvolver no espaço público e nos vários equipamentos que estão sob a sua gestão, no âmbito da prossecução da estratégia de animação e lazer, sempre em estreita relação e coordenação com o Executivo da Câmara Municipal do Porto.

Consciente deste seu papel na estratégia geral de afirmação da cidade, a PortoLazer continuará a articular-se com a energia criadora instalada, procurando alimentar a lógica de pensar e reinventar de forma constante as propostas da cidade, fidelizar os públicos atuais, captar novos públicos e reforçar a oferta de animação, valorizando o que de melhor e único tem o Porto, apostando na construção de uma oferta cada vez mais especial e diferenciadora.

Em 2017, a cidade promete assim continuar a revelar-se como palco preferencial para o engenho e a arte dos seus muitos pensadores, criadores e empreendedores, cuja energia criativa tem sido fundamental no processo de renovação do desafio repetido da cidade aos seus públicos para a vivência de uma experiência única, que só uma cidade única como é o Porto pode proporcionar.

Tudo isto, sem nunca perder de vista a missão e os pressupostos subjacentes à ação da PortoLazer, respeitando um quadro de rigor orçamental e necessária consolidação, como, de resto, tem sido apanágio desta empresa municipal.

3.1.1. Objetivos Gerais

Gostamos de fazer o Porto mexer. E é por isso que trabalhamos diariamente para manter a cidade viva, ativa e convidativa ao longo de todo o ano. Fazendo do Porto uma cidade única para viver e visitar.

Sublinhar o espírito empreendedor e cosmopolita da cidade, valorizando o que de melhor e único tem o Porto, são objetivos que fazem parte desta estratégia, através de uma oferta que se pretende cada vez mais global, diversificada e qualificada, em coerência com as necessidades e aspirações dos vários públicos.

Mas queremos ir ainda mais longe: Queremos revitalizar ainda mais espaços públicos na cidade, promover cada vez mais eventos de qualidade e dimensão internacionais, alcançando novos públicos e criando condições para um maior envolvimento de parceiros públicos e privados.

No fundo, continuando a fazer do Porto uma cidade com uma dinâmica única, que se transforma em novos e renovados motivos de atração a cada dia e a cada ano que passa.

Para o quadriénio de 2017-2020, os objetivos gerais são, assim:

- Qualificar a oferta de animação que a cidade tem vindo a assumir neste novo ciclo, com base numa lógica cada vez mais seletiva, integrada, criativa, surpreendente e diversificada;
- Manter a aposta em eventos de qualidade, que funcionem como fatores de diferenciação e atração local, mas também de impacto nacional e internacional, que se possam constituir como efetivos aceleradores da procura na cidade e promoção internacional da marca Porto;
- Continuar a assegurar a sustentabilidade financeira através da manutenção do equilíbrio financeiro global, da autossustentabilidade do maior número possível de projetos e da implementação de soluções, aptas a garantir um elevado grau de rigor e de eficiência organizacional.

Em 2017, a PortoLazer pretende não só manter, como incrementar, o seu papel enquanto interlocutor natural e privilegiado junto das diversas entidades que participam na oferta da cidade, com o objetivo permanente de regulação, articulação e construção de uma oferta global integrada, em que o todo seja efetivamente mais valioso que a mera soma da contribuição isolada de cada um.

Nesta área, é de destacar a estreita ligação da estratégia da PortoLazer com a estratégia municipal de afirmação da cidade no panorama nacional e internacional como um destino turístico de excelência, e como uma referência na área do ensino superior, da ciência, da cultura, do desporto e do lazer.

Agregar e promover a oferta da cidade nos seus momentos altos, envolvendo todos os agentes de dinamização da região, continuarão a ser aspetos determinantes para o reforço do sucesso desta estratégia de afirmação da marca Porto, dentro e fora de portas.

3.1.2 Matriz de Oferta

A animação procurará fazer jus a uma cidade que se quer cada vez mais viva, criativa e saudável, quer na forma como é vista, quer na forma como é usada e vivida por todos.

Uma cidade que se inspira no que mais genuíno tem para oferecer, apostando na preservação das suas tradições, mas sem descurar o potencial de criação e inovação das suas gentes e das instituições locais que prosseguem uma visão de futuro e empreendedorismo aos mais variados níveis.

A música continuará a ser um dos temas âncora do programa de animação da cidade, a par da arte urbana e do desporto.

A realização de iniciativas de grande impacto, dirigidas a grandes massas, conjugadas com iniciativas de menor dimensão – que pela especificidade do conteúdo, ou pelo enquadramento dado ao evento, se traduzam em momentos de maior proximidade com o público – será a estratégia a seguir em 2017, tendo sempre presente o objetivo de dotar os públicos da cidade de uma apetência e juízo crítico cada vez mais apurado e exigente, sem esquecer a conquista de novos públicos para a cidade, nomeadamente para as alturas do ano que não coincidem com os pontos altos da programação da cidade.

A Baixa manter-se-á como um dos palcos principais da programação da cidade, sobretudo nos pontos altos, como é o caso da agenda de São João, Verão e Natal. No entanto, e mesmo nestes momentos, outras zonas da cidade serão consideradas pela estratégia de animação; ora tendo em vista a valorização de espaços pelo seu especial valor natural, histórico e/ou patrimonial, ora tendo em vista a necessidade de revitalização social e económica de determinadas zonas da cidade, como é o caso da zona oriental, e em que o fator animação surge como um dos instrumentos integrado numa estratégia mais global de intervenção municipal.

É nossa forte convicção que os sucessos de agenda da cidade serão aqueles em que esta tenha a capacidade de, no seu todo, e independentemente do mote principal, tocar todos estes territórios de forma transversal, gerando desta forma uma oferta única e efetivamente diferenciadora e, como tal, uma promessa e um apelo fortemente mobilizadores.

Paralelamente, com a conquista e animação de novos espaços da cidade, a PortoLazer continuará a reforçar a inclusão do domingo na agenda de lazer dos portuenses. Este esforço visa combater a desertificação da cidade, particularmente num dia privilegiado em termos de procura turística, propondo que este exemplo seja seguido pelos agentes da cidade que mais de perto lidam com este público fazendo com que este veja nestas propostas mais uma oportunidade que o Porto lhes oferece!



3.1.3 Comunicação e imagem

Mantendo os princípios e as orientações que têm norteado este departamento, e sempre em linha com a estratégia global de comunicação da Câmara Municipal, a PortoLazer continua a desempenhar um papel importante na divulgação e promoção das várias iniciativas de animação, lazer e desporto que decorrem na cidade, procurando utilizar todas as plataformas disponíveis de forma a chegar a um público cada vez mais vasto.

A utilização de uma linguagem simples, direta e transversal a todos os públicos tem sido uma das imagens de marca da comunicação da PortoLazer, quer ao nível das suas comunicações internas, quer também ao nível da comunicação para o exterior, incluindo as mensagens a veicular para os órgãos de Comunicação Social.

A eficácia desta estratégia pode ser comprovada a vários níveis: quer a nível das campanhas de divulgação dos momentos altos da programação da cidade; quer a nível da comunicação diária, feita sobretudo através dos seus canais próprios, como sejam o seu *website* e as redes sociais.

Num caso e noutro, é possível quantificar este crescimento, na medida em que se tratam de meios monitorizados e que avaliam o perfil do utilizador de cada plataforma.

No caso do *website* da PortoLazer (www.portolazer.pt), a página mantém um crescimento contínuo e sustentável, tendo no último ano superado os 600 mil utilizadores (54% do sexo masculino e 46% do sexo feminino), para um total de 1,4 milhões de visualizações na página.

O objetivo para 2017 é consolidar este crescimento e transformar este canal num veículo prioritário de comunicação, particularmente ao nível da oferta cultural, de animação e desportiva da cidade, com especial ênfase para a divulgação das atividades que decorrem nas infraestruturas municipais.

Indissociável nesta estratégia é a página da PortoLazer no Facebook, cujo crescimento nos três últimos anos mais do que quadruplicou, atingindo em junho de 2016 os 74.767 seguidores, num aumento de 38,2% em relação ao final de 2015. Em termos de alcance, a página aumentou 47,6%, chegando agora a uma média de 60.685 perfis de Facebook por dia.

Novidade em 2016 foi a criação de um perfil da PortoLazer no *Instagram*, que em apenas seis meses ultrapassou os 10.500 seguidores, produzindo 415 publicações.

3.1.4 Visibilidade e Ativação

Os portuenses reconhecem hoje a marca Porto. como um reflexo contemporâneo, mas genuíno, não só da cidade, como também da sua alma de portuenses. Alimentar esta empatia com a marca da cidade junto deste público, mas também junto dos muitos turistas que atualmente nos visitam, continuará a ser o principal objetivo da estratégia de visibilidade e ativação da marca Porto. a desenvolver pela PortoLazer em 2017.

Criar e implementar soluções de visibilidade que, em termos de quantidade e de qualidade, se adaptem cada vez melhor ao cada vez maior número de diferentes iniciativas organizadas e/ou apoiadas pela PortoLazer, mantém-se assim como objetivo a prosseguir, assim como o de continuar a assegurar uma adequada presença da marca Porto. nos equipamentos geridos pela PortoLazer, como sejam as Piscinas Municipais, os Pavilhões Municipais, os Campos Sintéticos, o Complexo Monte Aventino e o Silo Auto.

A marca Porto. continuará também a marcar presença nos eventos mais emblemáticos da cidade através de soluções de ativação aptas a integrá-la na experiência proporcionada por estes eventos. Levar o público a pensar que, ao experimentar o evento, está também a experimentar a cidade, e o que esta tem de único para oferecer, é assim o caminho visado pela estratégia de ativação da marca Porto. que se pretende continuar a levar a cabo.

Ao associar-se a momentos cada vez mais inesquecíveis, a marca Porto. irá assim continuar a afirmar-se como uma marca cada vez mais interessante e interessada, permanecendo cada vez mais na memória do público e aumentando o respetivo *brand awareness*.

3.1.5 Relações Institucionais e Incentivos

Num esforço incessante, a PortoLazer pretende continuar a reforçar o seu papel enquanto interlocutor natural e privilegiado junto dos diferentes agentes que colaboram na oferta da cidade. Esta interação reflete-se, positivamente, no reforço da programação e, consequentemente no incremento da atividade e animação da cidade.

Prevê-se um crescente envolvimento dos diferentes promotores em 2017, numa perspetiva cada vez mais global e única de cidade, orientada pela estratégia da PortoLazer e pelo seu posicionamento como entidade municipal e de prestação de um serviço público.

A animação de âmbito artístico-cultural, nas suas diferentes variantes como a dança, o teatro, a música e as artes plásticas, no seu recente conceito de arte urbana, continuarão a ser as áreas chave do enquadramento de toda a atividade da PortoLazer, a qual se pretende cada vez mais transversal e integradora.

A promoção da prática da atividade física e desportiva continuará também a articular-se com os diversos agentes institucionais e privados, dando resposta às necessidades de formação das camadas jovens, bem como do desporto adaptado, associando-se ao esforço autárquico de tornar a cidade cada vez mais inclusiva.

3.1.6 Política Comercial

À semelhança do que temos procurado fazer nos últimos anos, é objetivo da PortoLazer continuar a diversificar as suas fontes de financiamento no âmbito dos projetos que temos pensados para a cidade em 2017. Esta realidade decorre da necessidade de uma gestão cada vez mais criteriosa dos fundos públicos, sendo vista pela PortoLazer como uma oportunidade de qualificar cada vez mais os seus eventos sem onerar o orçamento Municipal.

A atual dinâmica da cidade e o número crescente de públicos impactados permitem-nos acreditar que existe uma cada vez maior predisposição para o estabelecimento de parcerias comerciais que sejam valiosas para todas as partes envolvidas: entidades públicas ou equiparadas, agentes culturais e desportivos, marcas e o próprio público a quem se dirigem as iniciativas.

O sucesso de uma estratégia de patrocínios e apoios mecenáticos será assim fundamental para uma atuação cada vez mais plena e ambiciosa da PortoLazer e dos parceiros com quem habitualmente colabora.

Eventos como o São João, o programa “Verão é no Porto” e a Passagem de Ano são apenas alguns exemplos de eventos com forte visibilidade e potencial de mobilização nacional e internacional.

Adinâmica própria conseguida para a cidade do Porto e a boa imagem que esta tem vindo a assumir, nomeadamente enquanto destino turístico de eleição, são fatores geradores de valor para as propostas que se venham a realizar, sustentando a promessa de que uma associação ao Porto é cada vez mais uma associação valiosa, diferenciadora e geradora de um importante retorno emocional.



3.2 EVENTOS

Ao reiterado reconhecimento internacional do Porto, não será certamente alheia a atual oferta de animação da cidade, a qual faz da visita ao Porto uma experiência única, que muitos querem repetir e prescrever. Este é um entusiasmo que não podemos deixar esmorecer em 2017 e nos anos seguintes.

Os pontos altos da oferta de eventos da cidade coincidirão novamente com as Festas de São João do Porto, com o programa “Verão é no Porto”, durante os meses de julho, agosto e setembro, e naturalmente com o Natal e Passagem de Ano.

A criatividade e a inovação serão também um dos princípios da oferta deste ano, nomeadamente, segundo uma lógica de regeneração urbana e social, potenciando a médio e curto prazo, as mais-valias económicas daqueles que invistam nesta nova forma de pensar e fazer a animação cultural na cidade.

Mas o Porto terá muito mais para oferecer em 2017! Manter uma oferta constante e variada ao longo de todo o ano, combatendo a sazonalidade e reforçando as iniciativas de sucesso, mas também atraindo novas realizações aptas a manter um grau de inovação adequado a uma cidade que se quer viva e convidativa, serão também objetivos a cumprir ao longo de 2017.

Na área desportiva, voltará a ser dado destaque à promoção de hábitos de vida saudáveis, conciliando a prática desportiva informal com a prática desportiva de competição, através da proposta de atividades para todos os segmentos da população.

É também objetivo da PortoLazer garantir a organização de uma nova prova desportiva de dimensão internacional em 2017. Paralelamente, manter-se-á uma oferta constante no centro da cidade, gerando novas sugestões de utilização da mesma e prescrevendo uma “Baixa em Boa Forma”, tal como acontece desde 2013, com crescentes níveis de adesão.

3.3 PROJETOS ÂNCORA

3.3.1 São João do Porto

O Porto tem sabido honrar e preservar as suas principais tradições. E as festas de São João continuam a ser o melhor exemplo desta estratégia, perpetuada a cada ano com um conjunto alargado de iniciativas que se estendem por mais de um mês, tendo como auge a noite de 23 para 24 de junho.

Pelas suas características únicas, as Festas de São João do Porto são encaradas pela PortoLazer como um dos eventos âncora de toda a programação anual da cidade e uma marca indissociável e distintiva do Porto.

A utilização de uma mensagem clara, que convida o público a viver esta experiência, a qual só é possível no Porto, tem servido de base e inspiração à campanha de comunicação que associamos a este grande evento da cidade, que se estende por seis semanas de programação, entre o final de maio e o início de julho, com propostas pensadas para todas as gerações de portuenses.

“Uma Festa única, numa cidade única” é a promessa que serve de premissa à programação desenvolvida pela PortoLazer e que se revela de múltiplas formas, cruzando a tradição desta festa secular e das suas referências mais populares, com novas e inusitadas propostas de animação e intervenção no espaço público.

Dando seguimento à estratégia de alargar os festejos de São João a toda a cidade, nomeadamente aos seus locais mais tradicionais e emblemáticos, como aconteceu com a Rotunda da Boavista em 2014 ou com as Fontainhas em 2015, a zona Oriental da cidade estreou em 2016 um novo palco para os festejos em Campanhã, com divertimentos e uma série de espetáculos ao vivo. Este novo ponto de animação esteve localizado na antiga Estação de Recolha dos STCP, em São Roque.

Em 2017, pretendemos manter esta estratégia, reforçando a aposta na preservação das tradições, mas inovando também nos conteúdos e na qualificação de alguns eventos que mais diretamente surgem associados ao São João.



3.3.2 Festival NOS Primavera Sound

Paragem obrigatória no roteiro dos grandes festivais de música na Europa, o NOS Primavera Sound é hoje uma marca indissociável da cidade e um evento de importância decisiva para a promoção da marca Porto no exterior. Desde a sua chegada à cidade em 2012, o NOS Primavera Sound tem vindo a bater recordes sucessivos de público, tendo em 2016 superado, pela primeira vez, a fasquia dos 80 mil espetadores.

Confirmando a tendência verificada nos últimos anos, quase 50% dos visitantes eram estrangeiros, oriundos de mais de 50 países que, na sua grande maioria, vieram de propósito para assistir ao festival. A ocupação hoteleira durante a semana que antecedeu o evento e durante os três dias em que decorreu no Parque da Cidade era de quase 100% no Porto.

Estes números são bem demonstrativos do retorno económico que o festival representa hoje para a cidade.

Em 2017, o NOS Primavera Sound regressa ao Parque da Cidade nos dias 8, 9 e 10 de junho.



3.3.3 Verão é no Porto

Dinamizado há vários anos pela PortoLazer, o programa “Verão é no Porto” é, por várias ordens de razão, um dos momentos altos e de maior procura da oferta de animação da cidade ao longo do ano.

Concentrado nos meses de julho, agosto e setembro, este programa procura dar resposta efetiva às necessidades e aspirações dos vários públicos que vivem e visitam a cidade durante o período de verão, através de um extenso e variado conjunto de iniciativas que se propagam um pouco por toda a cidade, tendo os seus pontos altos concentrados especialmente ao fim de semana, incluindo os domingos.

Em 2016, o programa Verão é no Porto concentrou mais de 400 eventos, com um claro reforço da oferta cultural e desportiva e na qualificação de algumas das suas principais iniciativas, como sejam o Festival Varandas, Cinema Fora do Sítio, Porta Jazz ao Relento, Porto Sunday Sessions, Lazy Sessions at Virtudes, Noites Ritual e Dias com Energia, entre outras. Foram igualmente introduzidas, com enorme sucesso, iniciativas como o Porto Beer Fest ou o Trengo – Festival de Circo, ambas realizadas nos Jardins do Palácio de Cristal.

O alargamento da oferta a novos espaços públicos da cidade e a adequação dos seus conteúdos a novos públicos, nomeadamente a turistas que visitam a cidade neste período, foram apostas ganhas, traduzidas em momentos de excelente adesão.





3.3.4 Feira do Livro do Porto

Desde que a Câmara do Porto assumiu integralmente a sua organização, em 2014, a Feira do Livro do Porto transformou-se num dos grandes eventos culturais da cidade, consolidando público e elogios quanto ao modelo implementado, que voltou apostar num extenso programa cultural e de animação.

Na edição de 2016, a terceira organizada pela autarquia, a iniciativa juntou um número recorde de 131 expositores, distribuídos por 69 editoras, 26 livrarias, 16 alfarrabistas, 12 instituições e 8 distribuidoras.

As novidades deste ano passaram pela adoção de novos pavilhões, mais funcionais, e pela alteração do horário, com a feira a abrir diariamente à hora de almoço e a fechar mais cedo à semana. O resultado foi um aumento generalizado de vendas e também de afluência.

Assim, e comparativamente às últimas edições, a Feira do Livro do Porto registou mais 25 por cento de afluência de público, para um total de mais de 250 mil visitantes ao longo dos 17 dias do certame.

A Feira do Livro do Porto regressará em Setembro de 2017 com mais uma edição, de novo nos Jardins do Palácio de Cristal. O envolvimento desta empresa municipal passará, uma vez mais, pelo apoio logístico e colaboração no programa de animação exterior.

3.3.5 Natal

O Natal tem sido outro dos pontos altos na programação da cidade, com resultados muito positivos na dinâmica que se cria em toda a Baixa do Porto e nas zonas de maior presença do comércio tradicional.

A programação estende-se durante todo o mês de dezembro e os primeiros dias de janeiro, com propostas adequadas à época e que procuram ir ao encontro de todas as gerações de portuenses, mas também de todos os que visitam a cidade nesta época do ano.

As propostas, pensadas sobretudo para o espaço público, incluem as tradicionais feiras e mercados de Natal, os espetáculos de música, dança, teatro e circo, mas também muita animação de rua e múltiplas atividades para o público infantil. As pistas de gelo são também já uma proposta habitual na programação de Natal da cidade.

Em 2017, pretende-se uma oferta ainda mais qualificada e alargada a outros locais da cidade, ainda que sem perder o enfoque nas zonas de maior presença de comércio tradicional e de potencial interesse turístico.





3.3.6 Passagem de Ano

A Passagem de Ano, uma aposta assumida pelo Executivo da Câmara desde há três anos e concretizada pela PortoLazer, é já um momento indissociável da agenda turística da cidade. De tal forma que, tanto em 2014 como em 2015, o Porto foi a cidade mais procurada pelos portugueses para a celebração da Passagem de Ano, ficando pela primeira vez na frente de Lisboa ou do Algarve.

Os Aliados são, e continuarão a ser, o epicentro desta grande festa que tem vindo a encher por completo a principal sala de visitas da cidade. No último ano, foram mais de 150 mil as pessoas que se deslocaram aos Aliados para darem as boas vindas ao novo ano e assistirem ao tradicional fogo-de-artifício, o que se traduziu também num reforço dos meios de segurança e de logística.

Para 2017, pretende-se consolidar esta aposta, com uma programação cuidada e que possa ir ao encontro dos vários públicos presentes, reafirmando a cidade do Porto enquanto destino turístico de eleição na Passagem de Ano.

3.3.7 Programa de Arte Urbana

Em 2014, a PortoLazer iniciou o programa de Arte Urbana do Porto com um plano alargado de intervenções artísticas na cidade, tendo como objetivo a divulgação, sensibilização e valorização da criação artística em contexto urbano e do património edificado, incentivando a sua prática num enquadramento institucionalmente autorizado. A Porto Lazer assumiu-se, também, como facilitador dos processos de licenciamento.

Além das intervenções artísticas, implementaram-se outros projetos agregadores e potenciadores do programa, como as visitas guiadas (desde 2015) e as edições regulares do Up Street Mercado de Arte Urbana (desde 2014).

Nestes três anos, a Porto Lazer apoiou e promoveu mais de 50 projetos de Arte Urbana, procurando abranger as diferentes formas desta expressão artística.

Em 2017, pretende-se que o programa se mantenha concertado com as linhas gerais da estratégia de dinamização da cidade levadas a cabo pela PortoLazer, ou seja: qualificação, inovação, criatividade e diversidade.

Implementar-se-ão novas intervenções que atendam a categorias artísticas diferenciadas, procurando agora o alargamento geográfico da área de implantação dos projetos.

Pretende-se, igualmente, dar continuidade aos eventos que se estabeleceram ao longo destes três anos, como as convocatórias abertas e as visitas guiadas, que se constituíram como boas práticas perante a comunidade artística e a população.



3.3.8 Dinamização do Silo Auto

O parque de estacionamento Silo Auto encontra-se sob a gestão da PortoLazer desde junho de 2014. É constituído por oito pisos, sete dos quais destinados ao estacionamento.

O edifício dispõe de uma área comercial, uma estação de serviço, uma área de escritórios, além de outras áreas multifuncionais capazes de se adaptar à implantação de uma série de valências.

No plano de otimização da utilização do Silo Auto salienta-se a recuperação efetuada no piso zero, e a substituição integral do equipamento de controlo de acessos ao parque.

Esta intervenção visou melhorar toda a dinâmica de acessibilidade e os padrões de acessibilidade do parque, que em 2016 implementou um novo preçário para as tarifas de rotação/avença, incrementando a sua competitividade, mas também a negociação de vários protocolos com empresas sediadas na zona envolvente.

Para além da sua função original, o espaço tem vindo a atrair cada vez mais outro tipo de atividades e eventos.

Para o ano de 2017, a renovação e manutenção do edifício continua a assumir-se como uma prioridade. Pretende-se igualmente dar continuidade à introdução de novas dinâmicas.

A renovação da imagem, a comunicação da nova abordagem subjacente à gestão do Silo Auto, a comercialização e aluguer de áreas ainda por explorar (as quais para além de se constituírem como fontes diretas de receita, vão permitir uma nova fluência e novos públicos ao edifício), irão fazer com que este espaço ultrapasse as funcionalidades de um simples parque de estacionamento, afirmando-se como um espaço multifacetado, integrador e em constante movimento.

3.4 PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

A qualidade de vida dos cidadãos é de capital importância, exigindo profunda atenção, cuidada planificação e articulada execução.

A atividade física, nomeadamente o exercício físico moderado e regular, constitui um fator decisivo na prevenção de vários tipos de doenças ou debilidades, contribuindo, nomeadamente, para o bom equilíbrio e desenvolvimento psicomotor.

Os programas dinamizados pela PortoLazer continuarão a levar em linha de conta as especificidades e necessidades inerentes aos diferentes grupos alvo, visando, como objetivo final, a promoção de boas práticas para uma efetiva qualidade de vida.



Perseguir consistentemente este objetivo exige uma estratégia global e integrada, que seja capaz de articular várias dimensões e agentes da cidade, e que não se aprisione à ideia de que os equipamentos desportivos tradicionais são os espaços próprios e exclusivos para a atividade física regular.

Por isso, procuraremos fomentar uma nova relação dos cidadãos com o espaço público, valorizando a sua vivência e apropriação pelos portuenses, designadamente para a prática desportiva. Para tal, desenvolveremos instrumentos capazes de contribuir para a capacitação e qualificação das organizações, de modo a melhorar a sua gestão e o seu funcionamento, aumentando a sua capacidade técnica e qualidade de trabalho, tornando-as mais eficientes, eficazes, autónomas e sustentáveis.

É nesse quadro que devem ser entendidos os programas implementados e que continuaremos a dinamizar em 2017, como o Baixa em Forma, Desporto Fora do Sítio, Porto Anti Stress, Dias com Energia, Anda Porto, Missão Férias@Porto ou o Centro Municipal de Marcha e Corrida, Programa de Capacitação dos Clubes e do Associativismo, Desporto no Sítio, entre outros.



3.4.1 Infraestruturas Desportivas

A melhoria da prestação de serviços prestados aos munícipes, assente no sistema de gestão da qualidade, é o desafio para os próximos anos.

Colocar os equipamentos municipais ao serviço de todos os portuenses, salvaguardando devidamente a sua correta utilização, potenciando a sua ocupação e ajustando-os constantemente ao desafio das novas práticas, conjugando o normal interesse e expectativa dos cidadãos, continua a ser a nossa proposta para 2017.

As medidas previstas para 2017 são:

1. Alargamento da implementação do Sistema de Gestão da qualidade NP EN ISO 9001:2015 (existe atualmente nas Piscinas Municipais, no Pavilhão do Lagarteiro, Campo Municipal de Campanhã, Campo Sintético do Viso e Polidesportivo dos Choupos) a todas as instalações desportivas e programas desportivos, nomeadamente a "Missão Férias@Porto", "Baixa em Forma" e "No Porto a Vida é Longa";
2. Promover a eficiência energético-ambiental na Rede Municipal de Piscinas do Porto, através da implementação de medidas de melhoria de desempenho identificadas na auditoria energética e da qualidade do ar interior realizadas e elencadas nos respetivos Planos de Racionalização Energética e de Ações Corretivas da Qualidade do Ar Interior (QAI);
3. Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e subutilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada - que nos permita superar manifestas debilidades infraestruturais;
4. Participar, direta ou indiretamente, na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;
5. Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes e, potenciar os êxitos desportivos dos seus atletas, enquanto elementos indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade a nível nacional e internacional;

6. Criar condições para um maior envolvimento de entidades públicas e privadas ligadas às áreas de lazer e animação cultural e valorizar a sua atividade enquanto elementos ativos no suporte do desenvolvimento da cidade e no bem-estar dos cidadãos;
7. Monitorizar constantemente a política comercial, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta relacionada com as infraestruturas sob gestão da PortoLazer, auscultando constantemente o estado do mercado da oferta desportiva em que se integra a oferta desportiva municipal, e gerando soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos a médio e longo prazos;
8. Potenciar a rede de parceiros da PortoLazer para a dinamização comercial das suas infraestruturas desportivas.

Conscientes de que as instalações/equipamentos ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser criados, nas instalações desportivas municipais atualmente disponíveis, programas específicos de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática desportiva.

3.4.1.1 Monte Aventino

A PortoLazer trabalha atualmente em conjunto com vários agentes do setor no sentido de permitir qualificar esta instalação desportiva, adequando-a às exigências dos novos tempos. Pretende-se encontrar que permita o investimento para a sua requalificação e um modelo de gestão que coloque esta instalação desportiva ao serviço da cidade e dos portuenses, potenciando a sua utilização.

Este espaço possui atualmente seis campos de ténis (4 em terra batida e 2 sintéticos), sendo dois deles semicobertos e um outro designado por campo central com bancadas de betão, assim quatro campos de squash, preparados para receberem torneios internacionais. Nas instalações, decorrem aulas de ténis e padel da Escola de Ténis do Monte Aventino, assim como a utilização livre do ténis, squash e padel. Paralelamente, são desenvolvidas algumas ações de tiro com arco.



3.4.1.2 Rede Municipal de Grandes Campos e espaços exteriores

A Rede Municipal de Grandes Campos e Espaços Exteriores é constituída pelo Campo Sintético do Viso, pelo Campo Futebol de Campanhã e pelo Polidesportivo dos Choupos, que estão habilitados para a prática de modalidades como o Hóquei em Campo, Futebol de 7, Futebol de 11, Rugby e Futebol Americano.

De modo a acrescentar equipamentos à atual oferta municipal, foram estabelecidos protocolos de colaboração com as seguintes entidades:

INATEL - PARQUE DESPORTIVO DE RAMALDE

Situado na freguesia de Ramalde, este espaço foi alvo de uma avultada obra de requalificação em 2016 por parte do município do Porto (que ainda decorre) de modo a dotar este equipamento de um campo de relvado sintético, destinado à prática de futebol de 11 e de 7 e rugby, assim como de uma pista de atletismo em piso sintético, com zona destinada a lançamentos e saltos. O complexo possui ainda um polidesportivo de exterior para a prática de futebol de 5.

A partir de 2017, este equipamento passará a estar ao serviço da população, clubes e demais agentes desportivos da cidade, com atividades como o futebol, rugby e atletismo, dando-se predominância à sua utilização por parte dos escalões de formação. Será necessário continuar a sua requalificação com projetos e valências capazes de alavancar uma utilização cada vez mais intensiva, tornando este espaço um equipamento de excelência e de referência no desporto da cidade do Porto.

FADEUP - CAMPO DE FUTEBOL

Cumprindo um dos objetivos da PortoLazer, que é efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, foi estabelecido com a FADEUP um acordo de colaboração para a gestão pela PortoLazer do campo de futebol, localizado nesta instituição, em horário pós-escolar e ao fim de semana.

Neste espaço, constituído por um campo em relva sintética, será colocada iluminação artificial para um melhor aproveitamento do tempo disponível para a prática desportiva. O campo está habilitado para a prática de futebol de 7 e futebol de 11. Será, assim, colocado ao serviço dos clubes e agentes desportivos da cidade que necessitem de um local para treinos e jogos das suas equipas. A colocação deste equipamento ao serviço da cidade permitirá suprimir a falta de espaço disponível para os clubes desenvolverem a sua atividade regular, uma vez que os equipamentos municipais similares apresentam hoje taxas de ocupação próximas dos 100 por cento.

3.4.1.3 Rede Municipal de Pavilhões

A Rede Municipal de Pavilhões (REMUPA) é constituída, à data, por sete Pavilhões Polidesportivos, sendo que seis destes estão integrados em escolas públicas, designadamente: Pêro Vaz de Caminha, Nicolau Nasoni, Fontes Pereira de Melo, Irene Lisboa, Viso e Leonardo Coimbra (protocolo de colaboração). Estes pavilhões são explorados pela PortoLazer no horário semanal pós letivo, bem como ao fim de semana, feriados e férias escolares. Para além destes, a PortoLazer tem a gestão do Pavilhão Municipal do Lagarteiro.

De modo a complementar a atual oferta municipal de pavilhões, foi estabelecido um protocolo de colaboração com a escola Leonardo Coimbra para utilização do seu pavilhão em horário pós-escolar e fim de semana. Este protocolo e a colocação deste equipamento ao serviço da cidade permite suprimir a falta de espaço disponível para os clubes puderem desenvolver a sua atividade, uma vez que os pavilhões municipais apresentam hoje taxas de ocupação de 100 por cento.



3.4.1.4 Rede Municipal de Piscinas

A Rede Municipal de Piscinas (REMUPI) da cidade do Porto é constituída por três piscinas: Cartes, Constituição e Eng.º Armando Pimentel, que apresentam uma tipologia diversificada, decorrente essencialmente da distância temporal da sua construção e/ou das características socioeconómicas e topográficas da sua área de implantação.

PISCINA DE CARTES

Nesta piscina desenvolvem-se aulas de natação e atividades aquáticas, bem como alguns projetos da PortoLazer para populações específicas e para instituições de carácter Social.

PISCINA DA CONSTITUIÇÃO

Esta instalação desportiva regista um elevado índice de procura, disponibilizando uma relevante diversidade de serviços na área das atividades aquáticas e atividades do grupo. Foi já objeto de uma remodelação que a aproximou, em termos de qualidade, dos melhores padrões. Continuaremos a prosseguir este processo de qualificação, dotando-a de outros equipamentos, reforçando a imagem positiva que atualmente possui junto dos aderentes.

PISCINA ENG.º ARMANDO PIMENTEL

Aulas de natação, atividades aquáticas e um serviço complementar de cardiofitness, são as principais atividades acolhidas por esta instalação. Possui ainda um tanque de mergulho que é utilizado para cursos de mergulho e aulas de natação, bem como para a preparação e manutenção da capacidade de intervenção do Corpo de mergulhadores dos BSP.



3.5 EVENTOS ESPECIAIS

3.5.1 Candidatura "À Luz do Património"

A PortoLazer submeteu e viu aprovada em 2016 uma candidatura no âmbito do Portugal 2020, sob a designação "À Luz do Património". Pretende-se com esta candidatura, cujo período de execução se estenderá entre dezembro de 2016 e junho de 2017, desenvolver um ciclo de programação cultural assente na valorização do ativo Património Mundial do Centro Histórico do Porto e na efeméride dos 20 anos da sua classificação pela UNESCO.

O programa propõe-se reinterpretar e dinamizar os espaços públicos do Centro Histórico do Porto através de propostas artísticas que desafiem o diálogo e confronto entre habitantes, passantes e turistas de todas as proveniências.

A luz, em todo o seu espetro, será o mote unificador para as interpretações de usos do espaço público no Centro Histórico e na cidade circundante. O evento assentará, pois, numa forte componente de intervenção física em espaços público, mediante instalações acolhedoras ao estar, dinamizados por um leque de eventos performativos e ainda por programas culturais de mediação e encontro entre as comunidades locais enraizadas, emigrantes, viajantes e turistas, proporcionando aprendizagens e experiências a quem visita a cidade.

3.5.2 Prova desportiva internacional

Dando continuidade à estratégia adotada nos últimos anos, é intenção da PortoLazer apoiar a organização de um grande evento desportivo na cidade durante o ano de 2017.

Pretende-se que, a exemplo do sucedido com o Campeonato do Mundo de Motonáutica, em 2015, ou com a Porto Street Stage, que integrou o programa competitivo do Rally de Portugal em 2016, este seja um evento marcante na agenda da cidade e com significativo impacto na economia local, ajudando a promover nacional e internacionalmente a marca e o destino Porto.

3.5.3 Candidaturas a apresentar no âmbito da melhoria da eficiência energética da administração local – Rede Municipal de Piscinas

A PortoLazer pretende, em 2017, submeter uma candidatura a fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020, com vista à realização de determinadas iniciativas na rede municipal de piscinas, com o intuito de melhorar significativamente o nível de eficiência energética das mesmas. Aliás, esta era já a vontade da PortoLazer em 2016, contudo devido à não abertura de avisos de candidatura, até ao momento de elaboração do presente relatório, tal não foi possível concretizar, daí a opção por reiterar o objetivo para 2017.

4. PLANOS ECONÓMICO-FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

4.1

PLANO DE INVESTIMENTO PARA O ANO DE 2017

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para 2017 considera, não só, as necessidades de curto prazo de intervenção e requalificação das infraestruturas sob nossa gestão (promovendo a facilidade de acesso da população em geral ao lazer e à prática de exercício físico), mas também, a necessidade de implementar um plano de investimento ao nível da promoção da eficiência energética na rede municipal de piscinas.

Do plano de investimento previsto para 2017, cumpre destacar o seguinte:

- > Obras de manutenção das instalações desportivas, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- > Obras visando o incremento da eficiência energética ao nível de algumas piscinas (projeto a candidatar ao abrigo do POSEUR);
- > Obras no edifício sede, adaptando as salas existentes às novas necessidades da equipa de trabalho;
- > Obras de manutenção e pequenas requalificações nas plataformas;
- > Equipamento para a produção de eventos;
- > Aquisição de hardware e software de forma a dar continuidade à implementação de novos e melhorados procedimentos de trabalho e controlo interno.

Apresentamos de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2017:

INVESTIMENTO	ESTRUTURA DE APOIO	INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	PLATAFORMAS	PROJETOS	TOTAL
Ativos Fixos Tangíveis	63.500	725.000	75.000	20.000	883.500
Ativos Intangíveis	25.000	—	—	—	25.000
TOTAL	88.500	725.000	75.000	20.000	908.500

Valores em euros

Para a realização do investimento proposto, pretendemos utilizar as seguintes fontes de financiamento:

FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO 2017

Autofinanciamento	386.000
Financiamento Comunitário	522.500
TOTAL	908.500

Valores em euros

4.2 PLANO DE CAPITAL HUMANO PARA O ANO DE 2017

O Capital Humano assume um papel de vital importância para o cumprimento da missão e objetivos da PortoLazer.

No decorrer do ano proceder-se-á a um reforço da orgânica da empresa, bem como, será dada continuidade ao processo de melhoria contínua da performance organizacional.

4.2.1 ESTRUTURA PREVISIONAL

A PortoLazer apresentará uma média previsional anual de 80 colaboradores para o ano de 2017, segundo os vários tipos de vínculos contratuais, conforme detalhado no quadro seguinte:

VÍNCULO	TOTAL
Quadro	54
Cedência Interesse Público	12
A Prazo	14
Total	80

Em termos médios, manter-se-á a estrutura de recursos humanos vigente em 2016, sendo que estão considerados variações ao quadro de pessoal através de admissões para reforço da estrutura de apoio.

Não estão ainda incluídos nos valores apresentados no quadro anterior, os 3 membros do Conselho de Administração, sendo que, respeitando o enquadramento vigente para o setor empresarial local, dois são remunerados pela empresa municipal como administradores executivos.

Em termos de áreas macro de atuação, a empresa está estruturada conforme apresentado no quadro seguinte, estando, nesta análise, incluídos os 2 administradores executivos:

TIPO	TOTAL
Estrutura de Apoio	42
Plataformas	14
Infraestruturas Desportivas	21
Projetos	5
Total	82

4.2.2 GASTOS

Em conformidade com o previsível Orçamento de Estado para o ano de 2017, não estão considerados quaisquer aumentos salariais.

Os valores considerados em termos de gastos são globais.

Comparativamente com o orçamento do ano transato, regista-se um aumento de 4% nos gastos com pessoal. Esta variação acomoda o aumento de gastos com o término das reduções remuneratórias aplicáveis aos trabalhadores do setor público, participação do Sistema Nacional de Saúde, bem como um reforço de verbas alocadas aos planos anuais de formação e Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.

4.2.3 DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Consciente de que o êxito da gestão das pessoas depende também do modo como o mérito é reconhecido, a PortoLazer procederá à aplicação do seu sistema de avaliação de desempenho.

Aplicável à totalidade dos colaboradores, o programa assenta num sistema de gestão por objetivos e competências que permite, para além de avaliar o desempenho e o contributo de cada colaborador para os resultados da sua área, clarificar os comportamentos individuais desejados e identificar pontos fortes a desenvolver.

O segundo pilar do desenvolvimento pessoal assenta na formação.

Pretende-se assim aumentar as qualificações profissionais dos colaboradores, com resultados efetivos no seu desempenho profissional, valorização pessoal e inerentes benefícios à criação de valor dentro da organização. Também, e inserido no Sistema de Gestão da Qualidade implementado, pretende-se que cada formação seja avaliada quanto à sua eficácia e impacto na organização, permitindo um enfoque cada vez maior em formações produtivas e eficazes em termos de resultados visíveis na operação da empresa.

Da interligação destes processos pretende-se que haja um forte envolvimento e mobilização dos colaboradores, no sentido de atingir os objetivos estabelecidos, apesar das condicionantes desfavoráveis que se têm verificado, as quais são exógenas à empresa.



4.3

PLANO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2017

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	2017
Resultados	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	402.834
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61.536
Resultado líquido do período	37.244
Rendimentos	
Vendas e serviços prestados	4.215.814
Subsídios à exploração	3.574.821
Outros rendimentos e ganhos	137.425
Gastos	
Gastos com o pessoal	1.876.270
Fornecimentos e serviços externos	5.593.475
Depreciações e amortizações do período	341.298
Balanço	
Total do ativo	5.900.290
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.234.269
Total do passivo	2.831.720
Total do capital próprio	3.068.570
Fluxos de tesouraria	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	120.185
Fluxos de caixa das atividades de investimento	- 429.594
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	—
Indicadores	
Liquidez geral (não considerando a rubrica de diferimentos)	132%
Autonomia financeira	52%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos)	116%

Valores em euros

O Resultado Operacional antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos estimado para 2017 ascende a 402.834 euros.

Decorrente do efeito das depreciações e amortizações no valor de 341.298 euros, o Resultado Líquido esperado para 2017 é positivo em 37.244 euros.

Mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Capital Próprio ascenderá a 3.068.570 euros, equivalente a 139% do capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente que se perspetivam para o ano de 2017 demonstram que a PortoLazer apresenta boas condições financeiras para a sua continuidade².

¹ De notar que a variação registada, ao nível do indicador de Liquidez Geral, entre os Instrumentos de Gestão Previsional de 2016-2018 (211%) e de 2017-2020, resulta de um pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativo a um processo de IVA liquidado em excesso ao Município do Porto referente ao período de tributação de 2012, o qual decorreu da interpretação apresentada pela Autoridade Tributária em processos de fiscalização relativos aos períodos de tributação de 2010 e 2011 realizados na esfera da PortoLazer. Em face do referido entendimento da Autoridade Tributária, entendeu a PortoLazer, em

4.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL 2017

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL	2017
Rendimentos e gastos	
Vendas e serviços prestados	4.215.814
Subsídios à exploração	3.574.821
Fornecimentos e serviços externos	-5.593.475
Gastos com o pessoal	-1.876.270
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-51.500
Outros rendimentos	137.425
Outros gastos	-3.981
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	402.834
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-341.298
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61.536
Resultado antes de impostos	61.536
Imposto sobre o rendimento do período	-24.292
Resultado líquido do período	37.244

Valores em euros

coordenação com o Município do Porto, apresentar o referido pedido de revisão oficiosa com o intuito de encetar um processo de tentativa de recuperação de um montante de 802.575 euros de IVA liquidado em excesso ao Município do Porto. Ora esta iniciativa levou a que fosse reconhecido uma dívida da Autoridade Tributária no Ativo Corrente da PortoLazer, por contrapartida do reconhecimento de um Passivo Corrente correspondente a uma dívida ao Município, no montante de 802.575 euros, o que aparentemente gera uma diminuição do indicador de Liquidez Geral da empresa. Esta redução aparente é resultado apenas do registo contabilístico da operação descrita anteriormente, e uma vez obtida uma decisão final sobre a situação em análise, tal permitirá repor os níveis de liquidez geral da PortoLazer para a realidade apresentada nos Instrumentos de Gestão Previsional de 2016-2018.

4.4.1 RENDIMENTOS

O valor global de rendimentos orçamentado para 2017 é de 7.928.060 euros, repartido pelas áreas de GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS, PROJETOS, PLATAFORMAS e ESTRUTURA DE APOIO.

RENDIMENTOS TOTAIS	7.928.060
Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Plataformas	1.269.974
Inscrições / Anuidades	24.887
Aulas diversas modalidades	258.644
Utilização REMUPI	114.817
Utilização CDMA	57.326
Utilização de Espaços (Líquido de Descontos e Abatimentos)	814.300
Prestação de Serviços na Área de Projetos	898.000
Patrocínios	620.000
Inscrições / Anuidades	90.000
Concessão de Espaços em Eventos	188.000
Prestação de Serviços ao Município do Porto	2.047.840
Projetos Recreativos, Culturais e Desportivos	2.012.940
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	34.900
Subsídios à Exploração	3.574.821
Município do Porto	2.937.321
Outras Entidades	637.500
Outros Rendimentos	137.425
Cedência de Espaço	47.502
Rendas	5.704
Cedência de Luz e Água	8.780
Subsídio ao Investimento	59.439
Almoços Campos de Férias/Missão Verão	16.000

Valores em euros

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela PortoLazer decorrentes da sua atividade:

> Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Plataformas

Os rendimentos auferidos que resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da PortoLazer, bem como da utilização livre das referidas infraestruturas, do Queimódromo e do Silo Auto. O valor destes rendimentos representa cerca de 16% dos rendimentos totais da PortoLazer estimados para o exercício de 2017.

> Prestação de Serviços na Área de Projetos

Os rendimentos decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos organizados pela PortoLazer, da concessão de espaços e das inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos. Este agregado representa, no seu conjunto, 11% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2017.

> Prestação de Serviços ao Município do Porto

Os rendimentos decorrentes de espetáculos e outros divertimentos públicos, atividades de carácter desportivo de frequência anual ou periódica, eventos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade do Porto, consideradas como uma atividade independente. Relativamente ao exercício de 2017, espera-se que estes rendimentos representem cerca de 26% dos rendimentos totais da PortoLazer.

> Subsídios à Exploração

Nas subvenções consideradas para 2017, que se preveem ascender a 3.574.821 euros, estão incluídas as verbas atribuídas pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as infraestruturas desportivas e para a estrutura de apoio, no montante global de 2.937.321 euros. Adicionalmente, cumpre relevar a comparticipação financeira comunitária, num montante estimado de 637.500 euros, destinada a projetos de natureza cultural/patrimonial, cuja candidatura se estima apresentar ao abrigo do POSEUR ao longo de 2017.

> Outros Rendimentos

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços, de energia, limpeza, e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela PortoLazer por entidades terceiras. Cumpre ainda destacar a imputação da proporção de subsídio ao investimento associado às depreciações de investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis subsidiados em exercícios passados, em função da taxa de subsídio obtida em cada momento.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA.

4.4.2 GASTOS

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, os quais são necessários ao normal funcionamento da PortoLazer.

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	2017
Trabalhos especializados	3.123.177
Publicidade e propaganda	202.599
Vigilância e segurança	126.473
Honorários	513.105
Conservação e reparação	121.489
Serviços bancários	17.108
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16.200
Material de escritório	6.853
Eletricidade	274.338
Combustíveis	19.732
Água	32.085
Gás	145.000
Deslocações e estadas	7.936
Rendas e alugueres	694.175
Comunicação	27.428
Seguros	44.258
Contencioso e notariado	18.144
Limpeza, higiene e conforto	10.611
Outros serviços	192.764
TOTAL	5.593.475

Valores em euros

> Honorários e trabalhos especializados

Os honorários e trabalhos especializados representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 65% do total), e referem-se essencialmente à contratação de serviços para a organização dos projetos, contratação de prestadores de serviços (especificamente direcionados para as atividades físicas e desportivas) e outras entidades.

> Rendas e alugueres

A este respeito, cumpre destacar as despesas relacionadas com a organização de eventos, como sendo o aluguer de equipamentos (palcos, som, imagem, etc.), bem com a locação operacional das viaturas. Esta rubrica de gastos representa cerca de 12% dos gastos com FSE da PortoLazer.

> Água, eletricidade e gás

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2017 representem cerca de 8% do total dos gastos com FSE da PortoLazer.

> Conservação e reparação

Os gastos com conservação e reparação decorrem das iniciativas de manutenção dos equipamentos municipais sob gestão da PortoLazer, orçamentados em 121.489 euros para 2017, representando cerca de 2% dos custos com FSE. A verba considerada para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridos e/ou explorados pela PortoLazer respeita apenas a pequenas manutenções de carácter urgente, as quais, se não forem executadas obstaculizam o normal funcionamento dos mesmos.

> Seguros

Esta rubrica inclui os gastos estimados com o seguro de multiriscos associado aos equipamentos sob a gestão da PortoLazer, o seguro de acidentes pessoais relativo aos utentes dos equipamentos e aos participantes em eventos, o seguro de responsabilidade civil relativo a eventos, bem como os seguros com as viaturas utilizadas na esfera da PortoLazer. O valor estimado para os gastos com seguros para 2017 ascende a 44.258 euros.

> Publicidade e Propaganda

Os gastos com a rubrica da publicidade e propaganda visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da PortoLazer. Estima-se que em 2017 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 4% do total dos FSE.

> Vigilância e Segurança

Os gastos com vigilância e segurança respeitam aos encargos associados à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas e na sede.

> Outros serviços

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a gastos com saneamento e resíduos relacionados com o consumo de água, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

Gastos com o pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2017
Remunerações dos órgãos sociais	101.203
Remunerações do pessoal	1.160.811
Encargos sobre remunerações	294.649
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	25.692
Gastos de ação social	4.265
Outros gastos com o pessoal	57.773
Custos c/ pessoal duodécimos (subsídios incluindo encargos patronais)	231.877
TOTAL	1.876.270

Valores em euros

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- > Taxa média nominal de progressão salarial de 0%;
- > Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- > Valor anual para formação: 30.000 euros; e,
- > Taxa anual para gastos de ação social com base no histórico;

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise com base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, com vestuário apropriado ao desempenho das funções e Saúde e Medicina no Trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2017 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 1.876.270 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 24% do total de custos orçamentados.

Depreciações

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

TAXAS DE DEPRECIAÇÃO	2017
Ativos Intangíveis	33,33%
Ativos Fixos Tangíveis	
Edifícios e Outras Construções	5% - 16,66%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10% - 33,33%
Bens de Valor Reduzido	100%

A estimativa para os gastos com depreciações, em 2017, ascende a 341.298 euros.

Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A PortoLazer está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21,5% para o ano de 2017, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2017, estimou-se um IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 24.292 euros.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da PortoLazer com referência aos períodos de tributação de 2010 e 2011, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento. À data, encontra-se a PortoLazer a aguardar a resposta da Autoridade Tributária ao referido pedido.

De notar no que respeita à elaboração do presente orçamento considera-se:

- (i) O subsídio à exploração recebido do Município é considerado um rendimento não sujeito a IVA;
- (ii) as prestações de serviços na área dos projetos recreativos, culturais e desportivos e das atividades de enriquecimento curricular são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- (iii) o critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento da estrutura de apoio da PortoLazer é o *ProRata* (45,1%).



4.5 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	5.175.635
Pagamentos a fornecedores	-6.732.331
Pagamentos ao pessoal (b)	-1.871.186
Caixa gerada pelas operações	-3.427.882
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-21.774
Outros recebimentos/pagamentos (a)	3.569.841
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	-120.185
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-919.481
Ativos intangíveis	-30.750
Investimentos financeiros	-1.863
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios ao investimento	522.500
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-429.594
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	0
Variação de caixa e seus equivalentes [1] + [2] + [3]	-309.409
Efeito das diferenças de câmbio	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.258.805
Caixa e seus equivalentes no fim do período	949.396

Valores em euros

Notas:

(a) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal;

(b) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2017, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 120.185 euros nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 30 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 15 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2017 de subsídios à exploração no montante de 3.574.821 euros, e de clientes de 5.175.635 euros. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 6.732.331 euros.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 429.594 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios da Portolazer.

4.6 BALANÇO PREVISIONAL

RUBRICAS	2017
ATIVO	
Ativo Não Corrente	
Ativos fixos tangíveis	3.212.819
Ativos intangíveis	21.450
Outros investimentos financeiros	3.916
Ativos por impostos diferidos	24.791
	<u>3.262.976</u>
Ativo Corrente	
Inventários	10.207
Clientes	429.727
Estado e outros entes públicos	1.235.505
Outros créditos a receber	12.479
Caixa e depósitos bancários	949.396
	<u>2.637.314</u>
Total do Ativo	<u>5.900.290</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital Próprio	
Capital subscrito	2.200.000
Reservas legais	22.832
Resultados transitados	320.147
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	488.347
	<u>3.031.326</u>
Resultado líquido do período	37.244
Total do Capital Próprio	<u>3.068.570</u>
PASSIVO	
Passivo Não Corrente	
Provisões	676.002
Outras dívidas a pagar - Impostos Relacionados com Subsídios	141.778
	<u>817.780</u>
Passivo Corrente	
Fornecedores	273.330
Estado e outros entes públicos	61.352
Outras dívidas a pagar	1.658.466
Diferimentos	20.792
	<u>2.013.940</u>
Total do Passivo	<u>2.831.720</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>5.900.290</u>

Valores em euros

Resultante do exercício de orçamentação para o exercício de 2017, o balanço previsional da PortoLazer em 31 de dezembro de 2017 totaliza 5.900.290 euros, sendo que cerca de 52% respeita a Capital Próprio.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

> ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os Ativos não correntes, líquidos de depreciações e amortizações (341.298 euros) e impostos diferidos (24.791 euros) a 31.12.2017, estão orçados em 3.238.186 euros. Neste montante, estão incluídos os investimentos a realizar em 2017, de 908.500 euros (nos quais se incluem 550.000 euros relativos ao projeto a candidatar no âmbito do POSEUR, na área da eficiência energética).

> ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Esta rubrica apresenta o montante de 24.791 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente e provisões.

> CAPITAL PRÓPRIO

O Capital próprio previsto para 31.12.2017, no montante de 3.068.570 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2017, no montante de 37.244 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 342.979 euros.

Nos Ajustamentos/outras variações no capital próprio, no montante de 488.347 euros, encontram-se relevados os subsídios a fundo perdido relacionados com o investimento em ativos fixos tangíveis depreciables, a reconhecer em exercícios futuros em função das depreciações dos bens objeto de apoio, líquido dos impostos conexos.

> PROVISÕES

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 676.002 euros, prevendo o possível gasto com os processos fiscais e judiciais em curso.

> OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2018 e respetivos encargos, dívidas a fornecedores de investimento e outros gastos com projetos, no montante de 1.658.466 euros³.

> COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Mantém-se ativa uma garantia bancária no valor de 618.267 euros prestada para cessar os efeitos do processo de execução fiscal de Imposto sobre Transmissão de Imóveis.

³ De notar que o valor apresentado inclui o montante de 802.575 euros de dívida ao Município relativo ao processo de IVA referente ao período de tributação de 2012, descrito anteriormente.

4.7 PLANOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O QUADRIÉNIO 2017-2020

INVESTIMENTO PARA O QUADRIÉNIO

	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Ativos Fixos Tangíveis	883.500	175.000	120.000	110.000	1.288.500
INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	725.000	90.000	65.000	65.000	945.000
PLATAFORMAS	75.000	40.000	10.000	10.000	135.000
ESTRUTURA DE APOIO	63.500	30.000	30.000	20.000	143.500
PRODUÇÃO	20.000	15.000	15.000	15.000	65.000
Ativos Intangíveis	25.000	25.000	10.000	10.000	70.000
ESTRUTURA DE APOIO	25.000	25.000	10.000	10.000	70.000
TOTAL	908.500	200.000	130.000	120.000	1.358.500

Valores em euros

Para 2018, 2019 e 2020, pretende-se dar continuidade aos trabalhos de manutenção nos equipamentos desportivos municipais sob gestão da PortoLazer.

O investimento a realizar totaliza 200.000 euros em 2018, 130.000 euros em 2019 e 120.000 euros em 2020, financiado por fundos próprios*.

Com a atividade projetada para o quadriénio, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte.

* A respeito de 2017, consultar página 33

[2017 - 2020] INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	2017	2018	2019	2020
RESULTADOS				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	402.834	446.249	414.611	381.126
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61.536	41.933	42.507	53.361
Resultado líquido do período	37.244	22.052	22.496	30.908
RENDIMENTOS				
Vendas e serviços prestados	4.215.814	4.253.311	4.310.459	4.286.020
Subsídios à exploração	3.574.821	3.447.321	3.426.071	2.937.321
Outros rendimentos	137.425	186.384	157.516	146.842
GASTOS				
Gastos com o pessoal	1.876.270	1.876.270	1.876.270	1.876.270
Fornecimentos e serviços externos	5.593.475	5.511.127	5.549.794	5.059.416
Depreciações e amortizações do período	341.298	404.316	372.105	327.765
BALANÇO				
Total do ativo	5.900.290	5.776.231	5.719.184	5.666.393
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.234.269	3.037.732	2.801.849	2.599.269
Total do passivo	2.831.720	2.768.711	2.748.976	2.715.879
Total do capital próprio	3.068.570	3.007.520	2.970.208	2.950.515
FLUXOS DE TESOURARIA				
Fluxos de caixa das atividades operacionais	120.185	249.154	254.579	195.869
Fluxos de caixa das atividades de investimento	- 429.594	- 278.477	- 165.301	- 149.968
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-
INDICADORES				
Liquidez geral (não considerando a rubrica de diferimentos)	132%	139%	148%	157%
Autonomia financeira	52%	52%	52%	52%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos)	116%	121%	130%	139%

Valores em euros

Para o quadriénio em análise, perspetiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da PortoLazer no quadriénio.

4.8 FUNDAMENTAÇÃO DAS VERBAS INSCRITAS NO CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2017

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à PortoLazer, anualmente é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento da Estrutura de Apoio e da Gestão das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2017, a PortoLazer pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras:

CONTRATO PROGRAMA (SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO)	Valores em euros
Subsídio à Exploração - Estrutura de Apoio ⁽¹⁾	1.762.943
Subsídio à Exploração - Infraestruturas Desportivas ⁽¹⁾	1.174.378
TOTAL	2.937.321

⁽¹⁾ Rendimento não sujeito a IVA

Na relação com o Município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.

4.9 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO DO PORTO COM A ORGANIZAÇÃO DE PROJETOS RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2017

No ano de 2017, a PortoLazer irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos recreativos, culturais e desportivos, no montante de 2.012.940 euros.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Prestação Serviços Projetos	2.012.940	2.475.916
TOTAL	2.012.940	2.475.916

Valores em euros

4.10 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO DE 2017

Esta verba respeita aos serviços de coordenação das AEC disponibilizados pela PortoLazer, à organização da festa do sarau de encerramento e ao fee de gestão e utilização dos equipamentos desportivos.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AEC	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Coordenação	5.900	7.257
Festa de Encerramento	5.000	6.150
Fee de Gestão e Utilização dos Equipamento Desportivos	24.000	29.520
TOTAL	34.900	42.927

Valores em euros

4.11 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2016 VS 2017 DO MUNICÍPIO DO PORTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2016		PREVISÃO 2017	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de serviços projetos ⁽¹⁾	2.014.531	2.477.873	2.012.940	2.475.916
Subtotal	2.014.531	2.477.873	2.012.940	2.475.916
CONTRATO PROGRAMA (SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO)				
Subsídio à Exploração - Estrutura de Apoio ⁽²⁾	1.598.484	1.598.484	1.762.943	1.762.943
Subsídio à Exploração - Plataformas ⁽²⁾	24.459	24.459	—	—
Subsídio à Exploração - Infraestruturas Desportivas ⁽²⁾	989.378	989.378	1.174.378	1.174.378
Subtotal	2.612.321	2.612.321	2.937.321	2.937.321
Total	4.626.852	5.090.194	4.950.261	5.413.237
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS AEC				
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de Serviços AEC ⁽¹⁾	34.900	42.927	34.900	42.927
Subtotal	34.900	42.927	34.900	42.927
Total	4.661.752	5.133.122	4.985.161	5.456.164

Valores em euros

Legenda:

⁽¹⁾Valores sujeitos a IVA

⁽²⁾Valores não sujeitos a IVA

Com a alteração da Lei que regula o setor local, ocorrida em 31 de agosto de 2012, procedeu-se ao enquadramento das transferências financeiras do Município do Porto, em conformidade com as disposições legais em vigor.

Porto, 30 de setembro de 2016

O Conselho de Administração



Rui Moreira
Presidente



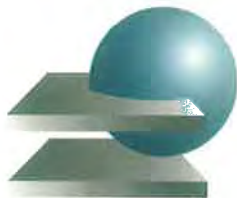
Luís Alves
Administrador Executivo



Nuno Lemos
Administrador Executivo

5. PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL





PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

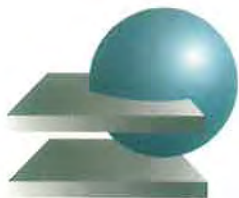
1. Para os efeitos do artigo 25.º, n.º 6 alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os Instrumentos de Gestão Previsional para os exercícios de 2017 a 2020, da CMPL – PortoLazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M. (PortoLazer), consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiro, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

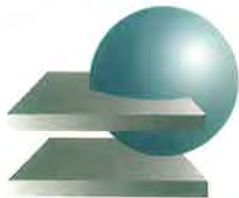
6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

8. Sem afetar o parecer expresso no parágrafo n.º 6 acima, chamamos à atenção para as seguintes situações:

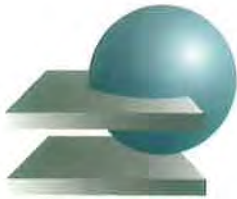
a) O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2016. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estimados e incluídos nos capitais próprios, poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados. Adicionalmente, o modelo de projeções financeiras referido teve por base a estrutura conceptual e as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não obstante a PortoLazer estar obrigada a adotar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em 1 de janeiro de 2017.

- b) De acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, a PortoLazer está obrigada a adotar o SNC-AP em 1 de janeiro de 2017 na qualidade de entidade pública reclassificada. De acordo com a norma transitória do referido diploma a adoção obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e nomeadamente dos ativos fixos tangíveis, assim como à utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, sendo firme convicção do Conselho de Administração que o processo de transição não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da PortoLazer, porquanto que os ativos são propriedade da Câmara Municipal do Porto, sendo também esta que detém o seu controlo para efeitos das normas do SNC-AP.
- c) Em 2016, a PortoLazer apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) um pedido de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor o montante de aproximadamente 803.000 euros, aguardando pela competente decisão. Assim, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 803.000 euros, cuja recuperabilidade depende de decisão favorável da



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

AT, incluindo os meios de reação disponíveis, ou, caso sejam desfavoráveis, da reversão dos referidos movimentos.

- d) Relativamente à requalificação do Pavilhão Rosa Mota, a PortoLazer, investiu aproximadamente 1.070.000 euros neste projeto até à presente data. Em 2014 foi celebrado um Contrato Programa, entre o Município do Porto e a PortoLazer, o qual atribui à PortoLazer todos os poderes necessários ao cumprimento e execução deste contrato, com vista à renovação/requalificação e exploração do Pavilhão a efetuar através de um contrato de concessão, cuja concretização permitirá a integral recuperação deste ativo. O concurso público internacional promovido pela Empresa com vista à sua requalificação e concessão à exploração deste equipamento chegou a seu termo sem que existisse uma decisão de adjudicação. No entanto, a decisão de não adjudicação foi objeto de impugnação, culminando este processo com a admissão de uma proposta, presentemente em análise. O Conselho de Administração aguarda pela decisão final deste processo por forma a desencadear os procedimentos que se afigurarem legalmente e materialmente adequados. Face ao descrito, os instrumentos de gestão previsional em apreciação não incluem qualquer rendimento ou gasto relacionado com este ativo no âmbito da sua requalificação.
- e) Conforme referido em documentos anteriores, a PortoLazer tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros em 2017, poderão afetar o equilíbrio financeiro da Empresa.

Porto, 30 de setembro de 2016

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por


(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)

